

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A GREVE NAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DE BLUMENAU

Dissertação apresentada à Univer-
sidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial à obtenção
do grau de Mestre em Direito.

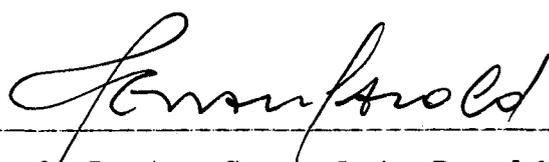
MARIA DE LOURDES SOUZA

Florianópolis - SC

MAIO - 1991

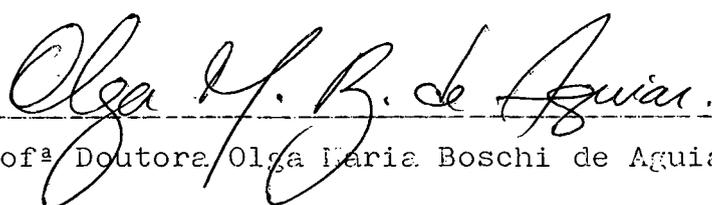
Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

Prof^a Doutora Olga Maria Boschi de Aguiar
Orientadora



Prof. Doutor Cesar Luiz Pasold
Coordenador do Curso

Apresentada perante a Banca Examinadora composta dos professores:



Prof^a Doutora Olga Maria Boschi de Aguiar

Prof. Msc Josecleto Almeida Pereira

Prof. Doutor Clovis de Souto Goulart

"PERGUNTAS DE UM OPERÁRIO LETRADO"

(Bertold Brecht)

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vêm o nome dos reis
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da lima dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a muralha da China
Para onde foram os seus pedreiros? À grande Roma?
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu?
Sobre quem?
Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
Só tinha palácios
Para os seus habitantes? Até a legendária Atlân-
tida
Na noite em que o mar a engoliu
Viu afogados gritar seus escravos

O jovem Alexandre conquistou as Índias
Sozinho?
César venceu os gauleses
Nem sequer tinha um cozinheiro a seu serviço?
Quando a sua armada se afundou, Felipe de Espanha
Chorou. E ninguém mais?
Frederico II ganhou a Guerra dos Sete Anos
Quem mais ganhou?

Em cada página uma vitória
Quem cozinhou os festins?
Em cada década um grande homem
Quem pagava as despesas?

Tantas histórias
Quantas perguntas.

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar a minha gratidão à todas as pessoas que, de uma forma ou de outra auxiliaram-me na viabilização deste trabalho.

- Em especial aos professores, funcionários e colegas do curso de Pós-Graduação em Direito.

- À Prof^a Olga M. B. de Aguiar, Josecleto A. Pereira, pelo incentivo, apoio orientação e amizade.

- Ao Sindicato dos Operários da Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau, em especial Iracema Gayo pela cooperação.

- À minha mãe pelo carinho e compreensão, apoio, incentivo e exemplo de luta.

- À todos os operários têxteis, que apesar de todas as dificuldades continuam resistindo e lutando.

- À Márcia Pontes e Ingomar Brandes pela datilografia e revisão do texto.

- À todos os amigos pelo apoio e crítica, que muitas vezes foi imprescindível para a concretização deste trabalho.

RESUMO

A dissertação explora aspectos teóricos e políticos: História, análises ou simples descrições que revelam as circunstâncias que levaram a classe operária têxtil blumenauense a romper com a submissão e a passividade que a mantinha prisioneira da ideologia dominante, para tornar-se sujeito na sociedade.

O seu objetivo fundamental é apreender a efetividade da greve têxtil de março de 1989, suas causalidades e componentes teleológicos, significados e desdobramentos, verificando:

- 1- As formas de comportamento através das quais os diferentes grupos sociais se relacionam quando os seus interesses estão em conflito;
- 2- Detectar em que medida, no curso de um processo efetivo de greve, pode ou não ocorrer um avanço no plano da subjetividade do trabalhador, da sua consciência de classe.

A abordagem está organizada em cinco capítulos e estes subdivididos em ítems. Sendo que, no primeiro, forneceremos elementos característicos da evolução e consolidação do capitalismo industrial em Blumenau, captando as categorias

básicas desse modo de produção, construindo assim um quadro de referência para análise e interpretação subseqüentes.

No segundo capítulo procuramos identificar o operariado têxtil de Blumenau, revelando os principais aspectos de sua formação e as formas de comportamento como classe.

O terceiro capítulo focaliza o quadro econômico e político que antecedeu o movimento grevista estabelecendo as conexões existentes com a deflagração do movimento grevista.

O quarto capítulo aborda a greve em si, sua efetividade, processualidade, visando a captação de seu sentido imanente, suas causalidades e seus componentes teleológicos.

No quinto capítulo procuramos fornecer elementos para a discussão de algumas hipóteses teóricas sobre o problema da consciência de classe, demonstrando que apesar da forte dominação ideológica que a classe dominante exerce sobre o operariado têxtil, esses demonstraram que são potencialmente capaz de se manifestarem com consciência de seus próprios interesses.

ABSTRACT

The dissertation explores theoretical and political aspects: History, analyses or simple descriptions that reveal the circumstances that lead the textile working class of Blumenau to break through with the submission and the passivity which kept the class prisoner of the dominating ideology, to become a subject in the society.

Its fundamental aim is to arrest the affectionateness of the textile strike of march 1989, its causalities and teleological components, meanings and unfoldments, verifying:

1. The forms of behaviour through which the different social groups relate themselves when their interests are in conflict;
2. To detect in what measure, in the course of an effective process of strike, may or may not occur and advance in the worker's plan of subjectivity, of his consciousness of class.

The ventilation is organized in five chapters and these, subdivided in items. Being that, in the first, we will provide characteristic elements of the evolution and consolidation of the industrial capitalism of Blumenau.

seizing the basic categories of this means of production, building thus a reference chart for the subsequent analysis and interpretation.

At the second chapter we try to identify the textile working class of Blumenau, revealing the main aspects of its formation and the form of behaviour as a class.

The third chapter focuses the economic and political chart which preceded the striking movement by establishing the existing connections with the deflagration of the striking movement.

The fourth chapter ventilates the strike itself, its effectiveness, its procedures, aiming the arresting of its immanent sense, its causalities and its teleological components.

At the fifth chapter we try to supply elements for the discussion of some theoretical hypotheses about the problem of consciousness of class, demonstrating that although the strong ideological domination that the dominating class exerts upon the textil working class, these demonstrate that they are potentially capable of manifesting themselves with awareness of their own interests.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I-- DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL EM BLUMENAU.....	10
1.1-- Da Manufatura à Industrialização.....	12
1.2-- Do Capitalismo Competitivo ao Capitalismo Oligopolista.....	20
1.3-- Consolidação do Capitalismo Oligopolista.....	25
CAPÍTULO II-- CARACTERIZAÇÃO DOS OPERÁRIOS DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS.....	36
2.1-- Perfil dos Trabalhadores Blumenauenses.....	39
2.2-- Relacionamento dos Operários com o Sindicato e a Política.....	57
CAPÍTULO III-- ELEMENTOS DO COMPLEXO BRASILEIRO E BLUMENAUENSE À ÉPOCA DA ECLOSÃO DO MOVIMENTO GREVISTA.....	76
3.1-- O Quadro Econômico.....	77
3.2-- Salários e Política Salarial na "Nova República".....	85
3.3-- A Conjuntura Política.....	91

CAPÍTULO IV- O COTIDIANO DA GREVE TÊXTIL: CONTROVÉRSIAS, LIMITES E SIGNIFICADOS.....	110
4.1- A Greve Geral no País.....	111
4.2- A Greve Geral em Blumenau.....	116
4.2.1- Cotidiano e características da Greve dos Têxteis.....	120
4.3- Características da Greve.....	134
CAPÍTULO V- O MOVIMENTO GREVISTA E A CONSCIÊNCIA DE CLAS- SE.....	140
5.1- Consciência de Classe.....	141
5.2- Consciência de Classe: Da Possibilidade Objetiva à Consciência possível.....	150
5.2.1- George Lukács e a Possibilidade Obje- tiva.....	150
5.2.2- Lucien Goldmann e a Consciência Pos- sível.....	157
5.3- Consciência de Classe e Ação Grevista..	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
APÊNDICES.....	173
ANEXOS.....	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	215

INTRODUÇÃO

I- DEFINIÇÃO DO TEMA

Pretendemos neste trabalho fazer uma análise de uma situação histórica concreta a fim de que se possa entender a participação política da classe trabalhadora num episódio que foi prévia e arbitrariamente escolhido: A Greve dos Operários Têxteis de Blumenau em março de 1989.

Freqüentemente, quando se aborda o tema: Greve, Classe Operária ou a Industrialização Brasileira, geralmente, os estudiosos fixam-se no foco industrial predominante, isto é, São Paulo - desprezando o estudo crítico da heterogeneidade do processo de proletarianização e de industrialização no restante do país e, que muitas vezes, contrariam até mesmo os padrões tradicionais de organização social. Neste sentido, nossa dissertação, apresenta um aspecto inovador, ao analisar uma situação-tipo operária desconhecida na literatura sobre a classe operária no Brasil.

Por outro lado, a greve como uma manifestação de classe, tem uma história própria e somente a análise desta história poderá indicar as insuficiências ou a capacidade demonstrada pela classe no enfrentamento com as outras classes. Assim, a escolha de um episódio concreto - a greve nas indús-

trias têxteis de Blumenau - nos possibilita a análise de um movimento específico da classe trabalhadora e de sua capacidade de fazer história, partindo de suas circunstâncias próprias e particulares.

É nesse intrincado jogo entre a teoria e a prática, constituídas por uma totalidade complexa na medida em que cada um dos elementos que formam a totalidade expressam-se de maneira particular, qual seja, impondo a sua especificidade como é o caso da economia, política e ideologia entre outros, que situa-se nosso tema.

II- LOCALIZAÇÃO DO TEMA NO ESPAÇO E NO TEMPO

Não se pode analisar um fenômeno social, como os de natureza política, sem levar em conta tanto os seus parâmetros estruturais como a correlação de forças dada, ou seja, as medições existentes entre as classes no tempo e no espaço, que produzem e constituem, a um só tempo, esse fenômeno. Assim, analisar a classe trabalhadora blumenauense sem levar em conta as condições estruturais de sua formação e de sua organização, significa incorrer nos erros mecanicistas e nas simplificações que se afastam da totalidade e revelam apenas aspectos parciais e nem sempre verdadeiros.

Foi tendo em vista essa perspectiva crítica que escolhemos uma situação de crise, ou seja, de uma conjuntura concreta, ao invés de longos períodos históricos, onde os fenômenos podem ser tomados como estáticos, como se tivessem que necessariamente se repetir ou se confirmar. Isso não significa que se deva ignorar os fatores históricos de ordem estrutural, tais como o exame das particularidades da formação industrial e social blumenauense desde a sua colonização; como também a análise da situação econômica e política que serve de pano de fundo à greve de 1989.

O foco central da análise, como depreende-se das

explicações acima, restringe-se à análise do movimento grevista dos operários têxteis de Blumenau. Sendo que em alguns momentos faz-se necessário referências a fatores externos à esta realidade, mas que, têm influências ou ligações com o tema abordado.

III- IMPORTÂNCIA DO TEMA E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Nas sociedades capitalistas, a recuperação das tradições de lutas sociais e políticas das classes subalternas é uma condição para que elas possam se liberar do seu passado e, utilizando-se da arma crítica da reflexão, dimensionar o presente e projetar o futuro.

A questão da greve no Brasil adquire uma importância vital, principalmente porque somos testemunhas de uma experiência dura e marcada pelas trevas, vividas debaixo de um autoritarismo feroz, que serviu para nos advertir da importância histórica dos processos de lutas sociais e políticas que conquistaram um espaço próprio à participação popular nas sociedades capitalistas. Em outras palavras, a greve constitui um fator de transformação, pois é um modo de expressão conquistado pela classe trabalhadora em sua participação coletiva na história do país.

Desta forma, a greve se configura como uma relação de confronto entre modos particulares de existência, expressa um momento de luta, trabalho frente a dominação do capital.

A escolha do tema, justifica-se, também, conforme já mencionamos, pelo desconhecimento na literatura sobre a classe operária no País, de movimentos que fujam ao contexto dos grandes centros, em especial o setor metalúrgico do ABC paulista. Daí a importância da análise das conjunturas concretas que tenham projetado certos setores da classe ope-

rária, como classes capazes de enfrentar os seus impasses organizatórios, e da análise dos momentos históricos em que essas classes apareceram como grupos em confronto com outros, cujos interesses emergiram na forma de práticas políticas.

IV- OBJETIVOS

O objetivo fundamental desta dissertação é apreender a efetividade da greve têxtil, suas causalidades e componentes teleológicos, significados e desdobramentos, verificando as formas de comportamento através dos quais os diferentes grupos sociais se relacionam quando os seus interesses estão em conflito.

O objetivo final será detectar em que medida, no curso de um processo efetivo de greve, pode ou não ocorrer um avanço no plano da subjetividade do trabalhador, da sua consciência de classe.

Há, ainda, um objetivo implícito, que será o levantamento da história do operariado têxtil, que foi especialmente elaborada nesse trabalho, e que certamente servirá de subsídio para futuras pesquisas.

V- ARGUMENTOS PRINCIPAIS E HIPÓTESES

O entendimento do significado da greve nas sociedades capitalistas tem se resumido à sua polaridade que tem impossibilitado a apreensão do seu real significado, enquanto manifestação concreta de rebeldia dos trabalhadores. Sinteticamente, essa polaridade tem os seguintes contornos: há de um lado, aqueles que a inserem dentro de uma visão integracionista ou funcionalista dos 'conflitos do trabalho'. No outro pólo ~~tem-se~~ uma hipervalorização que mitifica o significado da greve, atribuindo-lhe um sentido revolucionário.

Quanto a nós, entendemos que a greve é um instru-

mento importante porque poderá possibilitar a percepção do papel e da força da ação operária no complexo social produtor, ou em outras palavras, o operário poderá conceber-se enquanto produtor e agente deste processo ao contrapor-se, no plano objetivo, aos interesses do capital. Isso pode se dar em menor ou maior grau, de conformidade com a capacidade dos trabalhadores de desenvolverem uma análise crítica de sua situação presente e de elaborar um projeto social adequado a seus interesses, o que implica na sua liberação da forma dominante pela qual concebem o mundo.

Nesta variante interpretativa praticamente inexiste a possibilidade de uma derrota total, pois a ação grevista resultará sempre em alguma forma de vitória, seja no plano material, ao arrancar pequenas vantagens do patronato, seja no plano político, ao confrontar os aparelhos ideológicos e repressivos do Estado.

Já no plano da consciência de classe, a questão é um pouco mais complicada, pois esta não pode ser vista como um processo linear de causa e efeito entre o papel na estrutura das relações de produção e o comportamento no plano das opções sociais e políticas.

Por isso entendemos que a consciência de classe do proletariado está ligada a planos ideológicos específicos de classe, na medida em que toda classe, desde que historicamente constituída, apresenta sempre um certo grau de consciência dos seus interesses específicos de classe, muito embora coexistam, em maior ou menor grau, com elementos da ideologia burguesa e/ou pequena burguesa.

Disto se depreende que a ação grevista poderá constituir-se tanto num instrumento real no processo de desenvolvimento da subjetividade do ser social, como pode, inclusive, impedir, obscurecer ou até mesmo fazer retroceder o desenvolvimento da consciência de classe.

Essas argumentações podem ser sumarizadas nas se-

guintes hipóteses:

- 1- A classe operária têxtil blumenauense tem demonstrado historicamente sua incapacidade de definir perspectivas próprias de seus interesses de classe em função da forte dominação ideológica que a classe dominante mantém sobre ela.
- 2- A heterogeneidade existente dentro da própria classe trabalhadora, seria responsável pela falta de uma consciência de classe entre os trabalhadores urbanos e pelo valor que estes operários dão à ascensão social como solução para os seus problemas.
- 3- Os operários têxteis teriam aceito a manipulação implícita pelos donos das fábricas, pois estariam sobre o predomínio de um comportamento imposto pelos padrões da velha ordem social (sociedade tradicional).
- 4- Neste sentido, a greve representou uma quebra nos mecanismos pelos quais as classes dominantes mantinham a sua dominação sobre a classe operária têxtil, tanto ao nível ideológico quanto ao nível político.
- 5- E essa mudança, ainda que de forma gradativa refletiu-se, também, nas possibilidades objetivas ou adequadas do avanço da consciência de classe do proletariado têxtil blumenauense.

VI- METODOLOGIA EMPREGADA

Método de Abordagem: será utilizado o método indutivo.

Métodos de Procedimento: empregar-se-ão os métodos estatísticos e comparativos.

Técnicas: as técnicas de coletas de dados consistirão:

- em um questionário a ser preenchido pelos operários das indústrias têxteis;
- pesquisas bibliográficas, incluindo a revisão de arquivos de jornais e revistas.

VII- PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Abordar-se-á o plano a seguir esquematizado:

- No primeiro capítulo abordaremos o surgimento e evolução do sistema capitalista em Blumenau;
- No segundo capítulo procuraremos fornecer uma caracterização do proletariado têxtil blumenauense, com elementos de sua organização e formação;
- No terceiro capítulo levantaremos os elementos econômicos e políticos do complexo brasileiro e blumenauense à época da eclosão da greve;
- No quarto capítulo procuraremos apreender as greves em si em sua efetividade, processualidade e concretude, tentando captar seu sentido imanente, suas causalidades e seus componentes teleológicos;
- No quinto capítulo tentaremos demonstrar os nexos existentes entre os processos efetivos de greve e suas manifestações ao nível da consciência do ser social que a deflagra.

- Considerações finais - confirmação ou refutação da argumentação principal ou das hipóteses de trabalho expressas na Seção V.

"O operário esgota-se trabalhando para produzir o automóvel e para ganhar o dinheiro necessário para comprá-lo; esta aquisição lhe dá a impressão de que lhe foi satisfeita uma necessidade. O sistema que lhe explora lhe dá, ao mesmo tempo, um modelo, e a possibilidade de satisfazê-lo. Há que buscar portanto, a consciência do caráter intolerável do sistema. Não mais na impossibilidade de satisfazer suas necessidades elementares, senão, antes de tudo na consciência da alienação: quer dizer, porque esta vida não vale a pena de ser vivida e porque não tem sentido, esse mecanismo é um embuste, essas necessidades criam-se artificialmente, são falsas, esgotam e só servem a estas utilidades."

(SARTRE, Masas, Espontaneidad, partido)

CAPÍTULO I

O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL EM BLUMENAU

O objetivo básico deste capítulo é analisar a evolução do capitalismo industrial em Blumenau, captando as categorias básicas desse modo de produção, construindo assim um quadro de referência para a análise e interpretações subsequentes.

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho, bem como a submissão dessa ao capital. Para que isso ocorra, se fazem necessárias três condições básicas que tornam-se generalizadas através de toda sociedade:

- a) Separação dos trabalhadores dos meios com os quais a produção é realizada e cujo acesso só se torna possível com a venda da força de trabalho;
- b) Os trabalhadores deverão ser livres para dispor de sua força de trabalho;
- c) Expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, fazendo com que ocorra uma contínua e sistemática transformação de crescentes parcelas de trabalhadores em assalariados.¹

Feitas essas considerações, veremos agora como ocorreu o desenvolvimento deste processo em Blumenau. A cidade de Blumenau fundada em 1850, caracteriza-se como um centro industrial de colonização alemã, situado no Vale do Itajaí e cujo desenvolvimento industrial inicia-se no final do século XIX, durante a primeira fase da industrialização no Brasil.

A divisão do trabalho ou a especialização para o mercado, conduzindo à lenta transformação da economia agrícola em industrial obedeceu a determinadas formas inerentes e peculiares da colonização alemã:

- Uma população formada de imigrantes alemães constituíram uma população de pequenos produtores, que partindo do trabalho familiar produzem para seu próprio consumo e cuja atividade comercial se restringe ao pequeno excedente de sua produção agrícola;
- A apropriação desse excedente da produção agrícola pelos vendeiros e sua exportação para outras cidades e Estados, geravam um acúmulo de riquezas que foi fundamental para o surgimento das primeiras indústrias;
- A industrialização alterou profundamente a divisão do trabalho na área colonial, pois os agricultores, pequenos artesãos e comerciantes sem condições de competir com a produção mercantil, transformam-se em trabalhadores assalariados;

(1) BRAVERMANN, Henry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores. 1981, p. 55-56.

- Através da expansão do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, das inovações tecnológicas, dá-se uma liberalização da força de trabalho criando assim uma reserva dessa força à disposição do capital.

Considerando tais elementos, fazem-se necessários cortes temporais, que proporcionem metodologicamente melhores condições de análise e captação da natureza do desenvolvimento do capitalismo industrial em Blumenau. Assim, esse processo será estudado a partir de três períodos:

- 1º) De 1850 à 1914 - período manufatureiro e sua transformação em capitalismo competitivo;
- 2º) De 1914 à 1950 - transformação do capitalismo competitivo em capitalismo oligopolista;
- 3º) De 1950 à 1990 - consolidação do capitalismo oligopolista.

1.1. DA MANUFATURA À INDUSTRIALIZAÇÃO (1850 - 1914)

A colonização do Sul do País decorreu de uma mudança na política de colonização pela Corte Portuguesa, quando esta transferiu-se em 1808 para o Brasil. Definiu-se então uma política de imigração européia, na qual a Alemanha destacava-se como um dos grandes países de imigração, especialmente nos anos de 1847 à 1855, de 1866 à 1873 e a década dos oitenta, quando hum milhão e trezentos e cinquenta mil pessoas deixaram o país.

As razões dessas ondas migratórias alemãs são frutos de dois momentos:

"(.....)antes de 1880 pela ausência de desenvolvimento. Emigravam filhos de camponeses, cujas propriedades tinham atingido a condição de minifúndios, e não podiam ser divididas; artesãos in-

capazes de encontrar ocupação nos estreitos mercados locais, etc."

O segundo momento dá-se com:

"(....)o desenvolvimento da grande indústria no último quartel do século, o novo modo de produção fez surgir um excedente populacional diferente; artesãos e trabalhadores da indústria doméstica arruinados pela concorrência das grandes empresas; proletários lançados ao desemprego pelas crises de conjunturas, camponeses tornados redundantes pela revolução agrícola." (SINGER, 1977: 87)

A colônia alemã, fundada pelo Dr. Otto Hermann Bruno Blumenau, em 02 de setembro de 1850, em terras doadas aos colonos pelo Governo Imperial, situa-se dentro de ambos os contextos de imigração, pois imigraram para a colônia tanto pessoas de origem agrícola como extra-agrícola. Dentre os primeiros 17 (dezesete) imigrantes registrou-se a presença de vários profissionais: agrimensores, carpinteiros, marceneiros, charuteiros, funileiros e ferreiros; além desses citamos o Dr. Blumenau que era Doutor em Química em Erlanger e possuía grande experiência industrial.

O povoamento de Blumenau assemelhou-se ao sistema conhecido por 'Waldhufendorf', adotada pelo campesinato alemão nas regiões montanhosas da Floresta Negra, região das terras baixas do Norte da Alemanha, que consistia na distribuição de lotes contínuos 'Hufen', às famílias camponesas. A cada família foi distribuído um lote - 'Kolonie' - que correspondia a uma parcela de terra em termos de 25 a 30 hectares, sendo que 2/3 geralmente formado por terras montanhosas.

O colono foi obrigado a dedicar-se inteiramente à exploração do solo no sistema de policultura, o que lhe

permitia produzir para o sustento dos membros da família, comercializando o excedente através do sistema de trocas.

A presença de pessoas tecnicamente qualificadas e que transferem para Blumenau seus hábitos mercantis e de consumo, propiciaram que se expandissem rapidamente na colônia os engenhos e as atafonas para a produção de farinha de mandioca e fubá. Além disso geravam produtos de comercialização como a cana-de-açúcar e seus derivados: o açúcar, o melado e a cachaça; o milho e o fumo, o que proporcionou inclusive a acumulação de riquezas para alguns proprietários.

A criação de gado ampliou-se principalmente no interior da colônia, onde a industrialização dos derivados do leite e a fabricação de banha de porco, passou a evidenciar-se. A comercialização de madeiras impulsionou a instalação de muitas serrarias. Desenvolveram-se as olarias que fabricavam tijolos e telhas para construções locais e em cidades vizinhas. As cervejarias, os curtumes e as fábricas de charutos começaram a instalar-se.

Segundo Mamigonian:

"Os produtos agrícolas de Blumenau eram enviados pelo Rio Itajaí e pelo mar até o Rio de Janeiro, Salvador e Recife; as madeiras e folhas de tabaco eram mesmo exportadas até a Alemanha." (MAMIGONIAN, 1965:373)

Nesta fase os estabelecimentos comerciais mais importantes eram as vendas, que funcionavam como termômetros reguladores da economia local, pois eram nelas que os agricultores trocavam seus produtos agropecuários por manufaturados e outros não produzidos na colônia (sal, querosene e outros), delas dependia toda atividade econômica local, desde a fixação de preços para a compra e venda dos produtos, até a orientação ao colono do que deveria plantar (lógicamente essas diretrizes visavam à exportação). Além disso, as vendas fun-

cionavam como uma espécie de banco, onde o colono depositava o fruto de seus excedentes, percebendo para tanto pequenas taxas de juros, enquanto os empréstimos eram fortemente onerados.

Esse comércio foi a fonte de acumulação do capital, porque parte dos recursos obtidos nas transações, seja de compra e venda ou de empréstimos e poupanças, eram aplicados em investimentos promovidos pelos vendedores visando ampliar a pequena produção (serrarias, engenhos) com o objetivo de aumentar a exportação. Isso contribuiu para o surgimento das grandes casas comerciais na 'Stadtplatz' (sede da vila). Dessas casas comerciais originaram-se as indústrias que, por sua vez vão provocar a urbanização, desencadeando, nas palavras de Paul Singer, um processo acumulativo.

"O mercado urbano em crescimento estimulava os camponeses a comercializar maior parte de sua produção, com o dinheiro assim ganho os agricultores adquirem mais produtos industriais, o que permite nova expansão da indústria e esta, por sua vez, volta a expandir a cidade, alargando o mercado urbano, etc." (SINGER, 1977: 118-119)

Por outro lado, o aumento da população na colônia devido ao constante processo de imigração em Blumenau, fez com que os pequenos artesãos (sapateiros, marceneiros, pedreiros, funileiros, oleiros, etc.) fossem abandonando a agricultura e exercendo com maior frequência seus trabalhos artesanais. Além disso, surgiram uma série de novos estabelecimentos de atividades artesanais, inclusive pequenas indústrias, vinculadas as matérias-primas locais e as necessidades imediatas da colônia. Destacam-se dentre elas pequenas fábricas de móveis, oficinas, algumas indústrias de produtos alimentícios e o início do processo de industrialização têxtil.

QUADRO II - Estrutura Industrial de Blumenau

ESTABELECEMENTOS	1856	1860	1865	1870	1880	1885	1897	1908
Engenhos de açúcar	05	47	56	82	154	206	262	304
Engenhos de mandioca	05	33	47	70	142	107	50	99
Serrarias	02	02	08	19	32	37	46	69
Olarias	01	03	03	07	10	27	29	55
Cervejarias	01	01	03	01	09	07	13	08
Alambiques	03	47	61	68	43
Fábricas de Charutos	-x-	01	10	10	09	...
Fábricas de Vinagre	01	01	03	01	...	04	...	03
Sabão	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	02	03
Tecelagens	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	02	06	06
Gráfica	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	01	03	05
Fábricas de Meias	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	04	...
Fábricas de Vinho	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	03	03	04
Fundição	-x-	01						

Fontes: PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. p. 117-119.

RELATÓRIO do Presidente da Província. 1886, p. 203.

SINGER, Paul. (1977:117)

Conforme podemos constatar no quadro, os estabelecimentos industriais, nos primeiros 30 anos, são predominantemente compostos de artigos agropecuários e é somente nos últimos vinte anos desse período analisado que inicia-se a fase de industrialização que vai determinar a extensão do mercado e, que constitui o limite da diversão do trabalhador no âmbito local. Formaram-se pequenas e médias empresas familiares dirigidas por empreendedores de origem germânica. Estes utilizavam-se de recursos acumulados da exploração agrícola e comercial para a capitalização das fábricas, e como não desfrutavam de nenhum benefício fiscal do Governo, reaproveitavam e investiam nas fábricas boa parcela de suas rendas. Desta forma as fábricas transformavam-se em empreendimentos sólidos e com produtos de excelente qualidade, pois dispunham de mão-de-obra especializada e equipamentos modernos importados da Alemanha.

O desenvolvimento industrial alterou também a divisão do trabalho na colônia. Surge uma nova característica de mão-de-obra: o colono-operário, que trabalha na indústria em uma parte do dia e na outra continua a dedicar-se ao cultivo da lavoura. Assim, a fonte de renda aumentada em função do trabalho assalariado e da exploração da própria terra, possibilitava a aquisição de novos produtos ou mesmo a criação ou investimentos em pequenos estabelecimentos artesanais.

Outros aspectos também contribuíram para o desenvolvimento industrial nesta primeira fase:

- 1^o) Iniciativas conjuntas dos comerciantes para a criação de instituições que promovessem e incentivassem a produção e o crédito para as atividades econômicas. Isso ocorria por falta de assistência financeira oficial, e pela dificuldade de comunicação com centros políticos de maior importância. Dentre elas podemos citar: a 'Konsumverein Kolonie Blumenau'

(Sociedade de Consumo da Colônia de Blumenau) fundada em 1º de janeiro de 1869, e que visava a promoção e incentivo da produção, amparando a exportação e importação; o 'Sindicato Agrícola do Município de Blumenau' em 1907, com a finalidade de criar uma Caixa Econômica para depósitos e poupanças e financiamentos à agricultores e comerciantes; Associação Comercial de Blumenau (1898) para incrementar a produção e amparar a importação e exportação.

- 2º) Instalação de energia hidrelétrica; a primeira usina foi implantada em 1909 e a segunda, de maior porte, em 1915. A energia elétrica "liberou as indústrias de condicionamentos locais restritos ao mesmo tempo que favorecia o aumento da produtividade industrial." (CUNHA, 1982:115)
- 3º) O aprimoramento do sistema de transportes, visando um maior acesso aos portos para escoamento da produção. Em 1909 ficou pronta a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina que desempenhou um papel de destaque na interligação de Blumenau com Itajaí.
- 4º) Os contatos com a Alemanha, foram fundamentais para a aquisição de matérias-primas semi-elaboradas (fios de algodão, placas de ferro cromado, latão, soda cáustica, etc.), máquinas e o fornecimento de técnicas e de novos conhecimentos industriais (know-how). Além disso, a Alemanha figura, ainda, como um dos maiores importadores dos produtos blumenauenses.

Como já foi ressaltado, a passagem da manufatura (acumulação primitiva) ao capitalismo competitivo, gerou as premissas para a acumulação de riquezas que possibilitou o estabelecimento de empresas capitalistas e a ruína de pequenos produtores que despossuídos de riquezas e sem condições de concorrência, viram-se obrigados a oferecer sua força de trabalho em troca de um salário.

A acumulação de recursos de capital angariados da lucratividade no comércio e na lavoura, e investidos na implantação das indústrias, especialmente as têxteis, desempenharam um papel chave no desenvolvimento industrial de Blumenau.

Os fatores de maior relevância que motivaram a criação das primeiras indústrias têxteis foram:

- a) os altos preços das roupas e tecidos em toda colônia;
- b) as possibilidades que tinham como vendeiros de garantir um mercado seguro para as mercadorias produzidas;
- c) disponibilidade de capital local acumulado pela poupança dos vendeiros;
- d) disponibilidade de mão-de-obra;
- e) mão-de-obra qualificada para o trabalho fabril;
- f) os contatos com a Alemanha que possibilitavam a vinda de técnicas têxteis altamente qualificadas e de tecnologia de vanguarda.

Todos esses fatores acima mencionados contribuíram decisivamente para a formação e consolidação das empresas fabris no final deste período (1880-1914). Inclusive já observa-se evidências de métodos de produção capitalista:

"(....) - o emprego da energia a vapor, e no final do período a sua substituição pela energia elétrica; desvinculação do proprietário da produção direta, bem como crescente uso de máquinas e equipamentos; e pelo número de empregados e volume de capital aplicado." (CUNHA, 1982:99)

1.2- DO CAPITALISMO COMPETITIVO AO CAPITALISMO OLIGOPOLISTA (1915 - 1945)

A indústria fabril, nesta fase, constituiu-se na atividade mais moderna e dinâmica da economia, onde situava-se o maior número de empreendimentos de portes consideráveis para a época e com um mercado ampliado (diversificação da produção e concorrência no mercado nacional).

Os dois conflitos mundiais - a Guerra de 1914-1918 e a de 1939 - 1945, que marcaram o início e o final do período em análise, tiveram repercussões sobre a economia blumenauense, influenciando seu perfil industrial.

Os efeitos da I Guerra Mundial sobre a economia brasileira podem ser consideradas como uma ruptura do modelo primário-exportador, ou seja, uma queda nas importações e consequentemente uma aceleração no processo de substituição de importações, o que impulsionou a expansão da indústria nacional.

A principal modificação ocorrida com relação a atividade produtiva em Blumenau com o advento da Primeira Guerra Mundial é a transição do abastecimento do mercado local para o nacional. Segundo Singer:

"O insulamento da economia blumenauense continuava e era rompido pouco a pouco, na medida em que se expandia a divisão de trabalho entre campo e a cidade, em que expandia a indústria e em que a agricultura comercial substituíria a de subsistência. Se houve algum estímulo, para acele-

rar esta mudança, este foi o da I Guerra, (....), no sentido de abrir mais o mercado nacional à indústria de "Blumenau." (SINGER, 1977:124)

A condição de sucesso da penetração no mercado nacional pode ser atribuído ao papel pioneiro em ramos virgens e quase virgens na produção brasileira, tais como guardanhões de cama, mesa e de banho (felpudos) de alta qualidade; instrumentos musicais (gaitas e pianolas); gases medicinais; porcelana fina; as malharias se aperfeiçoaram em alguns artigos de vestuários masculinos (camisa de meia, pijamas, camisas de inverno e outros).

Vejamos os dados totais de exportação em Blumenau:

ANO	VALOR (EM CONTOS DE RÉIS)
1911 - 1914	2.782:915\$000
1915 - 1918	4.144:029\$000
1919 - 1922	9.406:854\$000
1923 - 1926	27.410:763\$000
1927	32.838:467\$000
1928	36.344:510\$000

FONTE: CENTENÁRIO de Blumenau, 1950, p. 216.

A Guerra e a recessão mundial de 1929-1931 ocasionaram a imigração de alemães com experiência fabril para Blumenau em decorrência da alta inflação que se abateu sobre a Alemanha. Essas imigrações trouxeram grandes vantagens para as indústrias locais, além de possibilitarem a criação de muitas outras, dentre as quais destacamos as seguintes:

- 1922 - Fábrica de Acolchoados Vva Altenburg.
- 1923 - Fábrica de Chocolate Saturno S.A.
 - Fábrica de Chapéus Nelsa S.A.
 - Fábrica de Gaitas Alfredo Hering S.A. (a única na América Latina).
- 1924 - Fábrica de Bordados e Cadarços Haco S.A.
- 1925 - Fábrica de Pás e Ferramentas Agrícolas Staedele & Cia.
- 1926 - Tecelagem Kuehnrich S.A.
- 1927 - Indústria de Malhas Thiemann S.A.
- 1928 - Fábrica de Papelão Timbó S.A.
 - Indústria de Chocolate Sander S.A.
- 1929 - Malharia Blumenau S.A.
 - Casa de Móveis Rossmark Ltda.
- 1933 - Eletro-Aço Altona S.A.
- 1935 - Fábrica de Gazes Medicinais "Cremer" S.A.
- 1936 - Fábrica de Artefatos Têxteis "Artex" S.A.

O segundo conflito Mundial (1939-1945) abriu um espaço ainda maior para a indústria têxtil, pois além do mercado nacional, esta havia conquistado o mercado internacional (América Latina, Estados Unidos, África do Sul, Líbano, etc.).

Outro fator de destaque nesta fase é a predominância das atividades industriais sobre as agrícolas:

"Em 1946, num total de C\$212.916.854,00 exportados, os artefatos de tecidos representam Cr\$ 106.722.423,00 (50%), os metalúrgicos e ferramentas agrícolas C\$ 19.843.555,00 (9%); as malharias, roupas feitas e chapéus

C\$ 46.157.873,00 (21%). Só estes três itens representam 80% das exportações de Blumenau." (SINGER, 1977:131-132)

Em suma, a indústria blumenauense entra na década de 50 com uma estrutura industrial dedicada quase exclusivamente à fabricação de bens de consumo, que se concentra em boa parte em um só ramo - o têxtil - que engloba 42% do valor da produção total. Os dois outros ramos importantes são o de alimentos e o fumo, que, conjuntamente com o têxtil representam 70% do valor total da produção industrial do município.

Assim, o sistema concorrencial no qual coexistiam unidades produtivas, de dimensões relativamente modestas, apoiadas em volume de capitais não muito grandes, concorrendo entre si através de regulação espontânea do mercado, evolui para uma nova fase - a do capital oligopolista, onde umas poucas empresas de grande porte dominam os setores mais importantes da produção.

O sistema de oligopólio permite que um pequeno grupo de grandes firmas criem barreiras à entrada de outras em um setor de atividade econômica e administrem conjuntamente os preços de certos produtos, conservando contudo autonomia financeira, tecnológica e administrativa. A administração de preços cria vantagens relativas para as empresas que mais inovam tanto em processos produtivos quanto na introdução de novos produtos dentro de determinado setor. O mundo dos oligopólios se assemelha muito mais a uma corrida, em que, salvo acidentes, todos alcançam o objetivo final, sendo maior a recompensa dos que chegam na frente.

O traço fundamental da fase do capitalismo oligopolista em Blumenau é a busca de uma estrutura organizacional e empresarial estável e eficiente onde as empresas vão gradativamente incorporando os padrões organizacionais mais modernos, criando estruturas tecno-gerenciais hierarquizadas que

passam a assumir progressivamente poderes de decisão empresarial.

As estruturas gerenciais modernas vão aos poucos substituindo o padrão familiar e fechado da administração. Citamos como exemplo ilustrativo o caso da Cia Hering. Esta empresa surgiu nos primórdios da colonização alemã (1880), fundada por tecelões vindos da Saxônia na Alemanha - os irmãos Bruno e Hermann Hering. A malharia que no início funcionava com teares manuais e com mão-de-obra da própria família transforma-se em 1929 em Sociedade Anônima. A partir daí a empresa passa a incorporar outras fábricas e construir novas unidades produtivas em Blumenau e outros lugares do país, tais como São Paulo e na Região Norte. À modernização do parque industrial segue-se a da administração:

"O tradicional mestre deu lugar ao gerente e nomenclaturas como custos, tempos e movimentos, planejamento e controle de qualidade, marketing e outros desconhecidos anteriormente, passaram a ser tão importantes como fiação, malharia, beneficiamento e confecção." (MOSEER, 1985:57)

Finalizando este exemplo, ressaltamos que a Cia Hering é hoje a segunda maior indústria de 'malharia branca' em âmbito mundial e a primeira da América Latina. Além disso, a empresa detém o controle acionário da Ceval Agro-Industrial S.A. (1ª colocada em volume de esmagamento e comercialização da soja e a 3ª maior empresa exportadora privada no contexto nacional), da Seara Industrial S.A. e inúmeras outras empresas de ramos diferentes, que vão desde a produção de óleo de soja até redes de hotéis.

No encerramento deste item, um outro aspecto merece ser mencionado: as transformações que as estruturas gerenciais modernas representadas sobretudo pelo Taylorismo ou

a chamada 'Organização Científica do Trabalho' aliada a nova tecnologia do Fordismo, exerceu sobre a administração de padrão familiar até então adotados. Esse novo sistema que com sua técnica de linha de montagem submete as condições materiais de produção e a disciplina do trabalho a um controle rígido, visa sobretudo a maximização da produção do valor excedente.²

Tais transformações tiveram uma importância considerável para o desenvolvimento do período seguinte não só pelo lado de multiplicador de renda e do emprego, como por uma série de elos que permitiram a diversificação da capacidade produtiva.

1.3- CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO OLIGOPOLISTA (1945 - 1989)

Na década de 1950, Blumenau desponta como um dos centros urbanos e industriais mais importantes do Estado. Possuindo doze grandes empresas, treze médias empresas e sessenta e quatro pequenas empresas. Dentre elas merecem destaque o setor têxtil, assim representado: nove grandes empresas, três médias e dezenove pequenas empresas. Ainda, segundo dados de 1958, podemos constatar que as empresas têxteis absorvem 66,6% da mão-de-obra da região.

O desenvolvimento industrial da cidade não seguiu os 'padrões normais' do desenvolvimento brasileiro, o que significa dizer que dado a elevada dinâmica das indústrias chamadas 'tradicionais', estas escaparam da retração e das inversões produtivas ocorridas no país. O grau de oligopoliza-

(2) Devido a importância das conseqüências dessas inovações nas relações de trabalho e especialmente os resultados que as tecnologias disciplinadoras deste processo exerceram nas relações sociais entre trabalho e capital, optamos por uma análise mais profunda no segundo capítulo.

ção já alcançado pelas indústrias blumenauenses permitiam que estas sobrevivessem com um alto grau de rentabilidade e, que inclusive ocupassem os espaços vazios deixados pela eliminação de muitas empresas do mercado nacional. Essa eliminação ocasionada pela crise que atingiu as indústrias tradicionais no Brasil, ocorreu em função de dois fatores fundamentais:

- a) a falta de incremento tecnológico capaz de modernizar e permitir o aumento da produtividade; e
- b) o incentivo governamental à expansão da produção de bens de consumo duráveis.

O padrão de acumulação blumenauense baseado na predominância da produção de bens de consumo não duráveis, especialmente o têxtil, faz com que alguns segmentos de seu parque industrial sejam líderes no país e até mesmo na América Latina. Vejamos algumas dessas empresas:

EMPRESA	ANO DE FUNDAÇÃO	Nº DE EMPREGADOS	PRODUTOS FABRICADOS	PAÍSES IMPORTADORES DOS PRODUTOS
Cia. HERING (maior fabricante de malhas da América Latina e a segunda no Mundo).	1880	11.709	Calças de malha, camisas, canisetas, cuecas, ceroulas, calças femininas, pijamas de malha.	Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Canadá, E.U.A., Alemanha Oriental, Hungria, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca, França, Holanda, Inglaterra e Suécia.
ARTEX S.A. - FÁBRICA DE ARTEFATOS TÊXTIS (maior exportador brasileiro e maior fabricante de felpudos da América Latina).	1936	4.178	Confecções felpudas de algodão, roupas de cama, roupas de banho, roupas de mesa, tecidos de algodão, tecidos felpudos de algodão.	Bolívia, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Panamá, Barbados, Canadá, E.U.A., Suriname, África, Angola, Costa do Marfim, Gana, Libéria, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Hong Kong, Japão, Macau, Singapura, Tailândia, Arábia Saudita, Chipre, Cote d'Ivoire (Kwêit), Irã, Israel, Líbano, Síria, Polônia, Alemanha Ocidental, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca, Grécia, França, Holanda, Irlanda, Inglaterra, Itália, Áustria, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Espanha, Finlândia, Malta, Nova Zelândia.

EMPRESA	ANO DE FUNDAÇÃO	Nº DE EMPREGADOS	PRODUTOS FABRICADOS	PAÍSES IMPORTADORES DOS PRODUTOS
Cia TÊXTIL KARSTEN	1882	1.082	Atoalhados, cortinas, colchas, têxteis, panos de copa, tapetes, tecidos para bordar, toalhas de praia, toalhas de rosto, toalhas felpudas e toalhas de mesa.	América Latina, Comunidade Econômica Européia, Austrália, Nova Zelândia.
CREMER S.A. PRODUTOS TÊXTEIS E CIRÚRGICOS.	1935	2.024	Fraldas, linha de material de penso, toalhas felpudas, fitas adesivas.	Bolívia, Chile, Venezuela, Canadá, E.U.A., Alemanha Oriental, Dinamarca, Países Baixos, Reino Unido, Áustria, Noruega, Suécia, Suíça, Finlândia, Nova Zelândia.
FÁBRICA DE CADCARÇOS E BORDADOS DOS HACOS Ltda.	1946	823	Cadarço de algodão, etiquetas, emblemas, tecidos, rendas.	Peru, Venezuela, Honduras, El Salvador, Panamá, Alemanha Ocidental, Noruega, Suíça e Portugal.
SUL FABRIL S.A.	1954	3.529	Camisolas, camisas de malha, camisetas físicas, malhas, pijamas de malhas.	Paraguai, Alemanha Ocidental, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra, Suíça.

EMPRESA	ANO DE FUNDAÇÃO	Nº DE EMPREGADOS	PRODUTOS FABRICADOS	PAÍSES IMPORTADORES DOS PRODUTOS
TEKA - TECELA- GEM KUEHN RICH	1935	1.969	Fios de algodão, panos de copa, roupões, roupas de cama, tecidos de algodão, toalhas de banho, toalhas felpudas, toalhas de mesa.	Bolívia, Paraguai, Venezuela, E.U.A, África, Alemanha Ocidental, França, Holanda, Itália, Áustria, Noruega, Suécia, Suíça, Finlândia, Austrália, Nova Zelândia.

O panorama dessas empresas demonstra o significativo percurso da industrialização blumenauense, assim como da importância que este pólo dinâmico desempenha na economia estadual e nacional. Nesse contexto, embora existam singularidades próprias no desenvolvimento industrial blumenauense, este também passa por estágios condicionantes e característicos do capitalismo brasileiro e sua nacionalidade. Isso se dá, como já salientamos anteriormente, a partir da implantação de um novo sistema produtivo que impõe uma nova maneira de reprodução econômica, e conseqüentemente uma nova estrutura social, destacando-se algumas transformações ocorridas no processo globalizador da sociedade, a saber:

- Em primeiro lugar, o controle financeiro e tecnológico nas mãos de poucas empresas cria a tendência ao desaparecimento da pequena e média empresa tradicional e sua substituição pela média e pequena empresa moderna, fornecedora ou cliente da grande empresa dinâmica. Essas perdem quase que totalmente a sua autonomia pois gravitam em torno das empresas oligopolistas.
- Em segundo lugar, os limites impostos ao crescimento industrial pela concorrência da mão-de-obra entre as empresas aliado aos incentivos fiscais e financeiros, tais como isenção de impostos, terrenos subsidiados que outras cidades oferecem, acabam por criar, pois uma relocação industrial. Essa relocação espacial das indústrias atinge a zona rural de municípios vizinhos à Blumenau até outros Estados como o Norte e o Nordeste do país. Essa concentração e desconcentração industrial são inerentes à acumulação capitalista, uma vez que a concentração opera com a escassez da mão-de-obra,

além da possibilidade desta organizar-se como classe impondo limites à exploração. A solução capitalista é a descentralização para regiões onde a mão-de-obra seja abundante e esteja desintegrada dos modos tradicionais de produção.

Do ponto de vista da estrutura social, o progresso havido na divisão social do trabalho entre campo e cidade pode ser observado pelo quadro abaixo:

QUADRO V - Evolução da População (Estimativa)

ANO BASE	URBANO	RURAL
1950	50,8	49,2
1960	71,5	28,5
1970	86,5	13,7
1980	92,8	7,2
1987	94,0	6,0

FONTE: CADASTRO Técnico e Informação da Prefeitura Municipal de Blumenau.

As razões que fizeram o agricultor abandonar a sua terra e adentrar a fábrica são: a insuficiência de terra para a reprodução da força de trabalho, seja pelo esgotamento do solo ou pelas sucessivas divisões da terra em função de heranças, que acabaram por não deixar outra alternativa ao agricultor, a não ser ganhar a vida como assalariado. E a medida que as fábricas vão transformando os camponeses em operários, estes passam a absorver e reproduzir componentes institucionais e ideológicos do capitalismo, alterando seus valores culturais, conforme veremos no próximo capítulo.

Nesta fase ocorre também mudanças no processo de trabalho, especialmente no controle deste processo:

"O ataque científico e gerencial sobre o processo de trabalho abrange tanto instalações quanto instrumentos de trabalho, matérias, métodos e força de trabalho. Nada é definitivo, nada é permanente. A indústria moderna revê constantemente todos os aspectos de seu desempenho. O fator subjetivo do processo de trabalho transfere-se e toma lugar entre os outros fatores inanimados. Existe a constante tentativa de transformar o trabalhador numa máquina."
(MOSER, 1985:70)

A técnica de produção na maioria das empresas é a linha de montagem, e o método é o da parcialização das tarefas. Os trabalhadores são enquadrados em três categorias principais: setor administrativo, trabalhadores no controle direto da produção e trabalhadores na produção.

Essa implantação de um novo modo produtivo tem ligação com a lucratividade das indústrias, pois no período marcado pela implantação das primeiras indústrias a lucratividade do empresário dependia diretamente da mão-de-obra. É somente a partir do incremento tecnológico que a relação dei-

xa de ser direta, e o lucro do empresário se dá através da potencialização da produtividade da mão-de-obra, através do desenvolvimento da divisão do trabalho, uso de novos maquinários, etc.

E como esclarece Bravermann (1981:169):

"O notável desenvolvimento da maquinaria vem a ser para a maioria da população trabalhadora, a fonte não de liberdade mas de escravização, não a de domínio, mas do desamparo, e não do alargamento do horizonte do trabalho, mas do confinamento do trabalhador dentro de um círculo espesso de deveres servís no qual a máquina aparece como a encarnação da ciência e o trabalhador como pouco ou nada."

As funções de direção da empresa que eram exercidas pelas famílias-proprietárias, aos poucos foram sendo transferidas para pessoas especializadas ou 'holdings' (Artex). O paternalismo, que sempre esteve presente em muitas indústrias blumenauenses, também sofreu alterações em razão dessas modificações, muito embora algumas empresas continuem optando por continuarem a manter os moldes tradicionais.

O setor industrial permanece sendo a principal atividade do Município, embora o desenvolvimento industrial blumenauense tenha se feito através da expansão mais equilibrada de todos os seus ramos manufatureiros alguns setores, tais como o têxtil, produtos alimentícios, editorial e gráfico cresceram em um ritmo maior. Segundo os dados do IBGE (1980), Blumenau possui 735 indústrias ocupando uma mão-de-obra de 37.700 pessoas.

TAMANHO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE EMPREGADOS
Grande Indústria	33 (4,5%)	30.948 pes. (82%)
Média Indústria	47 (6,41%)	5.078 pes. (13,5%)
Pequena Indústria	655 (89,11%)	1.674 pes. (4,5%)
	735 Indústrias	37.700 pessoas

Principais indústrias de Blumenau segundo o número de empregados:

NOME	ATIVIDADE	EMPREGADOS
Cia Hering	Confecções, Fábrica de camisas	4.274
Artex S.A. Fábrica de Artefatos Têxteis	Fiação, Fábrica de Toalhas e Tecidos	3.747
Sul Fabril S.A.	Malharia e Confecção	2.466
Cia Hering - Itororó	Fábrica de Artefatos de Malhas, Agasalhos	2.205
TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A.	Fiação e Tecelagem de Algodão	2.200
Cremer S.A. Produtos Têxteis	Fiação e Tecelagem	1.963
Cia Souza Cruz Ind. e Com.	Indústria de Fumo	1.190
Mafisa Malharia Blumenau S.A.	Fábrica de Artefatos de Malha	1.100
Cia Hering	Fiação	1.035
Cia Têxtil Karsten	Fábrica de Artefatos de Tecidos	1.096
Majú Ind. Têxtil Ltda	Fábrica de Artefatos de Malhas	1.000
Eletro Aço Altona Ltda	Fundição de Aço, Fabricação de Ferramentas	845

Fábrica de Cadarços e Bordados Haco	Fábrica de Artefatos Têxteis	700
--	---------------------------------	-----

FONTE: IBGE 1980

Em síntese, a industrialização em Blumenau foi uma das mais expressivas em termos de âmbito estadual e formaram-se das pequenas e médias empresas familiares dirigidas por empreendedores de origem germânica. Estes utilizavam os recursos acumulados da exploração agrícola e comercial para a capitalização de suas fábricas e tendo em vista que não desfrutavam de nenhum favor fiscal do Governo, reaproveitavam e investiam nas fábricas boa parcela de suas rendas familiares. Após as duas grandes Guerras Mundiais, as fábricas, especialmente as têxteis, transformaram-se em empreendimentos sólidos que forneciam excelentes produtos a importantes mercados consumidores, seja em âmbito nacional ou internacional. E desta forma as indústrias têxteis blumenauenses passaram a formar o maior pólo concentrado têxtil do país, sendo que algumas delas estão entre as maiores da América Latina e até do mundo.

CAPITULO II

CARACTERIZAÇÃO DOS OPERÁRIOS DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS

A produção capitalista tem como finalidade específica produzir e fabricar mercadorias como forma de valorizar o capital e criar um valor excedente. Para isso generalizam-se, na sociedade, condições básicas para a realização deste objetivo:

- Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros;
- Em segundo, os trabalhadores deverão ser livres para dispor de sua força de trabalho.

No primeiro estágio do capitalismo o modo de produção muda muito pouco, o que muda é a organização do trabalho, ou seja, o trabalho tradicional do artesão é subdividido em operações e executado em série por uma cadeia de trabalhadores. É somente numa fase mais desenvolvida que:

"(....) o modo capitalista de produção recebe a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e; ao subordiná-lo ao mercado

também os remodela para servirem às necessidades do capital." (BRAVERMANN, 1981:231)

Na sociedade capitalista o processo de trabalho se converte em um meio de subsistência. A força de trabalho tornar-se uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de outras mercadorias nas palavras de Marx:

"(....) o estranhamento do trabalhador em seu objetivo se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que quanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador, que quanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho mais impotente se torna o trabalhador, que quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza." (MARX Apud. ANTUNES, 1988: 181-182)

Essa transformação da força de trabalho em mercadoria faz com que ela surja para o trabalhador como algo estranho e alheio a ele, algo que não o satisfaz e que o degrada.

"Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele." (MARX Apud. ANTUNES, 1988: 153)

A indústria capitalista moderna tende a transformar o processo de trabalho em operações cada vez mais parcelizadas. . . Essa decomposição de inspiração Taylorista³ pode ser resumida em três pontos principais:

- a) A dissociação do processo de trabalho da perícia dos trabalhadores, de sua experiência, conhecimento e tradição em um ofício. A organização do processo de trabalho passa a depender do planejamento e das decisões da administração;
- b) A separação entre o processo de concepção e o processo de execução das tarefas, isto é, o isolamento entre os dois aspectos que caracterizam e diferenciam o trabalho humano do trabalho animal em geral: o fato de que o produto final já existia na imaginação do trabalhador ao iniciar o processo de transformação;
- c) O uso do monopólio do conhecimento das tarefas, por parte da administração, para controlar cada passo do processo de trabalho e seu modo de execução.⁴

(3) O Taylorismo surgiu nos Estados Unidos com a publicação de duas obras de Taylor: "Organização Científica do Trabalho nas Oficinas" (1903) e "Princípios de Organização Científica" (1911), nas quais desenvolve o aparato do controle sobre o processo do trabalho. Este consistia na apropriação do saber operário pelo capital ao mesmo tempo em que o trabalho tende a ser totalmente desqualificado, tornando-se o capitalista sempre mais independente do trabalhador, substituível a qualquer momento.

(4) BRAVERMANN, Henry, op. cit. p. 72, 377-378.

A gerência científica veio a existir com base nestes princípios. Sua função principal é garantir a maximização da produção através da disciplina do trabalho em que os operários são obrigados a fazer as mesmas manipulações em períodos de tempo cada vez mais reduzidos, dispensando cada vez mais força durante o mesmo período.

A parcelarização das tarefas permite ao capital manipular e controlar os trabalhadores, transformando o trabalho em rotineiro, desgastante e incapaz de qualquer inteligibilidade do processo em curso. Ou como nos diz Octávio Paz:

"E a repetição do mesmo gesto característico da máquina conduz a uma força desconhecida da imobilidade a do mecanismo que avança de parte alguma para nenhum lugar." (PAZ, 1984: 65)

2.1- O Perfil dos Trabalhadores Blumenauenses

A origem e a formação da mão-de-obra blumenauense tem sua gênese na colonização alemã, inclusive com certo resquício da mentalidade das corporações européias:

"O estudo sobre a mão-de-obra alemã no início da industrialização, em meados do século XIX mostra que na mente da grande maioria dos operários ainda predominavam as concepções das diferentes hierarquias, provenientes do sistema medieval de agremiações (mestres e aprendizes) e que subsistiram até a época da liberdade industrial. Em consequência, nas indústrias reinava ainda uma espécie de relacionamento patriarcal. Via de regra o patrão entendia-se como um benfeitor de seu empregado, ao qual este último devia o seu pão e o qual cometeria uma injustiça imperdoável se tivesse a ousadia de

tentar fazer qualquer tipo de exigência, ou por assim dizer, tentar determinar, ele próprio, as condições de aceitação de um bem que, em verdade, lhe era outorgado unicamente pelo empregador. Nas indústrias, tal qual na prática, em que ainda transparecia a influência recebida do 'despotismo benevolente' que havia florescido na época de Frederico, O Grande, reinava um sistema patriarcal despótico em que o próprio operário considerava-se em certo sentido 'súdito' em 'relação' ao seu patrão." (RENAUX, 1987:152)

Essa ideologia sedimentada em tradições seculares é transplantada pelos imigrantes para Blumenau, especialmente pela ideologia nacionalista alemã, que preconizava que o povo alemão não precisava vincular-se a um território ou um Estado, para compor a nação. Tal fato decorre do "JUS SANGUINIS", que identifica a nacionalidade de um povo por sua descendência sangüínea. O Germanismo ou "DEUTSCHTUM" - como era chamado pelos alemães, consiste num elo que liga um povo a sua nação: uma comunidade de interesses, e uma cultura, raça e língua comuns, identificados como uma consciência nacional alemã.

A ideologia nacionalista alemã praticada pelos imigrantes e descendentes de alemães, no que diz respeito a manutenção de sua mentalidade germânica, foram muito bem retratadas nos "MANDAMENTOS" publicados originalmente no jornal "NEUEN DEUTSCHE ZEITUNG" de Porto Alegre, e com grande divulgação em todos os jornais do Vale do Itajaí:

- 1º) Mostra e confessa, como brasileiro, que é um descendente de alemães, mesmo quando no momento não pareça ser vantajoso.
- 2º) Fala e escreve em alemão nas relações com alemães, sejam eles alemães natos ou descendentes

de alemães como tu.

- 3º) Leia também jornais e livros alemães: se a ordem natural dominar a língua oficial portuguesa, não deve ser descuidado o uso da tua magnífica língua materna alemã.
- 4º) Promove também a utilização da língua alemã na tua família e dá para teus filhos ensino alemão, eles te agradecerão por isso.
- 5º) Não modifiques em nenhum ponto o teu nome de família alemão, para que tenhas de imediato o direito de domicílio no Brasil, como fazem com os nomes de família os portugueses, espanhóis, italianos, eslavos e sírios. Teu nome alemão é tua bandeira pessoal.
- 6º) Seja, de preferência, apenas membro de um partido nacional brasileiro, que conceda a ti, como descendentes de alemães, direitos iguais, tal como os outros membros, e que não sufoque a tua particularidade. Quando tú, com todos os teus compatriotas de origem se filiarem como membros ativos desse partido, terás guardada tua particularidade para o bem da tua pátria brasileira.
- 7º) Consagra um dia do ano para teu "VOLKSTUM", no qual tu, com toda a tua família, festejareis o dia do teuto-brasileiro, o dia do colono, e dele toma parte.
- 8º) Não inveja o êxito dos teus compatriotas de origem alemã, dá antes o melhor de ti ajudando-os.
- 9º) Ordena tua ânsia pessoal de desenvolvimento, pondo acima disso os grandes objetivos da vida cultural dos teuto-brasileiros.

10º) Atua na tua sociedade (VEREIN) com a finalidade de elevar os interesses do nacionalismo teuto-brasileiro (DEUTSCHBRASILIANERTUM) junto às associações estatais maiores.⁵

A qualidade de trabalho alemão, nessa doutrina, era um sentimento de grande importância: a idéia da superioridade do trabalho dos alemães. A auto-suficiência conseguida em uma região selvagem era para eles uma comprovação de superioridade em relação aos brasileiros, especialmente o caboclo do litoral. Criou-se o protótipo do caboclo pobre, desorganizado e doente, que se opunha a imagem do caboclo pioneiro, cujo trabalho era visível nas comunidades em que vivia. Dessa forma, desde o início houve um tipo de relacionamento inter-étnico caboclo-colono que foi marcado pela oposição entre essas duas raças.

Sedimentava-se assim uma comunidade com forte sentimento alemão, 'construído' pelo trabalho de colonos dessa origem num território estrangeiro. E isso era intensificado porque famílias de imigrantes sem raízes locais de parentesco extenso, tinham que se organizar em termos comunitários, portanto supra-familiares, aumentando conseqüentemente a coesão grupal e a segurança: exemplo disto são as Associações de Caça e Tiro, bem como de Canto, Teatro e Dança, que foram amplamente divulgadas e preservadas na convivência social.

A imprensa teuto-brasileira⁶ foi importante fonte de informação a respeito dessa ideologia (nacionalismo alemão),

(5) Publicado originalmente no Jornal "NEUE DEUTSCHE ZEITUNG", de Porto Alegre e transcrito no "KOLONIE ZEITUNG", no "URWALDSBOTE" e no "BLUMENAUER ZEITUNG". C.F. KOLONIE ZEITUNG, ano 75, nº 66, de 19.08.37.

(6) Os jornais teuto-brasileiros mais importantes no Vale do Itajaí eram: "BLUMENAUER ZEITUNG", "DER URWALDESBATE", "KOLONIE ZEITUNG" e "RUNDSCHAU".

pois desempenhavam duas funções básicas: defender os interesses dos imigrantes alemães perante o Governo brasileiro e demais raças colonizadoras do Brasil e internamente, manter nas colônias o vivo sentimento do nascimento alemão e os laços com a pátria-mãe.

Afora os jornais, houve ainda, principalmente no período compreendido entre os anos de 1890 e 1940, um outro tipo de literatura teuto-brasileira, que se desenvolveu através dos "KALANDER" (almanaques), publicados anualmente em forma de revista. Os almanaques possuíam grande penetração em todas as classes sociais, desde lavradores e operários, passando pela classe média e atingindo também as elites. Os temas prediletos dos almanaques eram: a ênfase à língua alemã, a importância da raça, do sangue e da origem étnica alemã, a família como um dos pilares do DEUTSCHTUM, a importância da cidadania brasileira, a lealdade à pátria de origem e a preocupação em exaltar poeticamente a terra brasileira.

Outro elemento importante para a manutenção da ideologia nacionalista eram as Sociedades de Caça e Tiro ("SCHUTZENVEREIN"). Pois estas além de preservarem as tradições trazidas da terra natal, eram o local onde se reuniam o povo para as atividades recreativas: a prática de tiro ao alvo e outras modalidades esportivas, bailes, teatro, desfiles, apresentações musicais e acrobáticas, etc. Essas atividades refletiam a vida pública e social da comunidade, e por intermédio delas os colonos se organizavam para a realização de determinadas atividades de assistência mútua, como por exemplo, construir uma obra pública - escola, capela e estradas, bem como prestar colaboração em caso de calamidades públicas (como nas enchentes).

A Igreja também desempenhou um importante papel na preservação da cultura alemã. Os colonos na quase totalidade eram adeptos da Igreja Evangélica da Confissão Luterana, a qual possuía uma identificação absoluta com os valores ét-

nicos alemães e tinham como missão a manutenção do "DEUTSCHTUM".

Esses valores étnicos pregados pela Igreja Evangélica, não tinham cunho político, apesar da subordinação à Igreja Alemã e dos subsídios políticos dados pela mesma.

Finalmente, nesse breve estudo sobre a ideologia nacionalista na preservação da cultura alemã, convém lembrar ainda o papel desempenhado pelas escolas comunitárias ou escolas rurais teuto-brasileiras. Estas eram consideradas as guardiãs da "VOLKSGEMEINSCHAFTS" e essencial para a sua preservação. Eram mantidas pelos colonos ou por comunidades religiosas e com subsídios da Alemanha e tinham como objetivos não apenas alfabetizar filhos de colonos, mas preservar na comunidade o uso diário da língua alemã e daí sua importância na preservação da cultura alemã em Blumenau.

A ideologia nacionalista conseguiu manter seus objetivos até a campanha de nacionalização, instituída por Getúlio Vargas, após o golpe de 1937 e particularmente em 1942, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha. A partir daí houve uma série de conflitos entre os teuto e luso-brasileiros, bem como uma série de medidas governamentais que tinham por objetivo a erradicação das influências estrangeiras, especialmente combater a infiltração nazista. Assim, por exemplo, foi proibida a publicação de jornais e revistas em língua alemã; proibição de falar a língua alemã em qualquer lugar público; obrigatoriedade do serviço militar para os filhos de imigrantes; censura à imprensa; intervenção em escolas e sociedades assistenciais alemãs, etc.

Segundo Geralda Seyferth, o Vale do Itajaí passou a ser considerado como um "quisto racial ameaçador da soberania do Brasil" e "foco de desagregação do espírito nacional".

(SEYFERTH, 1981:183) Ao lado disso:

"(....) os teuto-brasileiros são apresentados como imorais, porque

'costumam se embebedar nas festas', e os clubes, bares e festas eram freqüentados indistintamente por homens e mulheres, que se excediam no uso de bebidas alcoólicas. É censurado a participação das mulheres nos exercícios esportivos das sociedades de ginásticas, etc. (...), Hermann Blumenau foi apresentado como um separista que deliberadamente fundou uma colônia em região deserta de luso-brasileiros para mais facilmente chegar a seus propósitos. Esses propósitos não são explicitados, mas é óbvio que, na opinião de Nogueira representaria uma ameaça ao território nacional: o objetivo de Blumenau teria sido a criação de uma nova Alemanha. (...) Blumenau é acusado de deliberadamente impedir os colonos alemães de adquirirem escravos negros por causa de suas concepções racistas e, finalmente, o mérito do sucesso de colonização é atribuído ao caboclo Dias, que acompanhava Blumenau durante a escolha da região a ser colonizada. (SEYFERTH, 1981:183-184)

A Segunda Guerra Mundial provocou novas medidas repressivas, desta vez com o uso da violência se necessário:

"Censura da correspondência que ia ou vinha da Alemanha, apreensão de aparelhos de rádio, carros de passeio ou utilitários pertencentes a alemães e teuto-brasileiros, e estímulo às denúncias a partir das quais qualquer pessoa podia ser presa por falar alemão. Além disso, clubes e associações recreativas e culturais foram fechadas e suas sedes requisitadas para outras finalidades (...). Essas sociedades só foram reorganizadas após a Guerra Mundial e de acordo com as normas propostas pela nacionalização: tiveram que trocar seus nomes alemães por outros brasi-

leiros.(....) Nomes de ruas também foram trocados."(SEYFERTH, 1981:198)

Não resta dúvida que a campanha de nacionalização foi traumatizante para todos os que tinham origem alemã, pois além de todas essas medidas repressivas, houve muitos exageros por parte de alguns participantes mais radicais: como depredações de casas e sedes de sociedades teuto-brasileiras; prisões arbitrárias, denúncias sem fundamento, casas comerciais saqueadas; os colonos, que em sua grande maioria não sabiam português, preferiam deixar suas mercadorias se perderem no campo do que vir à cidade e se exporem; nas fábricas os trabalhadores eram vigiados por soldados para que não usassem a língua alemã e como muitos não sabiam o português, tiveram que deixar as fábricas enfim, instaurou-se um clima de terrorismo e insegurança na cidade.⁷

Todavia, a Campanha de Nacionalização não surtiu os efeitos desejados: as medidas tomadas contra os teuto-brasileiros provocaram muito mais conflitos do que alcançar os objetivos a que se propunha o Governo Federal. No entanto, esses fatos deixaram seqüelas: de um lado os brasileiros sentiam-se discriminados com relação aos empregos nas fábricas de Blumenau, que sempre preferiam os empregados com ascendência germânica, de outro lado, os teuto-brasileiros sentiam-se diminuídos com a atitude discriminatória e até mesmo hostil adotada pela Campanha de Nacionalização.

(7) A esse respeito consultar as obras: "Nacionalização do Vale do Itajaí" de Rui Alencar Nogueira, Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947; "Integralismo (o fascismo Brasileiro na Década de 1930)" de Héglio Trindade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974; "Vale do Itajaí: Jornadas de Civismo". Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939 e "Nacionalismo e Identidade Étnica" de Giralda Seyferty. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

Isso reforçou ainda mais a solidariedade entre os germânicos incluindo a quase supressão das barreiras entre as várias classes sociais vigentes. O isolamento dos teutos brasileiros fazia com que estes se refugiassem ainda mais na sua capacidade produtiva.

Esse relato um tanto extenso nos permite analisar e compreender melhor alguns aspectos caracterizadores do operariado têxtil. Conforme já ressaltamos no início do capítulo, os primeiros colonos que se fixaram em Blumenau, embora ávidos de liberdade e relativamente independentes devido ao regime econômico da pequena propriedade, tinham a mentalidade de camponeses germânicos. O mesmo se teria manifestado nas fábricas onde "a passividade imposta pela servidão secular supostamente se manifestou numa atitude de submissão e respeito pela autoridade mais próxima, o patrão." (HERING, 1987:152).

Por outro lado, o convívio muito próximo entre patrões e operários determinados pela origem comum, pela frequência aos mesmos lugares (Clubes de Caça e Tiro, Igrejas, escolas, etc.) criava uma afinidade ainda maior entre eles, especialmente, como ressalta Maria Luiza R. Hering:

"(....) os contratos de trabalho não eram regidos por lei, e uma atitude paternalista caracterizava o relacionamento do empregador com os operários, definidos como 'responsáveis', perfeccionistas, dóceis e extremamente cumpridores do dever." (HERING, 1987:102)

E cita como exemplo o comportamento de Bruno Hering em relação aos seus operários:

"(....) sendo ele responsável pela parte social das empresas, tentou dar, além da assistência material, apoio moral e espiritual aos seus colaboradores e, com essa finalidade criou uma biblioteca. Verificando que a frequência era pouca, passou ele mesmo a

ler textos à noite aos operários, na sala de refeições da fábrica."
(HERING, 1987:102)

"Este é o caso também de Alfredo Hering que organizou com seus operários um pequeno conjunto musical." (MAMIGONIAN, 1966:434)

A proximidade das residências dos trabalhadores com a fábrica fazia com que as datas festivas, especialmente o Natal e a Páscoa, fossem comemorados conjuntamente. Aliás, estas datas coincidiam com as férias dos trabalhadores, as quais iniciavam-se com grandes festas no local de trabalho e distribuição de brindes e presentes aos operários e suas famílias.

Essa relação de paternalismo foi mais intensificada durante a Campanha de Nacionalização, pois os operários sentindo-se ameaçados e inseguros com as medidas governamentais e com as hostilidades dos luso-brasileiros, só confiavam em seus patrões, também alemães, e estes tinham como missão proteger e cuidar de seus compatriotas. Isso gerou uma dependência enorme dos trabalhadores em relação a seus patrões, o que justifica a relação de submissão de grandes parcelas da classe operária têxtil durante quase um século, à classe industrial.

Outra questão que nos permite avançar um pouco mais na busca da particularidade da classe operária blumenauense é a presença de trabalhadores oriundos do campo e principalmente a existência do colono-operário.

A forma peculiar que a transição do trabalho-agrícola para o fabril assume em Blumenau é que, alguns membros da família permanecem com os trabalhadores rurais, enquanto outros vão para as fábricas e, a exemplo dos primeiros colonos-operários, exercem concomitantemente o trabalho fabril e o trabalho no campo.

Segundo Giralda Seyferth, os colonos entraram no sistema capitalista de produção, para serem empregados dos mesmos empresários que exploravam a comercialização da pequena

produção camponesa.

"Formavam, contudo, um grupo peculiar de classe trabalhadora: tinham a propriedade de terras, ou eram herdeiros de colonos pequenos proprietários de terras. Trabalhavam nas fábricas mas permaneciam moradores da área rural, mantendo atividades ligadas à lavoura. O aspecto mais importante deste operário é tanto a sua dupla condição como o fato de ter persistido e se diferenciado do operariado comum ao longo de mais de oitenta anos."
(SEYFERTH, 1987:104-105)

Assim os descendentes de alemães continuavam mantendo seu pedaço de terra, embora com o passar dos anos, para muitos dos colonos o seu 'ganha pão' passassem a depender quase que exclusivamente do seu trabalho fabril. Pois as terras, conforme já ressaltamos, eram constituídas por minifúndios, que com o desgaste do solo e com as sucessivas divisões em razão de heranças, eram incapazes de prover a subsistência dos colonos, obrigando-os a buscarem outra fonte de renda: o trabalho fabril.

A forma de divisão da propriedade por partilha legal, conforme o hábito da população de origem germânica, consistia em,

"(....) que todos os herdeiros recebem uma parcela igual, seguida da venda (simbólica, muitas vezes) ou da desistência em favor de apenas um dos herdeiros. Aqueles que vendem ou desistem da terra ou proletarizam, mesmo vivendo na zona rural, pois é comum reservar para si, nestas circunstâncias, o que chamam 'um chão de casa', isto é, uma parcela suficiente para construir uma casa e manter uma horta."

Assim a demanda de mão-de-obra industrial parece ter aumentado quase na mesma proporção com que as propriedades se fragmentavam.

A possibilidade de uma nova forma de consumo é outro importante fator que levou muitos colonos a abandonarem a lavoura e adentrarem as fábricas. Como nos diz Singer (1977: 153):

"(.....) a classe operária não pode ser mais marginalizada do mercado interno nos países industrializados, ou seja, já que não se pode mais impedir que ela participe dos 'novos produtos', estes tornam-se o alicate para os membros da classe operária em idade de trabalhar efetivamente alienem ao capital sua capacidade de trabalho."

O fundamental nessa situação é que a entrada desses colonos, em sua grande maioria jovens, no mercado de trabalho, ocasiona duas conseqüências:

1. A exploração direta e intensiva dessa força de trabalho;
2. A criação de um exército-de-reserva.

Essa mão-de-obra não especializada torna-se barata para o capital, além de permitir uma grande manipulação e controle desses operários: pois estes acreditam que seu trabalho não tem valor já que qualquer um pode substituir. Assim eles se submetem a qualquer sistema de trabalho com medo de serem dispensados e terem que voltar ao trabalho na roça, o que os impediria de manter o padrão de consumo, já então considerado indispensável.

Essa ilusão consumista além de afastar o homem do campo o torna uma presa fácil do próprio sistema capitalista, pois ele e os membros de sua família são jogados sem qualquer qualificação dentro de uma fábrica sem verem saída. Assim, esses

dois fatores em última instância atingem também outros operários, que passam a ser pressionados pela presença dessa mão-de-obra barata e disposta a sobreviver a qualquer preço. Essa insegurança reforça também a submissão ao capital, pois o operário, com medo de perder seu emprego, sujeita-se a todas as exigências do patrão sem reclamar.

Outro fator de considerável importância é que as indústrias desde a sua fundação contratavam indiscriminadamente trabalho masculino, feminino e infantil, sem que houvesse qualquer indicação de discriminação na remuneração de trabalho do primeiro e do segundo. Mamigonian (1965:161) sugere que essa discriminação começou a ocorrer após o período de 1914. Esta fase que coincide com a expansão das indústrias têxteis em Blumenau, também traz mais uma modificação: a predominância do trabalho feminino sobre o masculino. Atualmente segundo dados do Sindicato dos Operários na Indústria Têxtil, as mulheres constituem mais de 60% da mão-de-obra empregada pelas indústrias têxteis.

É importante notar que, apesar de serem tão produtivas quanto os trabalhadores de sexo masculino, as operárias são valorizadas pela docilidade e adaptação às piores condições de trabalho. Esse espírito submisso, além de fazer parte de todo um condicionamento sócio-cultural e religioso é agravado pelo fato que a mulher está dividida entre o trabalho na fábrica e os afazeres domésticos, restando-lhe pouco tempo para refletir sobre sua condição de duplamente explorada. Para Anita Moser, "o status da mulher é o da submissão ao homem e da eficiência no trabalho." (MOSER, 1985:41)

A mulher também, simbolicamente não se vê como uma profissional, pois geralmente exerce funções subalternas (fiandeira, maçaroqueira, costureira) e considera seu trabalho sem grande valor e apenas como uma necessidade para ajudar no orçamento familiar. Isso, segundo Maria Célia Paoli, faz com que: "a conflitividade de sua situação é pessoal e in-

teiramente fragmentada."(PAOLI, 1987:80).

Já em relação à utilização de menores, os estigmas funcionam fundamentando-se em duas questões: os menores ganhavam menos, o que os torna mais lucrativos; a possibilidade de moldar os pequenos-trabalhadores de acordo com os interesses da empresa.

Constatamos, assim, que as características de sexo, idade, eficiência, submissão, constituíram-se em variáveis importantes na organização do processo de trabalho das indústrias têxteis. Marx já observara que:

"(....) o emprego das máquinas torna supérflua a força muscular e torna-se meio de emprego para operários sem força muscular, ou com um desenvolvimento físico não pleno, mas com uma grande flexibilidade. fazemos trabalhar mulheres e crianças. Eis a solução que pregava o capital quando começou a utilizar-se das máquinas. Essa potência que substituíu o trabalho e os operários se tornou assim um meio de aumentar o número dos assalariados, englobando todos os membros de família e submetendo-os ao capital."(MARX, 1978:90)

"Observe-se ainda que todos os sistemas de produção simbólicas (escola, Igreja, edições, etc.) estão comprometidos com a legitimidade da racionalidade capitalista, que tem a qualidade de mantenedora do estilo de dominação vigente na sociedade, na medida em que reproduz e reforça a relação de identidade e integração pretendida pelo sistema."(PAOLI: 1974:34-38)

Não é de espantar, portanto, que os operários legitimem sua condição de classe subalterna e explorada, afinal todo o seu mundo é moldado pelas mãos da classe dirigente.

"O preenchimento do tempo ocioso também se torna dependente do mercado, que inventa continuamente divertimentos passivos, entretenimentos e espetáculos que se ajustam às restritas circunstâncias da cidade e são oferecidos como sucedâneas da própria vida. (...) Pela sua própria profusão, perdem o valor e tendem a padronizar a mediocridade e vulgaridade que avilta o gosto popular resultado que é ainda mais garantido pelo fato de que mercado de massa tem um poderoso efeito do mínimo denominador comum devido a que procura um lucro máximo." (BRAVERMANN: 1981:237)

Mas será que todo esse arcabouço ideológico montado pelas classes dirigentes para silenciar a classe trabalhadora, implica na afirmação da total inexistência de conflitos ou na negação de uma oposição de interesses entre operários e a empresa?

Achamos que não, pois apesar dessa dominação ser muito forte ela é incapaz de silenciar completamente os trabalhadores, que através de uma fala silenciosa e isolada dão sinais de resistência. É assim que em L'Etabli⁸ um grupo de três operários iuguslavos da linha de produção das indústrias Citröen, graças à realização de táticas operatórias espontâneas, conseguem ganhar alguns minutos do ritmo imposto pela organização do trabalho. No grupo, um dos três pode então deixar a linha e fumar ostensivamente um cigarro enquanto o conjunto dos outros trabalhadores continua indefinidamente a repetir os mesmos gestos. Estes poucos minutos arrancados do tempo e do ritmo da linha são aproveitados coletivamente. Es-

(8) LINHART, Robert. Greve na fábrica (L'Etabli). Tradução de Miguel Arraes. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1980, p. 30-31.

te momento, como descreve Linhart, é até mesmo vivido com intensa alegria, como uma espécie de vitória coletiva sobre a rigidez e a violência da organização do trabalho.

É através do caráter simbólico que estes pequenos gestos de rebeldia: dominar o tempo, ser mais forte do que a organização do trabalho, as pequenas sabotagens do dia-a-dia, a recusa em fazer horas extras, etc., caracterizam uma quebra do conformismo operário e indicam uma resistência, mesmo que mínima.

Essas pequenas lutas operadas no cotidiano fabril ocorrem sempre de modo desigual e fragmentado, sem a presença de um elemento unificador capaz de superar essa heterogeneidade objetiva e estrutural que faz com que a luta contra alguns elementos garantidores da superexploração do trabalho, seja ineficaz. Porém, o insucesso destas pequenas lutas, certamente mais frequentes, dada a espantosa violência da repressão, não anula a enorme importância deste campo de luta no engendramento histórico da luta de classe.

Vamos conhecer agora uma dessas manifestações de luta do trabalho frente ao capital: as greves.

Apesar dessa palavra não ser muito comum no vocabulário do operariado têxtil, ela também não é totalmente ignorada, especialmente se remontarmos ao período de 1945 à 1950, onde encontraremos algumas manifestações grevistas nas empresas têxteis.⁹

A primeira greve ocorrida no setor têxtil blumenauense, segundo documentação disponível ocorreu em outubro de 1945, na Empresa Industrial Garcia, situado no bairro Gar-

(9) As análises desses movimentos grevistas terão por base a dissertação apresentada em 1985 no Curso de Pós-Graduação em História - UFSC por Maria de Fátima Sabino Dias.

cia. Os motivos que levaram um grupo de operários a paralisarem as suas atividades por um período de oito dias foram econômicos, ou seja, a reivindicação de aumento salarial, o que não impediu que também se questionassem a disciplina fabril e as condições de trabalho.

A Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, fundada em 15 de agosto de 1941, por iniciativa dos empresários, foram contra a greve e solicitou o imediato retorno ao trabalho.

Os operários formaram então uma comissão de greve para negociar a solução do conflito com os empresários. A empresa apresentou uma contra-proposta, que foi aceita pelos grevistas, já que atendia a algumas das reivindicações.

A segunda greve ocorreu em 1949, na Cia Cremer e apesar da inexistência de informações sobre a pauta de reivindicações, sabe-se, contudo, que o principal motivo era a concessão de um aumento salarial.

Desta vez o movimento contou com o apoio da Associação Profissional, que já havia se transformado em sindicato, muito embora esse apoio só tenha se concretizado após o início da greve. O presidente do sindicato encaminhou as propostas à empresa e foi feito um acordo em que os empresários comprometiam-se a atender as reivindicações. Porém elas foram descumpridas tão logo os operários retornaram ao trabalho.

O terceiro movimento grevista caracteriza-se como o mais expressivo de todos: tanto em sua duração (29 dias) quanto no número de operários envolvidos (1.770). Esta greve ocorrida em fevereiro de 1950 contou com a participação dos operários da Empresa Industrial Garcia, da Fábrica de Gazes Medicinais Cremer S.A., da Fábrica de Chapéus Nelsa e da Algotex e, pode ser caracterizada como uma greve econômica, voltada para a necessidade de recuperação dos índices salariais, duramente atingidos pela crise econômica gerada pela

Segunda Guerra Mundial. Esse movimento ocorreu por iniciativa dos operários e a revelia do Sindicato que em momento algum era favorável à greve, conforme declaração do seu presidente Leopoldi Ferrari: "(....) eu era contra a greve, sempre fui. E dizia sempre para os operários que com boas maneiras se consegue muito mais do que com esta violência que vocês estão fazendo (....)" (FERRARI IN DIAS, 1985:28)

A greve foi considerada pelas autoridades judiciais como subversiva e por isso foi duramente combatida por forças policiais:

"À meia-noite, os choques policiais rumavam para o local, atacando os grevistas com bombas de gás lacrimogênio, ao mesmo tempo em que disparavam tiros de metralhadoras e fuzís para o ar. Não conseguiram, porém, abrir os portões, pois a eles se agarravam desesperadamente os grevistas embora cegados momentaneamente pelo gás (....) Diante disso, os mantenedores da ordem transpuseram os muros e tomaram conta da fábrica enquanto os portões continuavam em poder dos grevistas."¹⁰

Os empresários mostravam-se irredutíveis em entrarem em entendimento com os 1.170 grevistas, e estes sofrendo todas as formas de pressões e repressões optaram por apresentar uma proposta cujo intermediário era o Ministério do Trabalho, que condicionava a volta ao trabalho à garantia de que não seria adotada nenhuma represália aos participantes do movimento grevista. Apesar de não haver o conhecimento da pauta de negociações, Maria de Fátima Sabino supõe que havia

(10) Jornal "A Nação". Blumenau, 19 de fevereiro de 1950.
In: DIAS, Maria de Fátima Sabino, op. cit., p. 103.

muitas outras reivindicações que foram atendidas, pois os trabalhadores voltaram ao trabalho depois de vinte e nove dias de paralisação.

Porém, logo após a volta ao trabalho, as promessas foram esquecidas e as repressões desencadeadas: a polícia abriu inquérito para apurar os responsáveis pelo movimento; nas fábricas os grevistas eram demitidos, suspensos ou punidos. Essas medidas repercutiram negativamente no meio operário, legitimando ainda mais as práticas autoritárias dos empresários, fazendo com que os trabalhadores fossem reduzidos a uma condição de impotência e solidão, o que piorava totalmente as chances de uma possível reação dos trabalhadores.

Os operários não podiam contar com ninguém pois os sindicatos estavam atrelados ao Estado, e este aos interesses dos capitalistas. As leis eram feitas não para proteger os trabalhadores mas sim para manipulá-los e controlá-los. E essa situação perdurou por quatro décadas quando por fim o Sindicato conseguiu libertar-se do controle dos pelegos e os operários perderam o medo dos patrões e partiram para o enfrentamento direto na maior greve já realizada na história da cidade: a greve de 1989 (que será abordada no quarto capítulo). Por enquanto vamos continuar buscando subsídios que forneçam a caracterização do operariado têxtil.

2.2- Relacionamento dos Operários Com o Sindicato e a Política

O ano de 1930 marca o advento de profundas transformações no país. A crise política que iniciou-se em 1920, aliada à crise mundial do capitalismo em 1929, detonou no Brasil o movimento conhecido como "Revolução de 1930".

Esse movimento inaugurou uma nova orientação política do Estado, que buscava a promoção da industrialização e ao mesmo tempo que reconhecia a existência de alguns direitos

sociais. Através do chamado "Estado de Paz Social", beneficiava-se as classes dominantes mas fazia-se algumas concessões às classes dominadas.

A partir dessas propostas o Estado passou a intervir nas relações de trabalho por duas vertentes. A primeira delas foi a criação da legislação protetora do trabalho desenvolvida na década de 30, e que regulamentava e estendia ao conjunto dos trabalhadores urbanos uma série de conquistas sociais, já obtidas pelos setores mais combativos e mobilizados dos trabalhadores. Em quatro anos as questões de emprego e desemprego, trabalho das mulheres e de menores, férias, descanso semanal, limitação da jornada de trabalho, etc., foram regulamentados pelo Estado Vargas, colocando a classe operária sob a tutela e domínio do Estado, e determinou as linhas principais do padrão atual de relações de trabalho e participação dos trabalhadores no processo político nacional.

A segunda vertente da intervenção estatal, foi a criação do sindicato oficial corporativista, que transformou os sindicatos em órgãos burocratizados, dependentes do Estado (através do controle que o Ministério do Trabalho passou a exercer sobre eles) e desvinculados da base, além de não contemplar nenhuma forma de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

O papel corporativista dos sindicatos nos sistemas político, econômico e social está claramente delineado na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 no artigo 514:

ART. 514. São deveres dos sindicatos:

- I- Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;
- II- Manter serviços de assistência judiciária para os associados;
- III- Promover a conciliação nos dissídios de trabalho.

§ Único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, o dever de;

- a) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;
- b) fundar e manter as escolas de alfabetização e pré-vocacionais.

O funcionamento do sindicato encontrava uma série de limitações impostas pela C.L.T. no artigo 521 que proibia "(....) qualquer propaganda de doutrinas, incompatíveis com as instituições e com os interesses da nação (....) quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 511:

"Art. 511. (Como devem organizar-se os sindicatos); cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidário." (CÂNDIDO Fº, 1981:181)

A função dessas leis era a promoção de cooperação e da solidariedade social em substituição aos conflitos de classe e a desordem social. Assim, sindicalizar todos os trabalhadores e manter um rigoroso controle sobre todos os sindicatos, passou a ser a característica da política do Estado, permitindo tão somente as lideranças dóceis, e compatíveis com sua doutrina, aos quais os empregados apelidaram de pelegos:

"Como a pele de carneiro sob a sela, que torna mais fácil para o cavalo suportar o cavaleiro. Nesta analogia, o cavalo representa a classe operária e o cavaleiro o Estado e os empregadores," (ERICKSON, 1979: 69)

que tinham por missão abafar qualquer movimento de reivindicação que contrariassem a harmonia entre capital e trabalho e, especialmente evitar que os trabalhadores tivessem qualquer contato com partidos cujas ideologias fossem radicais, o

comunismo e anarquismo, a fim de evitar a ruptura da ordem social vigente.

É em meio a este contexto político que surge a primeira organização dos trabalhadores têxteis de Blumenau - a Associação Profissional dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, fundado em 1941. A Associação era o primeiro passo para a formação do Sindicato. As associações limitavam-se a representar os interesses de seus filiados junto à Justiça do Trabalho ou perante as autoridades administrativas, e não tinham competência para firmar contratos coletivos, nem firmar dissídios coletivos e não recolhiam a contribuição sindical. Para serem reconhecidos como Sindicato teriam que preencher os seguintes requisitos:

- a) Reunião de 1/3 no mínimo dos integrantes da categoria;
- b) Os serviços sociais fundados e mantidos;
- c) O valor do patrimônio.

Em 15 de agosto de 1941 deu-se o ato de instalação oficial da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau. A sua organização demonstrava explicitamente o:

"(....) controle do Ministério do Trabalho e a política de colaboração de classes impostas pela legislação Trabalhista sobre as classes trabalhadoras: como organizadores da Associação, um alto funcionário da Empresa Industrial Garcia e um representante do Ministério do Trabalho; para defender os direitos dos operários, um advogado da Empresa Garcia e, por outro lado, uma diretoria formada sem a participação da maioria da classe trabalhadora de Blumenau." (DIAS, 1985:60)

O caminho seguido pela Associação Profissional foi a assistência médico hospitalar, farmacêutica, jurídica, etc. Esse espírito assistencialista encontra seu fundamento e respaldo na Legislação Sindical, que define as entidades sindicais como entidades assistencialistas. Além dessa função a Associação também serviu de instrumento do Estado nas diversas campanhas promovidas por ele.

Uma dessas campanhas foi a de nacionalização mencionada no ítem anterior, e que teve o apoio incondicional da Associação Profissional, inclusive funcionando como um órgão de denúncia de operários que não cumprissem as determinações legais.

"Não esqueçam que estamos colaborando estritamente com as autoridades na campanha de nacionalização. Que temos de fazer tudo para cumprir as determinações das autoridades na campanha de nacionalização. Caprichem para zelar para que todos falem somente a língua portuguesa e não mais seja usada a língua alemã. Quem não obedecer estas determinações será denunciado à polícia, pois quem assim não quer se submeter é reacionário e está perturbando a ordem."¹¹

(11) BLUMENAU, Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de. Instrução: determina providências a serem tomadas pelas Delegacias. In: DIAS, Maria de Fátima Sabino, op. cit. p. 722.

A Associação percorria as fábricas distribuindo folhetos com o Hino Nacional Brasileiro, Hino à Bandeira e outros com informações sobre o serviço militar; com palestras cívicas; passou-se a exigir o desfile dos operários na Semana da Pátria e sua presença em todas as comemorações consideradas patrióticas, onde era hasteada a Bandeira e todos deveriam cantar o Hino Nacional.

A Associação profissional era vista pelos operários têxteis com extrema desconfiança. Atitude que se fundamentava, de um lado, pela postura patronal das empresas familiares, que não viram com 'bons olhos' a tutela que exerciam sobre os operários passar, de suas mãos para as do Estado. Por outro lado, a proposta de sindicalização não era acolhida como um benefício para a classe trabalhadora, já que a proposta partia do Governo e era respaldada pelo Exército, que os estava perseguindo com a Campanha de Nacionalização. Assim eram poucos os operários que se filiavam à Associação, muito embora ela tenha desenvolvido inúmeras campanhas de filiação. Quando a diretoria percebeu que não conseguiria pacificamente aumentar o número de associados, decidiu apelar ao Exército para que este tomasse medidas contra os operários que se negassem a participar.

"Infelizmente, Sr. Comandante, nem todos os operários têxteis estão inscritos na nossa Associação, o que nos traz transtornos sérios para cumprirmos o nosso dever (...). É necessário que encontremos apoio entre as autoridades a fim de que sejam os demais operários inscritos e, assim, possamos obter controle sobre todos os operários, para melhor cumprirmos as determinações e as ordens emanadas de V. Excia ou de qualquer autoridade."¹²

Esse apelo encontra sentido na medida em que o incentivo à sindicalização é protegida pelo Estado, a fim de que os seus órgãos de classe, totalmente atrelados ao Governo exerçam um maior controle político dos trabalhadores.

Segundo Maria de Fátima, que desenvolveu uma pesquisa na documentação do Sindicato, em 1946 observa-se mudanças de atitudes dos dirigentes, muito embora:

"(....) não representou uma mudança da política estrutural, na medida em que continuavam presos a um modelo de Estado semi-corporativista, inaugurado em 1946. Mas de qualquer forma, foi uma mudança considerável se compararmos com o comportamento das lideranças anteriores, que entre suas preocupações constava a de não se indispor em nenhum momento com a classe patronal. A nova diretoria começa a desempenhar um papel de fiscalização da Legislação do Trabalho, levando-o a entrar em choque com a classe empresarial de Blumenau." (DIAS, 1985:85-86)

Observe-se que essas novas diretrizes foram motivadas muito mais por fatores ou posições isoladas do que uma ação conjunta da diretoria. Dentro desse contexto merece destaque a atuação do secretário do Sindicato Otacílio Nascimento, que segundo depoimentos foi o responsável por essa política fiscalizadora da Legislação Trabalhista:

"Otacílio Nascimento, além de cobrar das empresas certos direitos dos o-

(12) Ofício do Comandante do 32ª Batalhão de Caçadores de Blumenau, In: DIAS, Maria de Fátima Sabino. Op. Cit., p. 73.

perários e de ter servido de fiscalizador das leis trabalhistas, era também vinculado ao Partido Trabalhista." (DIAS, 1985:90)

Em 1947 a Associação é transformada em Sindicato e já em 1949 sofre interdição a pedido de seu presidente Heitor Guerreiro. As justificativas apresentadas pelo presidente eram duas:

- a primeira era o tumulto ocorrido numa Assembleia no Teatro Carlos Gomes. Essa Assembleia era com os operários da Cremer que exigiam o cumprimento do acordo que o Sindicato havia formulado com a empresa por ocasião da greve. Essa greve teve seu término condicionado às garantias que a empresa se propôs a cumprir, conforme já mencionamos no item anterior, porém diante do descumprimento do acordo os operários ameaçavam com uma nova greve. E convém lembrar que a greve estava terminantemente proibida, o que originou um impasse que culminou em tumultos e agressões entre operários envolvendo inclusive membros do Sindicato.
- o segundo fator que influenciou no pedido de intervenção no Sindicato foi a retenção do Imposto Sindical no Banco do Brasil por determinação do Delegado Regional do Trabalho em Florianópolis. Essa retenção era uma das medidas punitivas aplicadas ao Sindicato por sua participação e apoio à greve dos operários da Cremer. Esse imposto havia sido liberado por ocasião do reconhecimento da Associação em Sindicato e era indispensável para a manutenção dos serviços assistenciais, inclusive o Sindicato já havia

contraído dívidas contando com esse dinheiro. E quando esse dinheiro foi retido, a diretoria sem ver nenhuma saída possível pediu a intervenção do Sindicato.

Essa intervenção possibilitou o afastamento de todos os elementos considerados nocivos ao movimento sindical e a ascensão de uma diretoria conservadora, composta por indivíduos bastante identificados com o patronato blumenauense. Assim o Sindicato passaria novamente a ser um órgão de colaboração e com sua atuação definida em função do 'equilíbrio e da paz social'. Limitavam-se ao desempenho administrativo-burocrático, e à prestação de serviços assistenciais, vinculados à entidade, que, aliás, eram as funções delegadas pelo Governo aos Sindicatos, que deveriam desempenhar o papel precípua de mediação entre os trabalhadores e o Estado.

Essa orientação prossegue através dos anos sem qualquer alteração. De fato, os limites impostos pela CLT e pelo Ministério do Trabalho, não deixavam muitas alternativas, a não ser o dever de "colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social." (CLT, art. 514). Desta forma o movimento sindical limitou-se a aprimorar a prestação de serviços assistenciais, o que leva ao aumento do número de associados por um lado e impede a formação de uma classe militante por outra.¹³

(13) O professor José Albertino Rodrigues que por muitos anos dirigiu o DIEESE, observa que "um grande número de trabalhadores procura sua organização sindical no momento em que tem um grave problema a enfrentar, seja de natureza jurídica, seja de natureza assistencial. Não sendo sócio, precisa adquirir essa qualidade para ser atendido - e o faz incontinenti. Resolvido o problema, nem sempre continua a freqüentar o sindicato, embora nele permaneça inscrito." RODRIGUES, José Albertino. O sindicato no Brasil: seu papel no desenvolvimento econômico. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

Essa prática sindical baseada apenas no assistencialismo encontrou respaldo entre os operários têxteis de Blumenau, tanto que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau é o maior da América Latina, com mais de 40 mil associados. Este tipo de atitude operária ante o Sindicato pode ser explicado por duas razões básicas:

- a) a primeira delas é a falência do sistema oficial de saúde (INAMPS) conjugado com a impossibilidade dos trabalhadores de pagar médicos e dentistas particulares, o que faz com que a assistência social oferecida pelo Sindicato assumira uma importância quase vital para os trabalhadores e suas famílias; e
- b) a segunda razão é que os serviços jurídicos postos à disposição dos associados (orientação, conselhos e fornecimento de advogados) constituem-se num meio para a obtenção de determinadas reivindicações ante a empresa, ou seja, o trabalhador procura conhecer seus direitos e pode utilizar-se deles para a obtenção de algum benefício ou vantagem pessoal.

Em tal contexto as condições propiciadoras para a exigência de padrões coletivos de ação são em grande parte eliminadas, pois a perspectiva de sucesso individual a partir da utilização das vantagens assistencialistas parece proporcionar resultados mais concretos e imediatos do que o 'sindicalismo político'.¹⁴

(14) O sindicalismo político é aquele que leva a superação de uma posição meramente defensiva da classe trabalhadora, pois vincula as possibilidades de melhorias nas condições de vida dessa à um processo geral de transformação social.

Conforme podemos perceber pelas observações feitas anteriormente, toda a história do Sindicato dos Operários Têxteis de Blumenau denota uma relação de autoritarismo e arbítrio por parte do poder dominante sobre a classe trabalhadora, aquele nunca teve uma tradição de luta em prol da classe que representava, pois era impedido de todas as formas e mantinha-se fiel às classes dominantes.

O Sindicato sempre foi marcado pelo predomínio de chapas únicas, com candidatos escolhidos pelos empresários e que permaneciam durante várias gestões na Presidência ou outros cargos de Diretoria, conforme podemos constatar na relação abaixo:

De 03.05.41 à 07.02.42

Presidente: Guilherme Gonçalves da Luz

Secretário: Alcides Teodoro Rosa

Tesoureiro: Leopoldo Ferrari

De 1942 à 1944

Presidente: José Schbert Jr.

Secretário: Hermógenes Schramm

Tesoureiro: Leopoldo Ferrari

De 1944 à 1945

Presidente: José Moritz

Secretário: Arcebiades Castellain

Tesoureiro: Leopoldo Ferrari

De 1946 à 1948

Presidente: Remigio Emendoerfer

Secretário: Henrique Rosin

Tesoureiro: Atanazio Moritz

De 1948 à 1950

Presidente: Remigio Emendoerfer

Secretário: Artur Seller

Tesoureiro: Maciel Salvador Rodrigues

De 1950 à 1952

Presidente: Leopoldo Ferrari

Secretário: Artur Seller

Tesoureiro: Osvaldo Werplotz

De 1952 à 1954

Presidente: Olimpio Moritz

Secretário: Hilario Scmitt

Tesoureiro: Antônio J. Kammer

De 1954 à 1956

Presidente: Leopoldo Ferrari

Secretário: Aldo Pereira de Andrade

Tesoureiro: Avelino da Silva

De 1956 à 1958

Presidente: Aldo Pereira de Andrade

Secretário: Otto Gross

Tesoureiro: Antonio J. Kammer

De 1959/60 - 1960/62 - 1962/64

Presidente: Aldo Pereira de Andrade

Secretário: Nilton Schmitt

Tesoureiro: Felipe João de Souza

De 1964 à 1966

Presidente: Aldo Pereira de Souza

Secretário: Felipe João de Souza

Tesoureiro: Nelson França

De 1966 à 1968

Presidente: Felipe João de Souza

Secretário: Nelson França

Tesoureiro: Sido Stribel

De 1968 à 1971

Presidente: Felipe João de Souza

Secretário: Luiz Antonio dos Santos

Tesoureiro: Sido Stribel

De 1971 à 1974

Presidente: Felipe João de Souza

Secretário: Luiz Antonio dos Santos

Tesoureiro: Lauro Edilio da Silva

De 1974 à 1977

Presidente: Felipe João de Souza

Secretário: Irineu dos Santos Bernz

Tesoureiro: Lauro Edilio da Silva

De 1977 à 1980

Presidente: João Felipe de Souza

Secretário: Irineu dos Santos Bernz

Tesoureiro: Lauro Edilio da Silva

De 1980 à 1983

Presidente: Felipe João de Souza

Secretário: Irineu dos Santos Bernz

Tesoureiro: Lauro Edilio da Silva

De 1983 à 1986

Presidente: Lauro Edilio da Silva

Secretário: Irineu dos Santos Bernz

Tesoureiro: Udemar Fiedler

De 1986 à 1989

Presidente: Lauro Edilio da Silva

Vice-Presidente: Udemar Fiedler

Secretário: Júlio José Marques

2º Tesoureiro: Irineu dos Santos Bernz

1º Tesoureiro: João Batista Gianisini

Atual Diretoria Efetiva

Presidente: Osmar Zimmermann

Vice-Presidente: Jorge Quintino dos Santos

Secretário Geral: Irineu dos Santos Bernz

1ª Secretária: Iracema Gayo

2º Secretário: Gelasio Waldrich

1º Tesoureiro: Valdemar Kremer

2º Tesoureiro: Ricardo Ranthum

Essa tendência do Sindicato de atuar numa postura de conciliação entre capital e trabalho, começou a ser alterada no início de 1988, quando pela primeira vez em sua história, houve a organização de uma chapa de oposição para concorrer às eleições da direção sindical. A chapa de oposição foi organizada por trabalhadores contrários à prática sindical "pelega" desenvolvida pelo sindicato.

O surgimento da oposição sindical despertou a reação dos empresários, que passaram a perseguir os integrantes da chapa com o intuito de impedir o seu registro geral. Uma dessas medidas foi a demissão sumária de uma das integrantes doze dias antes do registro da chapa. Contornando o problema, a chapa obteve seu registro e passou a ter grandes chances de vitória. Diante disso, um novo golpe foi utilizado: na noite que antecedeu as eleições foi distribuído um panfleto que dizia-se da chapa oposicionista, com propostas absurdas, como por exemplo, defender horário de trabalho das 22:00 horas de sexta-feira às 9:00 horas de sábado para o terceiro turno.

Mas tudo isso foi insuficiente para derrotar esta chapa, a qual tinha como proposta a construção de um sindicalismo autônomo, combativo e de classe. Através de três panfletagens realizadas nas portas das fábricas, eles conseguiram conscientizar os operários e por conseguinte obter a vitória nas eleições de 14 de dezembro de 1988.

O resultado eleitoral foi o seguinte:

	VOTOS	%
SITUAÇÃO	10.466	35.14
OPOSIÇÃO	12.264	41.31
BRANCOS	458	1.53
NULOS	598	2.00
ABSTENÇÃO	6.000	20.82
INSCRITOS ¹⁵	29.776	100.00

A vitória da chapa da oposição e a posse no dia 10 de fevereiro de 1989, representou, sem dúvida, mudanças em relação a capacidade de controle dos grupos dominantes sobre seus subordinados. Isso constituiu-se num fato importante para a história do sindicalismo blumenauense, e o fato mais significativo neste processo de mudança foi a ocorrência do movimento grevista logo no primeiro mês da nova gestão sindical.

A posse neste contexto de aguçamento das relações entre os operários têxteis e o patronato, fez com que a entidade sindical se preparasse para o embate que caracterizou as negociações pela reposição salarial que antecederam à deflagração da greve.

Assim, ao mesmo tempo em que a direção sindical inteirava-se do cotidiano fabril ela promovia debates e panfletagens nas portas das fábricas visando conscientizar os trabalhadores e pressionar o patronato para concessão do aumento. E como essa movimentação não surtiu efeito partiu-se para a greve.

(15) Pelos Estatutos do Sindicato não tinham direito de votar os associados menores de 18 anos e associados nos últimos seis meses.

Este movimento contou com o apoio incondicional do Sindicato, que apesar de sua inexperiência, conseguiu conduzir a greve com extrema habilidade até o seu desfecho, considerado positivo pela maioria dos operários.

Passada a greve, o Sindicato reforçou sua postura combativa frente ao empresariado. Para tanto foi adotado um programa de conscientização do operariado através da criação de um jornal informativo 'Força Operária'; um programa intitulado 'A Voz dos Trabalhadores' na Rádio Clube de Blumenau aos sábados, das 14:30 às 15:00 horas; Criação da Escola de Formação Sindical aos sábados, sendo que o primeiro sábado de cada mês é dedicado à formação sindical feminina e o segundo e quarto aos trabalhadores em geral; enfim um constante apoio aos trabalhadores em seu cotidiano fabril.

Estes sinais de mudança têm motivado um maior interesse dos trabalhadores por sua entidade de classe:

Pergunta: O Sr. acha que é importante ser filiado a algum sindicato? Por quê?

" - Sim. Porque esta é a maior arma que o trabalhador tem em sua defesa."

" - Sim. Sendo filiado em um sindicato em caso de dificuldade, você tem a quem recorrer e esclarecer dúvidas do seu trabalho."

" - Importantíssimo. Porque se não houver organização de classe trabalhadora para buscar a solução de seus problemas, será cada vez mais profunda a exploração feita pelas elites aos trabalhadores deste país."

" - Acho muito importante, a gente fica mais por dentro dos nossos direitos, cria mais coragem para lutar e não dizer 'amém' para tudo o que os patrões nos falam."

" - Muito, pois assim aglutinamos força para que juntos possamos ser mais fortes."

" - Sim, é importante pois sozinhos nunca conseguiremos nada, a união, a participação, a luta da classe, é que faz uma sociedade mais justa, junto conseguiremos chegar ao que almejamos."

Muito embora estas respostas denotem um certo grau de amadurecimento dos trabalhadores com relação ao seu organismo de classe, é importante observar que o caráter assistencialista do mesmo, continua a ter um grande valor para os trabalhadores, conforme poderemos perceber abaixo:

Pergunta: Quais as vantagens que o sindicato oferece aos trabalhadores?

" - Todas as vantagens em geral, como: médico, farmácia, dentista, ambulatório, transporte de doentes para outra cidade, exames de laboratório, advogados, toda a proteção aos trabalhadores."

" - Como o 'INPS' não serve para nada, nosso único recurso é o sindicato no auxílio à doença tratamento dentário. Que na medida do possível luta por um salário mais justo para os trabalhadores."

" - Condições de lutar por melhores salários e de adquirir consciência, oferece médicos, dentistas, farmácia, cursos de formação sindical, assistência jurídica e outros."

" - Conscientização, assistencialismo, luta pelos nossos direitos."

" - Dentistas, médicos, farmácia e principalmente eles 'brigam' por um salário mais justo. Eles nos representam naquela hora em que se tem que ficar cara a cara com o patrão."

" - Além de médicos e dentistas o sindicato contém os elementos de bom caráter que ensina várias coisas e nos abrem os olhos para a podridão que são os patrões."

O sindicato dos operários têxteis, apesar das inúmeras contradições objetivas que lhes são inerentes, demonstra estar avançando para um caminho capaz de romper com a estrutura de dominação que manteve, durante mais da metade do século, a passividade e submissão de seus filiados.

Há certamente muito a fazer, mas como diz Linhardt:

"(....) é aí, nestas infinitas manifestações de resistência percebidas cotidianamente que encontro os verdadeiros motivos de esperança. Nos piores momentos de exasperação, subsiste uma certeza difusa, quase inconsciente, de uma força subterrânea bem próxima que, um dia, explodirá." (LINHARDT, 1980:59)

CAPÍTULO III

ELEMENTOS DO COMPLEXO BRASILEIRO E BLUMENAUENSE À ÉPOCA DA ECLOSÃO DO MOVIMENTO GREVISTA

A crise dos últimos anos do Governo militar foi uma expressão das mudanças sociais e políticas que vinham ocorrendo no país desde a década de 70. A denominada 'abertura' iniciada pelo General-Presidente Ernesto Geisel significou um passo decisivo no processo de auto-reforma da estrutura política da autocracia burguesa, de 'democratização por dentro da ditadura', isto é, uma transição lenta e gradual, capaz de soldar as necessidades de rearranjo político com os interesses diferenciados das frações burguesas, preservando-se a estabilidade de ordem.

Entretanto, a sucessão de João Figueiredo e a estranha seqüência de fatos que se desencadearam, a partir de 15 de março de 1985, quando Tancredo Neves foi operado em emergência e, falecendo em 21 de abril do mesmo ano, fez com que o vice-presidente José Sarney assumisse a presidência.

Inicia-se assim o período denominado 'Nova República', momento de transição negociada, pois não houve uma ruptura radical com a ordem econômica, social e jurídica anterior. Apesar disso ela iniciou-se com uma forte esperança de mudança. O povo retomou seus sonhos e apostou que 'tudo ia dar certo'. Mas ano após ano as esperanças foram definhando-se e acabaram por transformar-se numa grande frustração.

E é dentro desse contexto de transição política e econômica que vemos irromper a greve dos operários têxteis blumenauenses.

3.1- O Quadro Econômico

No primeiro ano da 'Nova República' não houve nenhuma medida econômica de profundidade; o que acarretou nos últimos meses de 1985 e nos primeiros meses de 1986 o fantasma da inflação, que caminhava para índices altíssimos e que estava fora de controle, acenando para uma explosão entre 300% a 400% ao ano. É lógico que um patamar inflacionário desta ordem acabaria com a credibilidade política do Governo e o respaldo popular que marcara o início da 'Nova República'. Além disso, o Governo, estava perdendo o apoio político e a base de sustentação parlamentar, o que praticamente o incapacitaria de governar.

Diante desse quadro caótico, o Governo operou a mais profunda intervenção na economia através do Programa de Estabilização da Economia Brasileira - o Plano Cruzado - lançado em 28 de fevereiro de 1986.

O Plano Cruzado teve como objetivos principais:

- "a) reduzir drasticamente a inflação, mantendo o crescimento da economia, com geração de novos empregos e garantia dos salários reais (poder de compra médio);
- b) desestimular a especulação financeira, através da eliminação da correção monetária (desindexação da economia) e desinchar o sistema monetário, colocando-o na realidade de um mercado regulado e saudável;
- c) estimular os investimentos produtivos - o trabalho e a produção - e, assim, viabilizar o

capitalismo no Brasil, inclusive pela mudança da mentalidade da população;

- d) Salvar o país do caos econômico e social, afastando o perigo de um 'retrocesso político'." (BRUM, 1987:20)

As principais conseqüências do Plano Cruzado foram:

- " 1) No plano econômico-social - a inflação foi reduzida de 10 para 1% ao mês, isso ampliou os negócios, expandiu a produção, fez crescer o emprego, aumentou o poder aquisitivo e melhorou o padrão de vida da população;
- 2) No plano político-institucional - garantiu-se a continuidade do processo de democratização do País com a realização de eleições livres para os governos dos Estados, os Legislativos Estaduais e Nacional e para a Assembleia Nacional Constituinte e, como o Plano Cruzado era o maior cabo eleitoral, o PMDB obteve uma vitória esmagadora em todo país." (BRUM, 1987:25-32)

Porém o congelamento de preços por um tempo prolongado começou a gerar desequilíbrios que se agravaram com o passar dos meses: a escassez das mercadorias decorrentes do aumento do consumo acabaram por criar a figura do ágio, o qual influiu na retomada vigorosa da inflação; os juros começaram a aumentar violentamente; a queda no saldo da balança comercial ameaçava desencadear uma crise cambial.

"As pressões inflacionárias eram muito fortes e estavam represadas. Atro-

pelado pelos problemas acumulados, o Governo ainda sob o calor da apuração final dos votos das eleições de novembro/86, tenta com grande atraso, reparar as falhas e os erros cometidos na administração do Plano Cruzado. (...) ao fazer reajustes de preços muito elevados, entre 80% a 120%, sinalizou uma proporção muito alta de alinhamento dos preços relativos, abrindo a válvula de escape para as pressões inflacionárias acumuladas."(BRUM, 1987:37)

A decretação do 'Plano Cruzado II' de 21 de novembro de 1986, determinava através de uma série de decretos aumentos nas tabelas de preços de determinadas mercadorias e tarifas públicas, acabou por ocasionar a volta de uma inflação acelerada, de juros altíssimos o que levou muitas empresas à falência, especialmente micro e pequenas empresas. Essa situação acabou por tirar toda a credibilidade que o Governo havia adquirido durante o Plano Cruzado I.

E é dentro desse quadro de crise que o Governo tenta uma nova saída: o Plano Novo Cruzado ou Plano Bresser (como se tornou conhecido), decretado em junho de 1987 e cujos objetivos principais eram:

- controlar a inflação;
- diminuir o déficit público;
- evitar a recessão econômica e o desemprego;
- estimular as exportações;
- contornar a crise social e política.

As principais medidas tomadas foram:

- congelamento dos preços, salários e aluguéis pelo prazo de 90 dias;

- criação da Unidade de Referência de Preços (URP) para reajuste de preços e salários, que será corrigido a cada mês, de acordo com o comportamento do Índice de Preços ao Consumidor (IPC);
- os salários, terminado o congelamento, teriam reajustes mensais, de acordo com as variações da URP, com base na inflação média dos três meses anteriores;
- mini-desvalorização de 9,5% do Cruzado em relação ao dólar, devendo o câmbio continuar flexível, corrigido periodicamente com base na inflação.

Só que este plano também não conseguiu atingir os objetivos e em 21 de julho de 1987, surge o Plano de Controle Macroeconômico que visa complementar o Plano 'Novo Cruzado'. Seus aspectos principais são:

- adoção de medidas e mecanismos que garantem o crescimento dos investimentos do setor privado;
- criação de um piso nacional (salário mínimo), que após o congelamento, será reajustado acima dos índices de inflação - com aumento real que passa, no prazo de quatro anos, a dobrar seu poder aquisitivo;
- aumento do Imposto de Renda (para 88) dos ganhos de capital e dos salários excessivamente altos;
- taxas de juros reais, sempre acima da inflação;
- redução do déficit público;
- refinanciamentos das dívidas de micro, pequenas e médias empresas, contraídas durante a vigência do Plano Cruzado.

Dezenove meses depois (jun./87 - dez./88) a inflação mensal voltava a taxas insuportavelmente altas (28,8% ao mês) e que situavam, novamente, a economia a beira da hiperinflação. Durante esse período, as autoridades econômicas do Governo preparavam um pacote de medidas que se pretendia fosse o "definitivo" na eliminação da inflação. Desta forma, o Governo decidia editar mais um Plano - o Plano Verão - em janeiro de 1989.

O "Plano Verão" consistia numa série de medidas de curto prazo, cujo objetivo principal e imediato era impedir que a inflação disparasse para uma hiperinflação. O núcleo essencial do "Plano Verão" residia na tentativa de regular a demanda através de uma combinação da política fiscal e monetária.

As idéias básicas do Plano eram o congelamento dos salários, preços e câmbios, a extinção dos principais indexadores, a OTN e a URP, com isso interromper a sua realimentação constante; redução dos gastos públicos; a supressão de três zeros do cruzado, passando a moeda nacional a chamar-se Cruzado Novo.

Porém este plano também mostrou-se inócuo na contenção da pressão inflacionária, e acentuar o conflito distributivo em face da inflação e das perdas de produção decorrentes da queda de investimentos e das próprias greves e paralizações ocorridas nesse período.

Diante de tanta escuridão econômica, nestes quatro anos da "Nova República", como evoluiu a inflação em Blumenau? Isso é o que poderemos observar no quadro abaixo.

QUADRO VI - VARIAÇÕES DO IVGP* Blumenau

MÊS	% NO MÊS	% ÚLTIMOS 12 MESES	% NO ANO	%ÚLTIMOS 12 MESES	Nº ÍNDICE BASE=100
30 Mar 86	- 0,65		- 0,65		99,35
Abr	0,69		0,04		100,04
Mai	0,17		0,21		100,21
Jun	0,62		0,83		100,83
Jul 86	0,34		1,17		101,17
Ago	0,99	2,17	2,17		102,17
Set	1,34	4,22	3,54		103,54
Out	3,38	7,00	7,04		107,04
Nov	2,38	9,36	9,59		109,59
Dez 86	8,06	17,45	18,42		118,42
Jan 87	19,78	40,20	19,78		141,84
Fev	25,07	73,63	49,81	77,40	177,40
Mar	15,00	97,03	72,28	105,34	204,01
Abr	24,08	136,48	113,76	153,03	253,13
Mai	21,54	180,74	159,80	207,02	307,66
Jun	19,11	209,44	209,44	263,42	366,44
Jul 87	6,97	176,36	231,02	287,46	391,99
Ago	11,78	147,00	270,01	328,86	438,17
Set	9,73	135,67	306,00	364,35	480,79
Out	11,10	111,01	351,06	399,01	534,14
Nov	22,59	112,83	452,94	497,49	654,79
Dez 87	12,44	100,92	521,74	521,74	736,26
Jan 88	18,50	122,58	18,50	515,13	872,50
Fev	21,54	142,01	44,03	497,75	1.060,41
Mar	19,53	163,63	72,16	521,31	1.267,53
Abr	14,04	170,63	96,34	471,07	1.445,55
Mai	23,78	173,26	143,02	481,58	1.789,28
Jun	18,67	188,40	188,40	479,47	2.123,41
Jul 88	26,14	206,99	263,79	583,30	2.678,45

Ago	24,01	213,23	351,14	658,05	3.321,56
Set	27,90	235,16	477,00	783,60	4.248,25
Out	27,44	274,52	635,31	913,56	5.413,83
Nov	24,63	277,11	816,45	930,48	6.747,47
Dez 88	24,51	295,66	1.041,09	1.041,09	8.401,40
Jan 89	32,78	316,50	32,78	1.178,60	11.155,78
Fev	5,15	253,17	39,63	1.006,24	11.730,72
Mar	7,90	197,95	50,66	898,62	12.657,82

IVGP - Índice de Variação Geral de Preços

FONTE: Instituto de pesquisas Sociais (IPS) Universidade Regional de Blumenau.

QUADRO VII - Cesta Básica: Custo e Evolução

Produto	Quant.	Mar 86 (Cz\$)	Out 86 (Cz\$)	Jun 87 (Cz\$)	Jan89 (NCz\$)	15Mar90 (NCz\$)	30Abr90 (Cr\$)
Carne(Moída 2ª)	6.0Kg	126,00	118,80	300,00	9.60	900,00	840,00
Leite (C)	7:5Lt	19,35	19,50	114,00	2.48	181,35	181,35
Feijão Preto	4.5Kg	36,00	36,00	81,00	3.60	112,50	126,00
Arroz	3.0Kg	10,80	10,80	28,20	1.68	180,00	180,00
Far.Trigo	1.5Kg	2,79	3,38	9,00	0.66	37,50	37,50
Batata Ing.	6.0Kg	30,00	48,00	72,00	2.10	90,00	90,00
Tomate	9.0Kg	90,00	54,00	180,00	7.20	225,00	225,00
Pão	6.0Kg	22,80	25,20	114,00	3.06	150,00	210,00
Café Moído	0,6Kg	27,60	28,92	31,74	1.49	75,78	84,00
Banana	7.0Kg	14,00	21,00	56,00	2.24	105,00	105,00
Açucar	3.0Kg	11,76	12,54	57,60	1.56	105,00	84,00
Banha	0,8Kg	8,00	8,00	16,00	0.80	28,00	32,00
Manteiga	0,8Kg	8,00	6,80	23,04	0.50	44,80	44,80
Custo da Cesta		407,10	392,94	1.082,58	36.97	2.234,93	2.239,60

QUADRO VII - Cesta Básica: Composição e Distribuição em Função do Salário Mínimo.*

PRODUTO	QUANT.	FEV 86 %	OUT 86 %	JUN 87 %	JAN 89 %	15MAR90 %	30ABR90 %
Carne(Moída 2ª)	6.0Kg	15.672	14.776	15.229	17.657	24.496	22.863
Leite (C)	7.5Lt	2.407	2.425	5.787	4.552	4.936	4.936
Feijão Preto	4.5Kg	4.478	4.478	4.112	6.621	3.062	3.430
Arroz	3.0Kg	1.343	1.343	1.432	3.090	4.899	4.899
Far.Trigo	1.5Kg	0.347	0.420	0.457	1.214	1.021	1.021
Batata Ing.	6.0Kg	3.731	5.970	3.655	3.862	2.450	2.450
Tomate	9.0Kg	11.194	6.716	9.137	13.243	6.124	6.124
Pão	6.0Kg	2.836	3.134	5.787	5.628	4.083	5.716
Café Moído	0.6Kg	3.433	3.597	1.611	2.737	2.063	2.286
Banana	7.0Kg	1.741	2.612	2.843	4.120	2.858	2.858
Açúcar	3.0Kg	1.463	1.560	2.924	2.869	2.858	2.286
Banha	0.8Kg	0.995	0.995	0.812	1.471	0.762	0.871
Manteiga	0.8Kg	0.995	0.846	1.170	0,927	1.219	1.219
Cesta/Sal.Min.		50.634	48.873	54.956	67.992	60.831	60.959
Valor Sal. Min.		(Cz\$) 804.00	(Cz\$) 804.00	(Cz\$) 1.962.92	(NCz\$) 54.37	(NCz\$) 3.674.00	(Cr\$) 3.674.00

(*) Idem Ibid.

Como podemos perceber, os desacertos econômicos da Nova República refletiam-se no índice inflacionário e consequentemente no aumento da cesta básica que corroía mês a mês o salário dos operários. Além disso, as crises também eram motivos para demissões de empregados e para pressionar os demais a aceitarem as condições impostas pelo patronato. O arrocho salarial foi outra das consequências dos inúmeros planos fracassados como poderemos constatar no próximo item.

3.2- Salários e Política Salarial na "Nova República"

O super-arrocho dos salários no período 1980-84 e a evidente contenção forçada das reivindicações de reposição, acabam por gerar, no ano de 1985, numerosas lutas dos assalariados; cerca de 400 a 500 greves eclodiram nesse período, forçando a superação dos limites fixados pela indexação oficial.

Como se percebe, a "Nova República" herdou um patamar de arrocho que necessariamente seria posto em causa por inúmeros movimentos da classe trabalhadora (grevistas ou não) que reivindicavam a reposição das perdas.

Em 1985, há pelo menos quatro fatos a destacar:

1º) As alterações institucionais na legislação salarial;

2º) as alterações institucionais de socorro à sub-remuneração, isto é, o programa de prioridades sociais ou de salários indiretos do novo Governo;

3º) a recuperação relativa da produção e do nível de emprego;

4º) as conquistas sindicais arrochadas aos empre-

sários." (MORAIS, 1986:234)

Só que essas medidas paliativas não conseguiram trazer nenhum benefício aos trabalhadores, e as taxas-recordes de inflação em dezembro-janeiro-fevereiro, reduziam ainda mais os salários já desgastados. Os movimentos trabalhistas comandados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), já planejavam uma greve geral para o primeiro trimestre de 1986. Só que antes que isso acontecesse, surgiu o Decreto-Lei nº 2.283 de 28 de fevereiro, trazendo várias conseqüências à política salarial e de empregos, os quais analisaremos a seguir.

Com relação aos salários, o decreto decide a recomposição de sua média real nos últimos seis meses sobre esse salário médio seria acrescentado um abono de 8%. Porém essa tabela de conversão de salários "rouba" um mês de inflação, ao multiplicar o salário de fevereiro por 1, quando nesse mês o IPCA foi de 14,36%. De qualquer modo, o valor obtido por esses cálculos seria estabilizado por 12 meses, a não ser que, nas datas-base das diferentes categorias os sindicatos conquistassem ganhos de produtividade (já antecipadamente limitados). Se, por outro lado, houvesse no período uma inflação igual ou superior a 20%, seria acionado um "gatilho" de correção automático - a "escala móvel".

A maior crítica à questão salarial do Plano é que o surto inflacionário, durante os meses anteriores ao congelamento não foi repostado pelo Plano, já que os salários foram convertidos em cruzados por uma média achatada. A antecipação dos reajustes representou, de imediato, um ganho para os trabalhadores, mas este ganho teve como contrapartida a interrupção de um amplo movimento de recuperação dos salários, que já estava em curso há mais de um ano.

Por outro lado, o custo de vida nos primeiros meses, além de não subir ainda caiu, fazendo com que grande parte dos trabalhadores tivessem uma reação positiva ao pacote.

Os meios de comunicação também estavam aliados ao Governo e incutiam na população o chavão "tem que dar certo"; criaram-se os fiscais do Sarney que cantavam o Hino Nacional e fechavam lojas e supermercados que desrespeitavam o congelamento. Vivia-se no "país das maravilhas", a inflação seria zerada, os trabalhadores teriam poder aquisitivo para adquirir uma série de bens que até pouco tempo eram privilégio dos mais abastados.

Porém, a grande verdade é que o Plano Cruzado não trouxe qualquer aumento significativo do salário real médio durante a sua aplicação, mesmo nos quatro meses, quando o plano "funcionou" relativamente bem. Com o fracasso do Plano, os salários foram tendo perdas progressivas devido a uma nova face de recessão econômica acompanhada de elevados índices de inflação. A euforia inicial com o Plano rapidamente transformou-se em uma crise de desânimo, insegurança, incerteza e perplexidade diante do agravamento dos problemas econômicos, sociais e políticos.

A partir da adoção do Plano Bresser, duas regras de reajuste dos salários nominais entravam em vigor: o Decreto-Lei nº 2.335 de junho de 1987 complementado posteriormente pelo Decreto-Lei nº 2.336 de julho de 1987. Estes decretos estabeleciam as seguintes normas:

- na data-base de cada categoria, não há reajuste salarial compulsório. A correção dos salários depende exclusivamente da negociação coletiva, a qual, como menciona o Decreto-Lei, "(....) será ampla e não estará sujeita a qualquer limitação que se refira ao aumento do salário";
- nos demais meses do ano, o reajuste salarial é compulsório, com periodicidade mensal e proporcional à variação mensal da Unidade de Referência de Preços (URP). A taxa de variação mensal da URP é constante ao longo dos trimestres de

setembro-novembro, dezembro-fevereiro, março-maio e junho-agosto. Para cada trimestre, a variação mensal da URP equivale à média mensal da variação do Índice de Preços ao Consumidor do IBGE, calculado para o trimestre anterior.

Esta sistemática de reajustes de salários foi determinante para o arrocho salarial, pois as diferenças acumuladas entre as taxas de correção salarial e as de crescimento dos preços implicavam quedas contínuas do salário real.

QUADRO VIII- Variação Percentual mensal da URP e do IPC-IBGE no Brasil - set.-dez./87-jan.-nov./88

ANOS E MESES	VARIAÇÃO DO IPC DO IBGE	VARIAÇÃO DA URP	DIFERENÇA ABSOLUTA(1)	DIFERENÇA RELATIVA(2)
1987				
Set	5,68	4,59	0,99	0,95
Out	9,18	4,69	4,49	4,29
Nov	12,84	4,69	8,15	7,78
Dez	14,14	9,19	4,95	4,53
1988				
Jan	16,51	9,19	7,32	6,70
Fev	17,96	9,19	8,77	8,03
Mar	16,01	16,19	-0,18	-0,15
Abr	19,28	16,19	3,09	2,66
Mai	17,78	16,19	1,59	1,37
Jun	19,53	17,68	1,85	1,57
Jul	24,04	17,68	6,36	5,40
Ago	20,66	17,68	2,98	2,53
Set	24,01	21,39	2,62	2,16

Out	27,25	21,39	5,86	4,83
Nov	26,92	21,39	5,53	4,56

FONTE: IBGE

(1) A diferença absoluta corresponde à subtração simples entre a variação do IPC e da URP. (2) A diferença relativa corresponde à correção salarial adicional à variação da URP necessária para acompanhar a inflação mensal.

A exemplo dos programas anteriores, Cruzado e Bresser, a questão salarial ocupou o centro das controvérsias do Plano Verão decretado em meados de janeiro. E mais uma vez, os trabalhadores são sacrificados, a título de se conseguir a estabilidade econômica. O nível em que os preços foram congelados estavam sobre-elevados, pois esses embutiam a expectativa da inflação em virtude da acelerada remarcação que sofreram nos meses anteriores e vazamento de informações a respeito do congelamento vindouro. A própria inflação não contida passa a rebaixar ainda mais o poder de compra em que os salários foram congelados. Segundo cálculos do DIEESE as perdas salariais ficaram entre 41,27 e 49,91%, a maior defasagem salarial já imposta aos trabalhadores brasileiros.

QUADRO IX - TABELA DE SALÁRIOS SEGUNDO A DATA-BASE E ÍNDICES DE SALÁRIO REAL

Data-Base	REAJUSTES DE SALÁRIOS		ÍNDICES DE SALÁRIO REAL	
	Choque Verão	Reajuste Necessário	MAR/86 100	MAR/86 US\$100
Jan	-x-	50,00%	66,66	81
Fev	14,73%	83,15%	62,64	77
Mar	10,37%	80,42%	61,18	75

FONTE: DIEESE

O "Choque Verão" impõe uma perda significativa nos salários pois cristaliza as perdas salariais sofridas pelos trabalhadores ao longo de 1988, quando a inflação atingiu quase 11.000. Portanto, para que houvesse uma recuperação desta perda, todos os salários deveriam ser ajustados.

QUADRO X - Evolução do Custo de Vida em Blumenau de Setembro/88 à Março/89.

	ICV - DIEESE		IPC - IBGE		IVGP - FURB	
	% MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACU- MULADO
Set 88	22,99	22,99	24,01	24,01	27,90	27,90
Outubro	27,56	56,89	27,25	57,80	27,44	63,00
Novembro	26,20	97,99	26,92	100,28	24,63	103,14
Dezembro	25,38	148,24	28,79	157,94	24,51	152,92
Jan/89	33,78	232,10	70,28	339,23	32,78	235,84
Fevereiro	18,41	293,23	3,60	355,04	5,15	253,14
Março	10,22	333,42	6,09	382,75	7,98	281,32

FONTE: DIEESE Florianópolis

QUADRO XI - Evolução Salarial e IPC - IBGE

	REAJUSTE SALARIAL		IPC - IBGE	
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO
Set/88	- x -	- x -	24,01	24,01
Out	21,39	21,39	27,25	57,80
Nov	21,39	47,36	26,92	100,28
Dez	26,05	85,74	28,79	157,94
Jan/89	26,05	134,13	70,28	339,23
Fev	- x -	134,13	3,60	355,04
Mar	1,84	138,43	6,09	382,75

FONTE: DIEESE Florianópolis

Essas considerações sobre o comportamento dos salários mostram o arrocho com perdas salariais elevadas para os trabalhadores. Só a título de exemplo, mencionamos o fato de que no mês de março/89, grande parte dos trabalhadores têxteis receberam seus contracheques zerados ou em débito com a cooperativa.

Isso, sem dúvida foi o fator principal na decretação da greve, conforme veremos no próximo capítulo.

3.3- A Conjuntura Política

A redemocratização brasileira iniciada em 1977 foi resultado de um grande pacto político que uniu praticamente todos os setores modernos da sociedade civil brasileira: empresários industriais, classes médias intelectualizadas e trabalhadores organizados. Apesar da característica conservadora da transição democrática, assistimos o surgimento de um amplo movimento popular denominado "Diretas já". Esse movimento caracterizou-se pela recuperação de um espaço público que até então era negado ao povo: as ruas e praças públicas. Esse "exército" formado por milhões de cidadãos revelou o desejo que as classes subalternas tinham de conquistar peso e voz na sociedade civil e de viver em um Estado democrático onde seus desejos e aspirações pudessem ser ouvidos e respeitados.

Porém as esperanças dessa grande massa foram frustradas com a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, que propunha eleições diretas para Presidente da República. Dessa forma, o próximo Presidente seria eleito por um Colégio Eleitoral, que como nos diz Florestan Fernandes:

"(....) uma farsa grosseira que acabou ganhando o caráter de campo de pugna eleitoral aceitável. A oposição consentida, que ensarilhara as armas, o desertar de campanha pelas

eleições diretas legitimou a via imposta pela ditadura e endossou a alternativa pela qual esta disputará a sua própria sucessão, através de um candidato oficial, ficando de contrapeso com a liberdade de atuar 'acima das classes', segundo suas conveniências". (FERNANDES, 1986: 142)

Esse caráter conservador da transição foi acentuado por uma disputa feita dentro de um bipartidarismo esdrúxulo, tendo de um lado o candidato da situação (PDS) Paulo Maluf e, de outro lado o candidato da oposição Tancredo Neves. A oposição garantirá sua vitória no Congresso Eleitoral por um acordo político com setores que até então estavam profundamente comprometidos com o regime militar, ou seja, uma facção do partido governista (PDS) se alia ao PMDB formando a Aliança Democrática.¹⁶ O resultado foi que o PMDB não só teve que aceitar o vice-presidente deste grupo, como também oficializar a adesão de amplos setores conservadores que assim escapavam do destino de derrotados.

Os fatos dramáticos que se sucederam com a morte de Tancredo Neves antes de ser empossado Presidente da República, repercutiram negativamente no quadro político nacional e conforme diagnóstico de Florestan Fernandes, a Nova República,

"(...) não rompeu com o passado, remoto ou recente. Não combateu de frente a ditadura. Contornou-a e prolongou-a. Nasceu de seu ventre e foi batizada em sua pia batismal. O Colégio Eleitoral tinha de ser o seu

(16) Essa facção do Partido Democrático Social (PDS) acabou por gerar uma cisão no mesmo e a fundação de um novo Partido - o Partido da Frente Liberal (PFL).

berço e, também, o seu leito de morte. A retórica empolgou a sua defesa, através da indústria cultural de comunicação de massas e da ação rasteira dos políticos profissionais. Todavia, a retórica está sendo desafiada pelos ritmos históricos da sociedade brasileira. Os diques romperam-se em todas as posições estratégicas do poder conservador. O Governo que se sucede à ditadura nasce marcado por sua ineficiência e impotência." (FERNANDES, 1986:20)

Já no primeiro ano da Nova República começaram a ficar evidentes os conflitos internos do pacto democrático, pois as mudanças eram limitadas e às vezes nem chegavam a acontecer. As principais medidas foram:

- restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República;
- suavização da Lei de Segurança Nacional;
- a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, embora conservadoramente, pois sua autonomia é sistematicamente colocada em dúvida pela Presidência da República; já as medidas que não chegaram a ser efetivadas dizem respeito a duas reivindicações básicas dos trabalhadores: - a ampliação do direito de greve e a autonomia sindical.

Outro fato que mudou totalmente o cenário econômico e político foi o Plano Cruzado, decretado em 28 de fevereiro de 1986, que teve como principais conseqüências políticas as seguintes:

- recuperação da credibilidade da Nova República, especialmente do Presidente Sarney;
- desmobilização dos movimentos trabalhistas que

reinvindicavam reposições salariais em decorrência do apoio ao plano;

- o PMDB obteve a maior vitória já dada a um partido numa eleição livre em toda a história do País - mais de 25 milhões de votos. Conseguiu eleger 22 dos 23 governadores de Estado, 44 das 49 cadeiras no Senado, 53% das cadeiras na Assembleia Nacional Constituinte e a maioria em pelo menos quinze Assembléias Legislativas.

As eleições de 1986 foram responsáveis pela criação de um novo perfil ideológico dos Governadores eleitos, pois ao contrário do que aconteceu na eleição de 1982, esses se situam do centro para a esquerda e dentro deles é alto o número de progressistas.

Em Santa Catarina, o perfil do Governador eleito Pedro Ivo Campos (PMDB) está situado no grupo dos moderados; já para o Senado foram eleitos dois peemedebistas considerados progressistas: Dirceu Carneiro e Nelson Wedekin. Quanto à Câmara Federal, das 16 cadeiras, o PMDB ganhou 09, o PDS 04, PFL, PDC e PTB 01 cadeira cada. Na Assembléia Legislativa das quarenta cadeiras o PMDB ficou com 19, o PDS 11, o PFL 07 e uma para o PDC, o PT e o PDT.

Em Blumenau, as eleições apresentaram algumas surpresas, dentre elas destacamos:

- 1- a alta votação em candidatos que não possuíam nenhuma tradição política, como Vilson de Souza (Deputado Federal - PMDB) e Francisco Mastella (Deputado Estadual - PDC);
- 2- O PMDB, apesar de ter eleito dois Deputados Federais não conseguiu eleger nenhum Deputado Estadual, nem mesmo os três Deputados que concorriam a reeleição, sendo que um deles (Álvaro Correia) concorria ao seu quarto mandato;

3- a derrota do candidato do PMDB à Governo do Estado e a vitória do candidato do PFL Vilson Kleinubing. Este resultado numa cidade considerada reduto do PMDB acentuou ainda mais o "racha" no PMDB local, onde as duas alas, uma liderada pelo ex-prefeito "Lazinho" e a outra pelo também ex-prefeito e deputado federal Renato de Mello Vianna juntamente com o prefeito Dalto dos Reis, trocavam acusações mútuas, uma culpando a outra pela derrota na cidade.

As justificativas apresentadas para esses fatos foram: que o prefeito Dalto dos Reis não estava fazendo uma boa administração na cidade e, além do mais não possuía nenhum "carisma" político que era uma das principais características de seu antecessor; a classe empresarial mobilizou-se no financiamento e apoio a candidatos que representassem seus interesses, como no caso do Deputado Estadual Francisco Mastella e do Deputado Federal Vilson de Souza. O primeiro contou com o apoio da CEVAL pertencente ao Grupo Hering e foi um dos Deputados mais votados. O segundo, cujo irmão era presidente da ACIB (Associação Comercial e Industrial de Blumenau), contou com um forte apoio empresarial e também foi um dos Deputados mais votados de Santa Catarina.¹⁷ As duas campanhas foram consideradas milionárias, e esta é a única justificativa da eleição dos mesmos, já que nenhum deles tinha qualquer experiência na política nem mesmo como líderes comunitários ou algo parecido.

(17) Por questão de justiça, compete a ressalva que o Deputado federal Vilson de Souza depois de eleito rompeu com o esquema empresarial que o havia eleito, mudou do PMDB para o PSDB e obteve a classificação de constituinte nota 10 pelo livro do DIAPE.

Foi nesse contexto que o PMDB chegou à Constituinte em 1987, com quase 40% da sua bancada originária da classe proprietária/capitalista e com 72 elementos oriundos da ex-arena ou PDS, ou seja, a classe dominante mais uma vez, lançava uma estratégia transformista, visando manter seu poder.

O termo "transformismo" foi utilizado por Gramsci para descrever uma política de uma elite que está perdendo o controle hegemônico da situação (em termos de respaldo popular e parlamentar), mas ainda retém grande astúcia e poderes de manipulação. Com o objetivo de atravessar este período de crise e de transformações, o antigo grupo hegemônico se transforma descartando a sua imagem de "velho ou tradicional", para tentar incorporar um discurso "novo ou moderno" com políticos/candidatos/partidos de "cara nova" que correspondam aos anseios dos eleitores e que de preferência critiquem o antigo regime, do qual faziam parte até pouco tempo.

"Essa prática consiste basicamente na concessão do poder de um grupo hegemônico para uma elite alternativa, geralmente considerada progressista por estarem mais afinadas com os novos tempos, justamente para evitar uma tomada de poder de baixo para cima." (GRAMSCI, 1989:185)

Esta estratégia foi responsável pela pequena parcela de constituintes de esquerda (mais ou menos 20%) o que a impossibilitava de ganhar qualquer questão sem uma aliança com os políticos de centro. Porém esses oscilavam ora a direita ora a esquerda, o que sem dúvida contribuiu para os traços conservador e progressista da Constituição.

A primeira derrota do grupo denominado "progressista" ocorreu logo no início dos trabalhos, quando tentaram remover todo o chamado "entulho autoritário": Lei de Seguran-

ça Nacional, Lei de Greve, Lei de Imprensa, poderes excepcionais do Presidente, restaurar as prerrogativas do Congresso, evitar que os Senadores eleitos em 1982 fizessem parte da Assembléia Constituinte, etc... Porém com a derrota tudo ficou como estava.

A história da primeira fase da Constituinte já é bem conhecida, porém convém lembrar alguns fatos importantes. O primeiro deles é a tentativa constante de interferência do Presidente da República José Sarney, especialmente na questão do mandato do Presidente. Este, contrariando as promessas assumidas por Tancredo Neves e por ele próprio de que ficariam somente quatro anos no poder, agora queria cinco anos e, não media esforços para conseguir isso, nem que tivesse que recorrer a ajuda dos militares. Assim, o fantasma de um golpe militar, caso fosse aprovado o parlamentarismo e os quatro anos para Sarney rondavam o país e ameaçavam a Nova Constituição, conforme comprovam as declarações abaixo:

"As eleições presidenciais este ano poderão trazer ao país grandes transtornos no plano político. Com a realização das eleições existe o risco dessas leis não serem votadas e, em consequência disso, uma possível situação de caos generalizado. O ideal é um mandato de cinco anos para o Presidente Sarney." (CAMARINHA, Brigadeiro Paulo Roberto - Chefe do estado-Maior das Forças Armadas, março de 1988)

"Eu pessoalmente julgo da maior impropriedade uma eleição em 1988." (GONÇALVES, General Leônidas Pires, Março de 1988)

"Os militares estão sentindo que as eleições este ano trarão dificuldades insuperáveis que, somadas às dificuldades existentes, podem afetar

as instituições e a governabilidade do país." (LIMA, Brigadeiro Otávio Moreira - Ministro da Aeronáutica, março de 1988)¹⁸

Estas declarações foram feitas às vésperas da apresentação do relatório final da Comissão de Sistematização presidida pelo Senador Afonso Arinos e relatado pelo Deputado Bernardo Cabral, que previa um mandato presidencial de quatro anos (eleições diretas para Presidente da República em 1988) e um sistema parlamentarista de Governo (já em 1988), entre outras inovações progressistas tais como: introdução do conceito de "demissão imotivada" que na prática equivaleria a estabilidade de emprego, licença-maternidade de 120 dias, nacionalização das distribuidoras de derivados de petróleo, reforma agrária e outras.

Essas inovações progressistas não despertaram somente os militares, mas também o chamado "Centrão", um grupo composto sobre uma ampla base conservadora, com espaço para os liberais do PMDB. Este grupo já havia se mobilizado em dezembro de 1987 para modificar o Regimento Interno e assim enfrentar as votações no primeiro turno em 1988. Com 290 votos contra 16 o "Centrão" aprovou seu projeto de requerimento numa clara demonstração de força. Porém, após a votação o "Centrão" praticamente desmobilizou-se e só conseguiu mobilizar todos os seus efetivos em plenário, em 23 de março de 1988 para aprovar o presidencialismo (por 343 a 213 votos) e cinco anos para o Presidente Sarney (304 a 223 votos). Os "estímulos" para essa mobilização foram calculados em milhões de dólares em benefícios diretos e indiretos, distribuídos aos parlamentares pelos empresários (especialmente a FIESP) e pelo próprio Governo Sarney.

(18) VEJA, 30 de março de 1988, nº 1.021, São Paulo : Abril.

Após esta grande mobilização houve um esvaziamento relativo do "Centrão", o que possibilitou que os progressistas obtivessem algumas vitórias, como: estender o direito de greve à todas as categorias e a legitimidade de greves políticas e de solidariedade, votos aos 16 anos, tabelamento dos juros em 12% e anistia aos microempresários, quatro anos para Sarney, e mesmo outras, etc.

Só que essas e outras medidas estavam sujeitas a votação no segundo turno. E para impedir que fossem aprovadas o Governo Sarney colocou em ação a chamada "Operação Desmonte", onde munido de números, estatísticas e ameaças de caos econômico investe contra a Constituinte. Inclusive em pronunciamento na televisão, como em agosto/88, quando o Presidente, em cadeia nacional, falou durante 29 minutos, afirmando que a Constituição construiu no primeiro turno um projeto inviável, devido aos gastos que cria para o Governo, às receitas que toma do Poder Público Federal e a maneira pouco amena como trata o capital estrangeiro. Porém este pronunciamento despertou a imediata reação do Presidente da ANC (Assembleia Nacional Constituinte), Ulisses Guimarães que contra-atacou por 12 minutos (também em cadeia nacional) defendendo a soberania da Assembleia Constituinte, bem como o seu projeto e as conquistas sociais obtidas no primeiro turno. Obviamente estas batalhas prosseguiram até a promulgação da Constituição num clima de confronto evidente entre o Executivo e o Legislativo, com a participação dos ministros militares (os quais Ulisses Guimarães já tinha se referido como "os três patetas") que viviam repetindo a possível ameaça de um golpe militar.

Apesar de todos os contratemplos, ameaças e disputas de projetos e do caráter corporativista que assumiu em muitos momentos, a Nova Constituição foi promulgada em 05 de outubro de 1988. Em sua totalidade, o texto constitucional apresenta uma feição liberal-conservadora e com alguns dispo-

sitivos que representam um avanço na plataforma de benefícios sociais. José Genuíno, Deputado pelo PT, apresenta um rol de dispositivos da Nova Constituição que representam o caráter conservador:

"(....) na organização do estado houve um projeto coeso, definido por parte da burguesia. Se nós olharmos por exemplo, o sistema político-eleitoral: manteve o sistema que vem da alquimia da ditadura militar em relação à proporção de deputados por Estados, a existência do Senado, etc. (....) A questão da organização sindical foi um ponto muito importante, em que se manteve a estrutura sindical vertical tutelada, em relação ao Estado, para definir uma única representação sindical. (....) Nos temas gerais, nos temas nacionais, da Organização do Estado, houve uma posição de coesão da burguesia principalmente no sentido de manter os mecanismos reacionários, coercitivos e conservadores de um Estado de tutela militar."(GENUÍNO, 1988:13)

Por outro lado, a Nova Constituição também garante algumas conquistas trabalhistas importantes, tais como:

- a) a jornada de trabalho está fixada em 8 horas e a jornada semanal em 44 horas (art. 7, Inciso XIII);
- b) o trabalhador tem direito a 1/3 a mais em seu salário no momento em que entra em férias (art. 7, Inciso XVII);
- c) para cada hora extra de trabalho a pessoa ganhará no mínimo 50% a mais sobre o valor de uma hora normal trabalhada (art. 7, Inciso XVI);

- d) o empregado demitido sem justa causa tem direito a indenização de 40% do seu FGTS, até que a Lei Complementar determine o valor definido nessa indenização (art 7 e 10 das disposições transitórias);
- e) a jornada diária de trabalho para turnos ininterruptos de revezamento passa a ser de 6 horas, salvo negociação coletiva. Caso os empregados aceitem continuar trabalhando 8 horas, terão direito ao pagamento de 2 horas extras (art. 7, Inciso XIV);
- f) os trabalhadores rurais têm os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos (art. 7);
- g) o Governo não dispõe mais de poder para intervir nos sindicatos (art. 8, Inciso V);
- h) qualquer entidade sindical pode ser criada sem necessidade da autorização do Governo (art. 8, Inciso I);
- i) está assegurado o direito de greve, inclusive para os empregados em serviços considerados essenciais. A greve no funcionalismo depende de regulamentação por lei complementar (art. 9);
- j) os aposentados ganham 13º salário, e suas pensões serão corrigidas mensalmente; nenhum aposentado ganhará menos que um salário mínimo (art. 201, § 6º, § 2º e § 5º);
- k) a licença-maternidade será de 120 dias (art.7, Inc. XVIII);
- l) a licença-paternidade foi fixada, provisoriamente, em cinco dias; poderá ser ampliada ou diminuída por lei ordinária (art. 7, Inc. XIX e art. 10, § 1º);
- m) todo trabalhador que recebe até dois salários

mínimos por mês, terá direito a um abono de fim de ano, equivalente a um salário mínimo, pago pelo Programa de Integração Social (PIS) (art. 239, § 3º);

As questões mais importantes na questão dos direitos e garantias fundamentais são:

- n) os cidadãos que desejarem ter acesso aos seus dados pessoais arquivados em órgãos públicos ou privados e quiserem modificá-lo já podem fazê-lo através do habeas-data (art. 5º, Inciso LXXII, alínea a);
- o) ninguém mais pode ser preso senão em flagrante delito ou através de mandado expedido pelo juiz (art. 5º, Inciso LXX).

Estas conquistas sociais, apesar da grande maioria depender ainda de regulamentação em leis complementares, representam sem dúvida um avanço, especialmente quando lembramos que essa mesma Constituição votou o mandado de cinco anos para Sarney, votou com a UDR na questão da reforma agrária, manteve a estrutura sindical de origem fascista e ainda por cima conviveu com as pressões do Governo Sarney, dos militares ameaçando um novo golpe e com a histeria dos empresários que insistiam em que se essas leis fossem aprovadas seria o caos econômico. Essas posições são confirmadas pelas declarações de Jair Meneghelli, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores):

"É evidente que não conseguimos tudo o que pretendíamos.(....) Mas quando se considera a correlação de forças dentro da Constituinte, é claro que acabamos com um saldo vitorioso. Os empresários chegaram a

fretar aviões para ir à Brasília, onde participaram de negociações que impressionaram pelo ruído - e pela quantidade de trapalhadas."19

Porém estas vitórias não significam que a batalha já esteja ganha. Pois o processo desencadeado para obtê-la, necessita que esses princípios não sejam interpretados de forma que torne impossível sua aplicação, ou que sejam alterados de forma a frustrar o que se esperava de sua validade prática. Portanto, a luta não está terminada com a entrada em vigor da Nova Constituição.

O encerramento da Assembléia Nacional Constituinte ocorreu em meio a uma campanha política visando as eleições para prefeitos e vereadores.

As eleições realizadas em 15 de novembro de 1988, portanto um pouco mais de um mês da promulgação da Nova Constituição, significaram a derrocada final do Presidente Sarney e do partido associado a ele - o PMDB. Das 77 prefeituras que detinham entre as 100 maiores cidades brasileiras, o PMDB só conseguiu vencer em 21. A grande novidade foi que a "balança eleitoral" inclinou-se para a esquerda.

"Esse 'dobrar a esquerda', mesmo que conjunturalmente moldado, indica que as opções eleitorais sustentam-se menos numa visão ideologizada e mais numa percepção programática, da qual as posturas, quanto à coisa pública constituem a tradução. Portanto, os partidos valem sim, desde que traduzam essa percepção; a identificação entre esquerda e direita continua valendo, projetando as diferentes formas dessa percepção."
(OLIVEIRA, 1989:316)

(19) MENEGHELLI, Jair. Revista Veja, São Paulo : Abril, ano 20, nº 36, 7 de setembro de 1988, p.35 (entrevista)

Outro dado importante ao se estudar o resultado das eleições, é o número de votos brancos e nulos, que alcançaram um percentual muito elevado, tanto no resultado para as prefeituras como para as Câmaras Municipais. O fenômeno dos votos brancos e nulos, bem como o voto em candidatos de esquerda foi uma forma de protesto do eleitor, que perdeu a esperança e a credibilidade nos partidos e políticos que insistiam em permanecer indiferentes aos graves problemas nacionais. Por isso mesmo, os resultados das urnas têm que ser observados com certa prudência, pois o fator emocional (a raiva, a revolta, o desejo de ser contra o establishment) contou mais, talvez, que o voto ideológico.

As eleições municipais de novembro de 1988 mobilizaram 75.095.415 eleitores em todo o país, abrangendo os 4.307 municípios que escolheram os seus prefeitos e vereadores, 31 partidos participaram das eleições. Em termos gerais, o desempenho dos partidos nas eleições municipais pode ser observado na tabela abaixo:

QUADRO XII - O Desempenho dos Partidos no País.

PARTIDO	CAPITAIS	CIDADES	%
PMDB	6	1.200	38
PFL	4	829	26
PDS	1	384	13
PTB	3	204	6,5
PDC	-	173	5,9
PDT	4	145	4,6
PL	-	123	4
PT	3	33	0,9
PSB	3	21	0,6
PSDB	1	17	0,5
TOTAL	25	3.129	100

Quanto ao declínio do PMDB, é preciso que se diga que isso ocorreu principalmente nos grandes centros urbanos, onde o resultado eleitoral convergiu principalmente para dois partidos de esquerda - PT e PDT . O PT conseguiu as prefeituras das capitais de São Paulo, Espírito Santo e Rio Grande do Sul; o PDT venceu no Rio Grande do Norte, Maranhão e Rio de Janeiro.

Muitos foram os motivos apontados como responsáveis pela vitória dos partidos de esquerda nesta eleição, dentre eles, os mais enfocados pelos meios de comunicação se referem-se:

- a) ao desprestígio do Presidente da República;
- b) à inflação descontrolada;
- c) ao desgaste do PMDB pelas suas contradições e pela associação com o Governo;
- d) o anseio de mudanças por parte dos eleitores.

Com relação ao resultado das eleições em Blumenau, podemos fazer a seguinte análise. As eleições em Blumenau adquiriram um caráter histórico, pois à 20 anos que o PMDB não perdia uma eleição municipal, e nesta além da derrota ainda ficou em terceiro lugar na disputa. Observa-se ainda, que o candidato do PMDB, era o ex-prefeito e Deputado Federal Renato de Melo Vianna, considerado um político de perfil carismático e até certo ponto populista, que foi escolhido pelo diretório do partido justamente por considerarem impossível a sua derrota. Daí a grande surpresa no resultado, apesar das pesquisas pré-eleitorais já preverem a derrota.

O candidato vencedor Vilson Kleinubing fazia parte de uma coligação que envolvia três partidos: o PFL, PDS e PL. Kleinubing havia sido Secretário de Abastecimento do Governo Esperidião Amin (PDS) e candidato derrotado ao Governo

do Estado nas eleições de 1986. Foi justamente essa derrota no Estado e o fato de ter conseguido uma excelente votação em Blumenau que fez com que Kleinubing transferisse seu domicílio eleitoral para a cidade, com a finalidade de concorrer à prefeitura para posteriormente pleitear o Governo do Estado.²⁰

A votação para prefeito ficou da seguinte forma:

PARTIDO E CANDIDATO	VOTOS
PFL - Vilson Kleinubing	51.786
PSDB - Vilson de Souza	25.307
PMDB - Renato de Melo Vianna	25.238
PTB - Pedro Cascaes	1.484
PT - José Garcia	907
PDT - Jaime Telles	322
PCB - Nascimento	168
Branços	6.459
Nulos	2.372

A representação na Câmara Municipal atingiu uma renovação de 70%, numa clara demonstração de descrença nos políticos tradicionais, muito embora nenhum partido de esquerda tenha conseguido eleger representantes. Os votos ficaram distribuídos entre os partidos da direita e centro-esquerda, conforme demonstra a tabela abaixo:

(20) Essa informação era desmentida por Kleinubing durante a Campanha para prefeito. O candidato declarava que se eleito prefeito cumpriria seu mandato até o final. Mas os fatos posteriores ao período analisado, confirmam a veracidade da informação: Kleinubing foi eleito governador de Santa Catarina nas eleições de 1990.

PARTIDO	NÚMERO DE VEREADORES
PDS	04
PMDB	08
PFL E PL	06
PSDB	03

As principais teses defendidas para explicar a derrota do PMDB numa cidade tida como seu reduto foram:

- a) a péssima administração feita pelo PMDB nos últimos seis anos;
- b) a falta de uma postura mais política do prefeito Dalto dos Reis;
- c) as brigas internas dentro do partido, que já se manifestavam desde as eleições de 82;
- d) o fato do PMDB ser associado ao Governo Sarney que estava em total descrédito pela grave crise econômica que se abatia sobre o país;
- e) o apoio financeiro que os candidatos de direita receberam dos empresários;

Devemos salientar que a análise dos resultados globais das eleições, mostra que os eleitores brasileiros optaram por dois grupos políticos - um "liberal burguês", que teria como base a alta burguesia e setores conservadores das classes médias e - um "popular-democrático", baseado nas classes médias progressistas e parte dos trabalhadores organizados. Em Blumenau, conforme já demonstramos, a opção foi pelo grupo "liberal-burguês" muito embora, passado apenas uns poucos meses da eleição, os trabalhadores tenham afrontado este mesmo grupo com a maior greve já ocorrida na história da cidade.

Este aparente contra-senso pode ser explicado pelo desinteresse dos trabalhadores pela política:

(O Sr. gosta de política?)

- "Não. Eles só enganam a gente."
- "Sim, mas não dos atuais 'políticos'."
- "Política não é o meu forte, mas se ela fosse levada a sério eu me interessaria mais."
- "(...) só existe corrupção por toda parte. E não existe político honesto. A partir do momento que ele se candidata deixa de ser honesto."
- "Não, mas vivemos numa situação que é impossível viver sem ouvir ou pensar em política."
- "Não gosto de política, nem de políticos, mas sei que à política estão ligadas todas as coisas que nos dizem respeito, economia, questões sociais dos trabalhadores, por isso apesar de não gostar me mantenho atenta aos fatos políticos."
- "Política sim, mas politicalhã não."

Assim, os trabalhadores se deixam manipular e acabam votando no candidato apresentado pela classe empresarial. Estes geralmente visitam as fábricas, distribuem camisetas, "santinhos" e até mesmo dinheiro, o que geralmente garante a vitória nas eleições.

Outro fator importante, que tivemos a oportunidade de vivenciar em vários pleitos eleitorais (incluindo os dois analisados neste capítulo), é que a falta de interesse pela política acaba gerando um alheamento dos processos eleitorais, assim é comum em dias de eleições ver pessoas sem saber em quem votar e perguntando para conhecidos e às vezes

até para estranhos em quem devem votar. E mais uma vez os candidatos que têm mais dinheiro para investir em camisetas, cabos eleitorais e carros para transportar eleitores, acabam sendo favorecidos nas urnas.

Desta forma, as opções dos eleitores blumenauenses foram em grande parte resultado mais da alienação política do que propriamente de uma opção ideológica. Isso explica porque após uma eleição em que houve a preferência pelo "grupo liberal-burguês" os trabalhadores entrem em conflito com os interesses defendidos por estes, numa manifestação grevista com caráter de luta social. Isso prova, segundo a lição de Maria Célia Paoli, que:

"(....) a dominação não é um pacote pronto que dominados indiferenciados engolem porque não têm outra perspectiva pela frente (....) que não há consumo passivo de padrões alienantes, que já estariam desde sempre prontos e seriam essencialmente eficazes na promoção da dominação." (PAOLI, 1987:56)

CAPÍTULO IV

O COTIDIANO DA GREVE TÊXTIL: CONTROVÉRSIAS, LIMITES E SIGNIFICADOS

O ano de 1989 tem um significado especial na história do operariado brasileiro, especialmente para os trabalhadores têxteis de Blumenau. As condições políticas associadas aos efeitos da crise econômica nos últimos anos da década de 80, tornavam irreversíveis os conflitos de classes. Os inúmeros movimentos grevistas que assolavam o país durante esta fase, marcavam o descontentamento da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que significam o ressurgimento do movimento operário após um longo período de represamento.

Desta forma os movimentos grevistas desta fase adquirem um duplo significado: expressam um momento de rebeldia do trabalho frente à dominação do capital e um processo de aproximação das lideranças sindicais com as bases colocando em xeque-mate a estrutura oficial e "pelegrina" dos sindicatos.

É dentro deste contexto de aguçamento das relações entre trabalho e capital que as Centrais Sindicais CUT e CGT tentavam mobilizar os trabalhadores para uma greve geral em março de 89, cujo objetivo era protestar contra a edição de mais um plano econômico. O "Plano Verão", conforme já analisamos, traria uma defasagem salarial e os trabalhadores já vinham acumulando perdas há muito tempo, num dos piores arrochos da história. Praticamente todos os sindicatos organiza-

ram assembléias com seus filiados, realizaram panfletagens nas portas das fábricas e outras formas de mobilização que conscientizassem os trabalhadores da importância de uma ação conjunta que minimizasse a exploração a que estavam submetidos.

É inegável, portanto, a importância que essa intensa movimentação nacional desempenhou no processo de deflagração da greve dos têxteis em Blumenau. Entretanto, é preciso ter em conta uma outra dimensão que só a análise interna desse movimento é capaz de demonstrar: trata-se da importante questão das relações entre a espontaneidade do movimento grevista de Blumenau e da direção política imprimida à greve geral e o fato da primeira transcender a importância conjuntural da segunda.

4.1- A Greve Geral no País

A movimentação das Centrais Sindicais (CUT e CGT) visando mobilizar os trabalhadores para a Greve Geral marcada para os dias 14 e 15 de março, iniciou no dia 01 de março com o "Dia Nacional de Mobilização Pela Greve Geral". Neste dia houve grandes manifestações em todo o país com atos de repúdio ao Plano, passeatas, panfletagens em portas de fábricas, pontos de ônibus e nas ruas.

Essa primeira manifestação caracterizava-se mais por seu caráter de conscientização dos trabalhadores para a greve geral do que uma manifestação de protesto, isso, aliás, está implícito na própria denominação dada ao dia.

No dia 02 de março Jair Meneghelli (Presidente da CUT) e Joaquim dos Santos Andrada (Presidente da CGT) conseguiram um importante apoio ao movimento grevista: o da Igreja Católica. Esse apoio resultou de uma reunião entre os dois sindicalistas e o Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Segundo D. Antônio Celso de Quei-

roz:

"(....) os trabalhadores têm arcado, há décadas, com o maior ônus nos períodos de inflação. A greve tem legitimidade, e a CNBB, embora não ajude o movimento diretamente, é uma entidade que tem voz junto ao Estado, aos organismos sociais e a opinião pública."²¹

Os dias que antecederam a greve geral foram marcados por intensas "agitações sociais", que eram acompanhadas de passeatas, marchas e assembléias operárias, greves em alguns setores (funcionalismo público, metalúrgicos, comerciários, etc.) que lançavam a classe operária a uma experiência profunda de ação em defesa de seus interesses econômicos.

Esses movimentos isolados e parciais, porém com uma forte tendência à generalização, demonstrava o ressurgimento de um pujante e vigoroso movimento grevista em letargia há muitos anos. Por outro lado, esses movimentos também contribuíram para que as lideranças das Centrais Sindicais acreditassem que a greve geral teria sucesso pleno. Algumas categorias patronais assustadas com a intensidade dos conflitos e temendo uma adesão total dos operários na greve geral entraram em negociações e concederam reajustes salariais.

Vamos conhecer agora as principais reivindicações defendidas pelas duas Centrais Sindicais:

- recuperação imediata das perdas salariais desde a decretação do Plano Cruzado. O DIEESE calculava que os salários estavam defasados entre 41 a 49% (dependendo da categoria profissional) em relação à média de março de 1986;

(21) Jornal "O Estado". 03/março/89. p. 05

- congelamento real de preços;
- medidas contra a recessão e o desemprego;
- execução da reforma agrária e edição de uma política agrícola de interesse dos trabalhadores;
- não pagamento da dívida externa. A CUT defende o fim dos pagamentos externos. Já a CGT defendia uma suspensão temporária.

Com a aproximação dos dias marcados para a greve, as Centrais intensificaram seus trabalhos. As assembleias operárias se multiplicavam pelo país, visando a anuência dos trabalhadores em paralisar suas atividades. Os líderes sindicais de todo país procuraram mobilizar suas categorias. Os meios de imprensa (jornais, televisão, revistas) apresentavam reportagens, entrevistas com autoridades governamentais, empresários, trabalhadores e seus representantes, cada qual apresentando idéias e versões sobre o movimento.

A preocupação maior das Centrais Sindicais era que a Greve ocorresse em clima pacífico, evitando qualquer conflito, especialmente com a polícia. Várias medidas foram tomadas, desde a visita aos Comandantes Militares até a conscientização dos trabalhadores para que evitassem provocações ou atitudes extremadas.

O primeiro dia da greve geral conseguiu paralisar mais de 70% da força de trabalho no país, fazendo desta a maior greve já realizada, segundo avaliação das Centrais Sindicais. O Governo, por outro lado, desmentia essas informações, apresentando números que apontavam para uma adesão inferior a 50%, o que transformava a greve num grande fracasso.²²

(22) Essas informações bem como as posteriores foram obtidas nas leituras de jornais da época, bem como em noticiários de televisão gravados nos dias 14/15/16 de março/89.

A realidade, apesar desses dados contraditórios, é de que a greve não se constituiu nem no sucesso que as Centrais Sindicais esperavam e nem no fracasso preconizado pelo Governo e entidades patronais. Mesmo assim acreditamos que o movimento teve uma repercussão positiva para os trabalhadores, especialmente quando relembramos as palavras de Lenin:

"(....) cada greve faz os operários concentrarem toda atenção e todos os esforços numa ou noutra das condições em que está situada a classe operária. Cada greve leva ao exame dessas condições, ajuda os operários a valorizá-las, a ver em que consiste, em cada caso, a pressão do capital e com que meios se pode lutar contra essa pressão. Cada greve enriquece a experiência de toda a classe operária." (LENIN, 1979:25)

O segundo dia da greve geral registrou um decréscimo no número de grevistas, sendo que o Comando Unificado avaliava que 50% dos trabalhadores continuavam parados, enquanto que o Governo estipulava em 20%. As centrais sindicais justificavam essa redução afirmando que muitas empresas individuais ou mesmo categorias entraram em acordo com seus operários. Já o Governo alegava que a greve só existia nas cidades administradas pelo PT, pois além do incentivo destas prefeituras às greves, elas ainda participavam ativamente do movimento, paralisando suas atividades, especialmente o setor de transporte. E sem transporte a maioria da população economicamente ativa estava impedida de chegar ao trabalho.

As centrais sindicais avaliavam que os dois dias de greve causaram um prejuízo para a economia do país em torno de Nc\$ 1 bilhão e 600 mil e que a adesão à greve foi em média de 35 mil trabalhadores, o que representa mais ou menos 50% da força de trabalho. Ainda, segundo boletim distribuído

pelo DIEESE, as categorias paralisadas nas diversas regiões do país foi a seguinte:

- Região Sudeste: o maior índice de adesão foi verificado nas indústrias, funcionalismo público e transportes. Também paralisaram grande parcela do setor financeiro e de serviços;
- Região Norte: os maiores índices de adesão foram registrados no setor da indústria e funcionalismo público;
- Região Nordeste: maior adesão nas indústrias e funcionalismo público;
- Região Centro-Oeste: a principal paralisação foi a dos funcionários públicos seguida pela indústria e serviços;
- Região Sul: maiores índices de paralisação ocorreram na indústria, funcionalismo público e transportes. E parcial nos setores financeiros e de serviços (especialmente o comércio).

Conforme já mencionamos, apesar do índice de paralisação estar aquém do previsto, consideramos que o resultado foi positivo, principalmente quando recordamos que a história da classe trabalhadora brasileira sempre foi marcada por longos períodos de ditaduras (Vargas na década de 30 e os militares na década de 60). Só o fato de já fazer com que, o simples fato de se tentar uma greve geral no país represente um avanço significativo em termos de luta operária. O papel central que a greve desempenhou está no protesto contra o arrocho salarial e na percepção da dimensão política, resultado direto do questionamento feito à política econômica baseada na superexploração do trabalho, que se explicita também no confronto com todo um conjunto de leis e medidas que compreen-

dem a superestrutura jurídico-política da autocracia burguesa. Tudo isso politiza imediatamente o movimento grevista, especialmente quando desmistifica o projeto de auto-reforma do poder, que não contemplava nenhuma possibilidade de ação operária autônoma e independente. Enfim, a greve geral de 1989 no seu próprio fazer-se, constituiu-se numa vitória para a classe operária.

4.2- A Greve Geral em Blumenau

Em 1º de março -Dia Nacional de Mobilização pela Greve Geral - os 21 sindicatos do Vale do Itajaí com sede em Blumenau, fizeram uma manifestação nas escadarias da Igreja Matriz São Paulo Apóstolo, visando mobilizar os trabalhadores para a greve geral convocada pela CUT e CGT. Participaram do ato cerca de dois mil trabalhadores, número considerado irrisório e que demonstrava que os operários não estavam dispostos à participarem da greve geral. Blumenau já tinha fama de ser uma cidade de trabalhadores conformados e submissos que nunca participavam de qualquer movimento de protesto. Tais antecedentes levavam a acreditar que a greve não se efetivaria na cidade, o que fazia com que o próprio setor empresarial estivesse tranqüilo.

Porém, faltando três dias para o início da greve geral esse panorama começou a alterar-se: greves isoladas e parciais começaram a eclodir no principal setor industrial de Blumenau - o setor têxtil. A primeira empresa atingida foi a Tecelagem Kuehnrich - TEKA, onde os operários após o recebimento do contra-cheque de fevereiro paralisaram suas atividades. No dia seguinte a paralisação se estendeu a outras empresas: Sul Fabril, Cremer, Majú, Hering e outras. O motivo determinante dessas paralisações era o arrocho salarial que havia corroído o poder aquisitivo dos trabalhadores, fazendo com

que a grande maioria não pudessem cobrir nem os gastos com a cooperativa.

Esses movimentos isolados e parciais culminaram na decisão dos trabalhadores de entrarem em greve na Assembléia Intersindical realizada no dia 12 de março. A participação de um elevado número de trabalhadores surpreendeu até mesmo os dirigentes sindicais, que jamais poderiam imaginar que mais de quarenta mil trabalhadores quebrariam a velha tradição de passividade da classe operária blumenauense, participando da Assembléia e decidindo paralisar suas atividades imediatamente.

¹ Desta forma Blumenau antecipou em um dia a greve geral paralisando praticamente toda a cidade. No centro da cidade, 70% do comércio estava de portas fechadas. As indústrias têxteis, maior empregadora de mão-de-obra, viu 90% dos empregados de braços cruzados. As escolas paralisaram; 50 mil alunos da rede municipal, estadual, particular e a Universidade (FURB), ficaram sem aulas. Dos 43 bancos somente alguns abriram precariamente. Os transportes coletivos também não funcionaram, os motoristas e cobradores haviam entrado em greve por tempo indeterminado. Os operários metalúrgicos, da construção civil, das fábricas de brinquedos e de cristais também aderiram ao movimento. Enfim, a cidade estava literalmente parada. ^u

Assim teve início o maior ciclo grevista não apenas da história de Blumenau, mas em todo Estado de Santa Catarina. A greve não encontra paralelo, a não ser quando comparada aos grandes centros, especialmente as de São Paulo (ABC Paulista). A Igreja Matriz foi palco, neste primeiro dia de greve, de duas assembléias gigantescas, calculando-se que quase 30 mil operários participaram das assembléias, o que rendeu notícias nos principais jornais e canais de televisão do país. As imagens mostravam faixas, cartazes, braços erguidos, fra-

ses gritadas, enfim, todas as características típicas de um grande movimento grevista.

Dia 14 de março, primeiro dia da greve geral em todo país, e segundo para algumas categorias e terceiro para outras (os que trabalhavam no sistema de rodízio ou no terceiro turno tinham iniciado a greve no domingo) a paralisação na cidade continuava praticamente total. As assembleias ocorridas na parte da manhã e da tarde voltaram a reunir cerca de 30 mil trabalhadores. As ruas próximas às escadarias da Igreja Matriz estavam totalmente tomadas pelos trabalhadores fazendo com que o trânsito de veículos tivesse sua rota alterada. As passeatas que ocorriam após as assembleias arrastavam milhares de trabalhadores pelas principais ruas do centro da cidade. Estes, por onde passavam recebiam aplausos, gritos de apoio e "chuva" de papel picado dos edifícios comerciais e residências. Essas manifestações demonstravam o apoio da população ao movimento dos trabalhadores.

No dia 15 de março o movimento sofreu um refluxo que alterou os altos índices de paralisação dos dias anteriores, pois somente 50% dos trabalhadores continuavam parados. O motivo determinante da volta ao trabalho de alguns setores ou categorias foi o acordo salarial de alguns sindicatos patronais e empresas isoladas. Mesmo assim, as assembleias de protesto e avaliação da greve continuavam a reunir mais de vinte mil operários, o que não alterava a pujança e força do movimento.

Com o fim da greve geral, algumas categorias decidiram continuar a paralisação por tempo indeterminado, tais como: os têxteis, os metalúrgicos e cristaleiros.

O êxito da greve geral em Blumenau, deveu-se, sem dúvida, à paralisação dos têxteis, pois conforme já informamos eles representavam a maior categoria. Tanto assim que é senso comum a afirmação de que a greve geral só ocorreu em função dos têxteis, pois foram eles que criaram o clima da gre-

ve geral dois dias antes da data marcada pelas Centrais Sindicais.

A consequência mais importante da greve geral em Blumenau foi a quebra da visão mítica dos trabalhadores blumenauenses. Pois segundo Valmor Schiochet:

"Blumenau é considerado um município modelo. Sempre existiram relações amistosas entre empresários e trabalhadores/Sindicatos. Modelo ordeiro do trabalhador de Blumenau. População ordeira em suas bases. Melhor qualidade de vida. Poucos problemas sociais. Cidade da Oktoberfest. Quem não gostaria de compartilhar deste paraíso terrestre? (...) Todas essas idéias expressam algumas verdades à respeito da realidade blumenauense, porém, mais do que mostrar a realidade como ela realmente é, elas a escondem. São idéias basicamente ideológicas. Ideologia considerada como o conjunto de idéias, considerações, afirmações utilizadas pelas classes dominantes com o objetivo de encobrir a exploração, a dominação e as contradições da sociedade capitalista, e integrar as classes subalternas a seus objetivos."
(SCHIOCHET, 1989:01)

Neste sentido, o simples fato dos trabalhadores cruzarem os braços e não trabalharem já era, em si, uma estu-penda vitória. Isso transparece quando constatamos os novos elementos adquiridos durante a processualidade da greve; a apreensão pelo conjunto dos trabalhadores blumenauenses, da importância da sua emergência social e política como sujeito, bem como a percepção e assimilação das contradições e explorações do capital que degrada e brutaliza seu cotidiano fabril. Só a percepção destes fatos é altamente significativo, afinal, constitui-se no evento mais expressivo e alentador da histó-

ria operária blumenauense. Em certo sentido, encontramos em Lenin formulações que podem permitir desdobramentos próximos ao que estamos aludindo:

"Cada greve lembra aos capitalistas que os verdadeiros donos não são eles, e sim os operários, que proclamam seus direitos com força crescente. Toda greve lembra os operários que sua situação não é desesperadora e que não estão sós. (...) Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, mas pensa também em todos os companheiros que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo de provocações." (LENIN, 1979:40)

4.2.1- Cotidiano e Características da Greve dos Têxteis

No final de fevereiro cerca de cinco mil trabalhadores participaram da assembléia geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem (SINTRAFITE). Esta era a primeira assembléia realizada pela categoria desde a posse da nova diretoria. Nesta assembléia foram tratados diversos assuntos: balanço do primeiro mês de gestão; informações sobre o adiamento da decisão pela Junta de Conciliação e Julgamento da jornada de trabalho dos operários do terceiro turno. Porém o tema mais importante foi a reposição salarial, cuja defasagem acumulada desde setembro/88 era de 87,61%. Os trabalhadores decidiram delimitar um prazo até 12 de março para as indústrias apresentarem uma contra-proposta. Foi decidido também que a participação na greve geral estaria condicionada às negociações que seriam realizadas entre patrões e

empregados, ficando para a próxima assembléia a discussão sobre o tema.

Após este encontro, o SINTRAFITE entrou em contato com o Sindicato Patronal visando a negociação da reposição salarial. A proposta apresentada foi o pagamento da URP de fevereiro (26,05%) mais as perdas salariais acumuladas, a qual foi rejeitada pelos empresários. Somente com a proximidade da assembléia operária e com as fortes ameaças de greve que o Sindicato Patronal apresentou uma contra-proposta: reposição salarial de 33,1% dividida em três parcelas de 10% a serem pagas no mês de março, abril e maio. O SINTRAFITE alegando que não tinha competência para julgar a proposta, se comprometeu a levá-la à assembléia operária marcada para o dia 12 de março para que os trabalhadores decidissem pela aceitação ou rejeição da mesma. Porém o Presidente do Sindicato operário, Osmar Zimmerman alertava através dos meios de comunicação que "existe muita revolta na categoria, considerando o fato de que o salário pago hoje representa 60% do recebido em setembro."²³

Essa revolta explodiu no dia 10 de março quando os operários da Tecelagem Kuehnrich (TEKA), uma das maiores fábricas de artigos de cama, mesa e banho do país, entraram em greve. O motivo, conforme já mencionamos em páginas anteriores, foram os descontos dos débitos com a cooperativa de consumo terem absorvido quase que totalmente, e, em alguns casos até mesmo ultrapassando o salário do mês de fevereiro.

Esta situação fez com que os operários se defrontassem com a realidade de exploração à que estavam submetidos, ou seja, a remuneração de sua força de trabalho não era capaz de lhe oferecer nem o necessário para sua subsistência nem de seus familiares. A indignação não era isolada, estava em ou-

(23) Diário Catarinense, 10 de março de 1989, p. 22.

tros olhares, alguns até com desespero; pois não sabiam como iriam passar o mês, saldar outros débitos, pagar o aluguel, a luz, a água e o transporte. Aos poucos as palavras de protesto sussuradas aos colegas foram se elevando até transformarem-se em gritos de protestos. As máquinas foram parando e os operários um a um foram abandonando seus postos e caminhando pelos corredores em direção ao pátio da fábrica. Revolta, indignação, humilhação, essa mistura de sentimentos explodia nos gestos, nas palavras, nos gritos, agora não mais isolados mas compartilhados por todos.

O SINTRAFITE tão logo tomou conhecimento da paralisação dirigiu-se à empresa, porém seus membros foram impedidos de entrar sob a alegação de que a situação estava sob controle. Somente no final da tarde, quando os dirigentes da TEKA percebendo que suas tentativas de dispersar o movimento não estavam tendo qualquer resultado, resolveram ouvir as exigências dos trabalhadores e deixar que o Sindicato conduzisse a assembléia. A proposta dos operários para volta ao trabalho era: reajustes de 40% e um vale de CN\$40,00 para o dia 14 de março. Após duas horas de negociações entre representantes da empresa e dirigentes sindicais a proposta foi aceita e os trabalhadores voltaram imediatamente ao trabalho.

No sábado, dia 11 de março, operários de outras fábricas têxteis: Sul Fabril, Hering, Cremer, Artex, Majú e outras, também paralisaram suas atividades. O motivo era o mesmo, ou seja, contra-cheques zerados ou deficitários. Esses movimentos eram isolados e parciais, mas mesmo assim, eram o indício de que o "modelo ordeiro e amistoso do trabalhador blumenauense não suportava mais as contradições objetivas das relações entre capital-trabalho agravadas pela política econômica adotada pelo Governo." (SCHIOCHET, 1989:05)

A vigência da superexploração no cotidiano das fábricas fazia pulsar o contingente operário em direção à revolta e à rebeldia. Foi neste clima que cerca de 40 mil tra-

balhadores têxteis compareceram a assembléia, um número inédito se comparado com as anteriores, onde a participação nunca ultrapassava cinco mil. Assim, na maior assembléia já realizada pela categoria, foi rejeitada a proposta do Sindicato Patronal e aprovada a proposta de greve por tempo indeterminado.

Iniciou-se assim o maior ciclo grevista de Blumenu, motivado essencialmente pela luta por aumentos salariais, conforme os próprios trabalhadores:

(Quais os motivos que o levaram a greve?)

- "Ridículos salários e as chefias que chicoteavam."
- "Só se entra em greve quando não nos pagam o que merecemos, quando tentam nos subjugar às pessoas insignificantes. Apesar de pobres e operários, somos gente, temos orgulho e dignidade."
- "Foi e sempre será a exploração dos patrões acima dos empregados."
- "Baixos salários, acúmulo de perdas salariais, sucessivos planos econômicos fracassados do Governo, negligência da classe empresarial às dificuldades dos trabalhadores e a posse da nova diretoria que percebeu-se comprometida com os trabalhadores, sendo que os diretores até então não obtinham a mesma confiança dos trabalhadores."
- " Falta de esclarecimento entre operário e patrão, incompetência patronal; só queriam que a gente trabalhasse e não davam valor, trabalho mal remunerado."

Os trabalhadores decidiram também que a instância decisória do movimento seria a assembléia, para tanto seriam realizadas duas por dia, uma na parte da manhã e outra no final da tarde. O objetivo dessas assembléias era a avaliação do movimento, informações sobre o andamento das negociações,

as decisões sobre o término ou continuação do movimento. Optou-se ainda pela formação de piquetes à entrada das fábricas e para evitar intimidações ou represálias futuras, os operários deveriam participar dos piquetes em fábricas que não fossem as que trabalhavam, ou seja, um operário da Artex deveria ir para a Hering ou outra empresa e vice-versa.

O primeiro dia da greve atingiu somente os operários da Artex, que era a única que adotava o sistema de rodízio²⁴ e os operários do terceiro turno, que deveriam iniciar suas atividades às 22:00 horas.

A segunda-feira (13 de março) iniciou com aproximadamente 40 mil trabalhadores têxteis parados e com várias outras categorias que também haviam aderido ao movimento, numa clara demonstração de união e solidariedade da classe operária blumenauense. O que parecia impossível aconteceu: Blumenau estava parada e vivendo o clima de protesto operário. As assembleias ocorridas neste dia reuniram verdadeiras multidões que gritavam e protestavam não apenas contra a classe empresarial mas também contra o Governo, em especial contra o último Plano econômico: o Plano Verão ou "Plano Ladrão" conforme o apelidaram.

A perplexidade diante da amplitude e extensão do movimento grevista foi mais intensa na classe patronal. Esses acostumados a passividade da classe operária, não compreendiam como que seus operários tão "dóceis e mansos" haviam se rebelado e declarado greve e que saíssem pelas ruas gritando em "alto e bom som" que estavam cansados de serem explorados e humilhados, que tinham direitos e queriam que os mesmos fossem respeitados. Só que a perplexidade inicial logo cedeu lugar a uma reação agressiva:

(24) Este sistema faz com que as fábricas trabalhem ininterruptamente através de um sistema de revezamento onde o operário trabalha quatro dias e folga um.

NOTA OFICIAL DOS EMPRESÁRIOS TÊXTEIS

É LAMENTÁVEL que no dia de hoje, 13 de março, tivéssemos observado uma paralisação generalizada em nossas empresas.

É LAMENTÁVEL, pois a classe empresarial sempre esteve aberta ao diálogo e à negociação com os representantes dos nossos funcionários.

É LAMENTÁVEL, pois as dificuldades que afetam a economia do País corrompem não só o salário dos trabalhadores como também obrigam as empresas a trabalharem com prejuízo, já que os preços estão congelados fora de uma realidade dos custos industriais (Matéria Prima e insumos em geral).

É LAMENTÁVEL, pois esta greve assume um caráter político, não servindo ao trabalhador nem ao empresário, beneficiando apenas a grupos extremados que visam à sua promoção pessoal, os ideais partidários e a luta pelo poder.

É LAMENTÁVEL, pois tudo isto ocorre no mês de março, quando a época da negociação salarial é o mês de setembro.

É LAMENTÁVEL que tivesse sido rompido o diálogo (**GREVE**) no qual a classe empresarial, sensível às dificuldades financeiras do trabalhador, oferecia um índice econômico **MUITO ALÉM DO POSSÍVEL**, visando ao bem estar de todos.

É LAMENTÁVEL, pois os prejuízos estão aí:

- Produção parada
- Salários perdidos
- Tumultos
- Agressões
- Conflitos de rua
- Etc.

POR TUDO ISTO, visando resguardar os seus interesses, a classe empresarial se vê obrigada a tomar as seguintes decisões:

- 1 - Os dias parados não serão pagos, devendo ser descontados inclusive com perda do domingo (descanso semanal remunerado).
- 2 - O índice de aumento salarial oferecido anteriormente 33% (trinta e três por cento) não está mais em negociação, mantendo-se os salários nos mesmos níveis atuais.
- 3 - Os excessos serão punidos na forma da Lei, pois o direito de greve não justifica piquetes, agressões, constrangimentos ou ameaças físicas.
- 4 - A greve não é desejo da classe empresarial, entretanto:
"Aguardaremos o retorno ao trabalho pelo tempo que for necessário".
- 5 - Para aqueles que estão trabalhando normalmente ou que voltarem a trabalhar durante o período da greve serão concedidos os seguintes direitos:
 - A hora normal de trabalho e aquelas de permanência dentro da empresa serão remuneradas com o adicional de hora extra (50% cinquenta por cento).
 - Será concedido um bônus não compensável de NCz\$ 40,00 (quarenta cruzados novos).

Por tudo isto, **PENSE, AMADUREÇA E REFLITA:**

- Quem lucrará com a greve?
- Os empregados?
- Os empresários?
- A política partidária?

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO
E TECELAGEM DE BLUMENAU**

Essa nota oficial foi acompanhada por inúmeras declarações dos empresários à imprensa, onde tentavam desmoralizar o movimento sob alegação de que "(...) as mesmas pessoas que têm interesse em desestabilizar o Brasil querem fazer o mesmo em Blumenau, que é o maior pólo têxtil concentrado do país" ou ainda: "lamento a postura dos trabalhadores que estão servindo a grupos extremados." (Jornal "O ESTADO" p. 15)

Porém este tipo de pressão, surtiu efeito contrário, pois ao invés de desmobilizar o movimento o fortaleceu ainda mais, pois os operários repudiaram em assembléia o fechamento do diálogo e a tentativa de esvaziamento da greve pelas ofertas de vantagens a quem retornasse ao trabalho e pela tentativa de descaracterização do movimento.

Só que a pressão empresarial continuou através de novos recursos de marketing utilizados principalmente nas emissoras de rádio e televisão, que iam desde informações deturpadas à apelos para a volta ao trabalho, marcados por um sentimentalismo piegas. À título de exemplo citamos um comercial veiculado pelas emissoras de televisão, onde uma criança vestida de branco corria por um jardim e uma voz ao fundo clamava pelo espírito ordeiro e trabalhador do povo blumenauense, que estava sendo perturbado por agitadores profissionais que queriam quebrar a paz e harmonia reinante nas empresas da cidade. Ou mesmo uma outra nota distribuída aos jornais:

"O Trabalhador blumenauense construiu uma cidade com um dos melhores padrões de vida do Brasil, e isto foi conseguido pelo trabalho e não a custa de greves."

Esse comportamento empresarial não restringiu-se apenas a essas manifestações, digamos "pacíficas", a repressão policial também foi largamente utilizada. As fábricas eram cercadas por policiais que impediam a formação de piquetes e garantiam o acesso dos que queriam trabalhar. Houve inclusive momentos de tensão e confronto entre grevistas e poli-

ciais, resultando em prisões e agressões. A polícia justificava essa atitude alegando que os operários portavam armas, como facas, paus e até bombas de fabricação caseira, ou que incitavam tumultos em frente às fábricas. Alguns desses operários detidos apresentava marcas de violência policial, como golpes de cassetetes, chutes e socos pelo corpo. Esse confronto com o aparato repressivo do Estado começava a desvendar para os operários o invólucro místico e indissolúvel com as classes dominantes, em particular com o patronato ligado à indústria têxtil. Essa repressão esteve presente durante todo o movimento.

Na quarta-feira, mesmo com a volta ao trabalho de algumas categorias que haviam aderido a greve geral, estima-se que 38 mil trabalhadores têxteis de um total de 44 mil continuavam parados, o que significa 90% da categoria. Isso demonstra que o movimento continuava como grande força. A única novidade foi a reunião entre o Sindicato dos empregados e o Sindicato Patronal, muito embora a intransigência do último tenha inviabilizado qualquer acordo. Estes continuavam com a decisão de só negociarem após o retorno dos grevistas ao trabalho e reafirmaram o não pagamento dos dias parados nem a garantia de emprego. Os empresários também resolveram acirrar ainda mais a pressão psicológica sobre os grevistas.

Assim, os jornais de quinta-feira estampavam na capa uma nota do Sindicato Patronal, onde este avisava que iria ser feito um cadastramento geral de trabalhadores visando preencher as vagas dos operários em greve. O teor dessa nota era:

CADASTRAMENTO DE PESSOAL URGENTE

As empresas têxteis necessitam cadastrar para substituição eventual em suas fábricas pessoas desempregadas, trabalhadores COM ou SEM experiência para suprir vagas internas nas seguintes funções:

- | | |
|-----------------------------------|----------------------------|
| ★ FIANDERAS | ★ OPERADOR DE CONICALEIRA |
| ★ OPERADOR DE TEAR CIRCULAR | ★ OPERADOR DE R JET |
| ★ OPERADOR DE SECADOR | ★ OPERADOR DE TALHARIA |
| ★ CORTADOR | ★ COSTUREIRA |
| ★ REVISORA | ★ ESTAMPADOR |
| ★ AUX. DE ESTAMPADOR | ★ OPERADOR DE EMPILHadeira |
| ★ ENCAIXOTADOR | ★ AUDITOR PARA EXPEDIÇÃO |
| ★ MECÂNICOS DE MÁQUINA DE COSTURA | ★ ELETRICISTA GERAL |
| ★ AUX. PARA SERVIÇOS GERAIS | |

OFERECEMOS:

- Salário compatível com as funções, assistência médica, refeitório, cooperativa e outros benefícios.
Os interessados devem comparecer no estádio SEBASTIÃO CRUZ (GALEGÃO) a partir de 6ª feira (dia 17 de março) às 9 horas da manhã munidos de sua carteira profissional.

ARTEX
CIA HERING
KARSTEN
DUDALINA

CÍRCULO
HACO
MAJU
LANCASTER
MALHASOFT

CREMER
SULFABRIL
RICO
ACOLCHOADOS
ALTEMBURG
TEXTIL GASPAR
EMERSON
PEMAR
CRISTINA

VISAGE
FIOVALE
THIEMANN
*
JURITI
TAESCHNER
TEKA
MALWEE
GATONS

Esse tipo de reação da classe empresarial demonstra a mentalidade dos empresários blumenauenses, ou seja, acostumados com a passividade de seus empregados, cultivavam a imagem do patrão-pai que cuidava e protegia seus "empregados-filhos". Mas bastou que os operários deixassem de corresponder a essa imagem para que o "pai-patrão" assumisse a sua condição de dono do capital e senhor absoluto dos meios de produção. Quanto aos operários, esses eram simples engrenagem da grande máquina capitalista, e se não queriam funcionar deveriam ser substituídos por outros, afinal a máquina não poderia parar. Se bem que, neste caso, a nota tinha uma função mais intimidativa do que propriamente real, pois não existia mão-de-obra ociosa para atender a demanda provocada pela greve e, além do mais, algumas funções necessitavam de no mínimo um ano de treinamento.

Por outro lado, os trabalhadores também haviam deixado de ser "os bons filhos", de ser meros objetos diante dos meios de produção (capital e máquinas) tornando-se sujeitos na sociedade e donos de suas próprias vontades. Sabiam que a grande máquina capitalista só funcionava com eles e enquanto suas reivindicações não fossem atendidas a máquina ficaria parada.

Neste contexto de aguçamento das relações entre operários e o patronato, chegava ao fim a primeira semana de greve, sem qualquer avanço nas negociações. Inclusive na sexta-feira o Delegado Regional do Trabalho - Paulo Soar - esteve em Blumenau para tentar intermediar o diálogo entre patrões e empregados. Porém o Sindicato Patronal não enviou representante para a reunião, inviabilizando qualquer possibilidade de um diálogo conciliatório.

A segunda semana de greve iniciou com mais medidas intimidativas e repressivas, como a proibição dos grevistas de participarem nas cooperativas de consumo da empresa. O que representava um grande problema para os operários, pois

conforme já mencionamos, a maioria dos trabalhadores não haviam recebido nada ou quase nada de salário, restando apenas a opção de adquirir gêneros alimentícios na Cooperativa. O SINTRAFITE percebendo a gravidade da situação iniciou uma campanha visando suprir as necessidades materiais dos grevistas, seja através da coleta de recursos financeiros ou de alimentos. Essa campanha estendeu-se por todo o Estado. Uma outra medida foi a publicação de uma nota oficial pelo Sindicato Patronal:

"A você que pensa em não voltar ao trabalho nesta segunda-feira:

PERDERÁ - 33,1% no salário.

PERDERÁ - 50% do adicional sobre as horas normais trabalhadas até o fim do mês de março.

PERDERÁ - o parcelamento dos dias parados (em três vezes) a partir de abril, sendo descontados de uma só vez no mês de março.

PODERÁ SER DIMITIDO

LEMBRETE - neste mês será descontado um dia do seu salário para o Sindicato dos Trabalhadores (contribuição sindical).

A GREVE É DESNECESSÁRIA.

"VOLTE AO TRABALHO"

Esse quadro e a possibilidade de intensificação de conflagrações abertas entre a massa operária e o aparato repressivo caso a solução da greve demorasse muito, levou o presidente do SINTRAFITE à Brasília, para uma reunião com a Ministra do Trabalho Dorotéia Werneck. Na audiência o Deputado Federal Wilson de Souza e os representantes do Sindicato Operário solicitaram a intervenção da Ministra no sentido de

abrir as negociações entre patrões e operários. A mesma sugeriu a formação de uma comissão de negociações em cada fábrica, indicadas pelo Sindicato, e que teriam a missão de tentar acordos entre empregados e patrões.

Outros dois pontos importantes para o operariado têxtil de Blumenau também foram tratados na audiência. O primeiro deles refere-se a Portaria nº 3.078, que instituiu o sistema de rodízio. Esse sistema adotado pela Artex, fazia com que a fábrica funcionasse 24 horas por dia e ininterruptamente durante todo o mês. Isso levava à um aumento da produtividade pela exploração de um maior rendimento do maquinário, adequando-o aos custos operacionais. A implantação desse sistema é autorizado pelo Ministério do Trabalho por tempo indeterminado, mas a cada dois anos é realizada uma perícia para comprovar se as condições da empresa estão perfeitamente adequadas na lei. O prazo da Artex esgotava-se no dia 31 de março e os operários, através do Sindicato, solicitaram à Ministra a não renovação da medida. Vários argumentos foram usados para justificar o pedido, dentre eles destacamos:

1. a degradação familiar, pois somente uma vez no mês a folga do operário irá coincidir no final de semana;
2. a condenação desse sistema pela Organização Internacional do Trabalho;
3. o desejo dos trabalhadores de pôr término ao sistema.

A Ministra prometeu um estudo mais profundo do tema e deixou transparecer que era favorável a não renovação da Portaria.

O segundo assunto discutido foi a duração da jornada de trabalho do terceiro turno. Essa questão já estava

na Justiça Trabalhista com audiência marcada e o que o Sindicato solicitou foi a intermediação da Ministra visando obter o apoio na redução do horário. Ela se comprometeu a entrar em contato com o TRT/SC para saber do andamento do processo e intervir caso fosse necessário.

Em Blumenau novas assembléias operárias ratificavam a decisão de continuidade do movimento e aguardavam ansiosas o julgamento do pedido de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho. A audiência estava marcada para o dia 22 de março às 9:30 horas. A pauta de reivindicação apresentada pelo Sindicato era a seguinte: 61,1% de reposição salarial, estabilidade no emprego por um período de seis meses e compensação dos dias parados.

A reunião com a Ministra do Trabalho e o pedido de dissídio coletivo acabou por forçar uma definição da classe patronal. E assim no dia 21 de março, quando a greve completava seu décimo dia, o Sindicato Patronal aceitou negociar com os grevistas, através do Sindicato Operário.

As negociações entre os representantes das Indústrias de Fiação e Tecelagem e dos trabalhadores duraram cinco horas, resultando na seguinte proposta da classe empresarial:

- aumento salarial de: 1,84% em março
33,1% em abril
5,87 % em maio
- Vale de NC\$40,00 para o mês de março e com desconto no 13º salário;
- parcelamento dos débitos nas cooperativas em duas parcelas sem correção (10/maio e 10/junho);
- os dias parados seriam compensados até setembro, ficando a critério de cada empresa a forma como se processaria.

Esta proposta foi apresentada aos trabalhadores na assembléia realizada no fim da tarde, no Ginásio de Esportes Sebastião Cruz (Galegão). Compareceram à assembléia cerca de 15 a 20 mil trabalhadores. Após algumas discussões decidiram aceitar a proposta patronal e encerrar a greve. Terminava, assim, a maior experiência que a classe operária blumenauense, em particular a categoria têxtil, havia vivenciado em quase um século e meio de existência.

Para o Sindicato Patronal a mais importante lição que o movimento deixa, segundo declarações de seu presidente, é que:

"Nesse tipo de situação, o diálogo deve ser prolongado ao extremo, pois não ganhou o empresário nem o trabalhador - e que - a paralisação, recurso radical, deixou cicatrizes que precisam ser curadas, (...) mas que o relacionamento entre os dois segmentos precisam ser restabelecidos, pois foi justamente nesse convívio harmonioso que existia até então, que construímos a realidade de Blumenau." 24

Quanto aos operários, de uma maneira geral, eles consideram que a greve foi favorável a seus interesses e ajudou-os a serem respeitados pelo patronato.

- "Melhorou, hoje nós somos respeitados, as nossas reivindicações são ouvidas (nem sempre atendidas). Não existe mais o absoluto descaso que faziam com a classe trabalhadora antes da greve."
- "Melhorou por passarmos a ser mais respeitados."
- "Melhorou, pois os patrões estão aceitando nossas idéias."

(24) Diário Catarinense, 22 de março de 1989, p. 20.

- " Acho que todo movimento em conjunto só pode trazer melhoras."
- "Melhorou - eles têm medo de outra."
- "Melhorou, tem ainda muito a desejar, mas pelo menos foi um começo para os patrões notarem que estamos mudando."
- "Melhorou, até a mudança de Governo, agora já 'melecou' de novo."
- "Não mudou muita coisa, pois novamente estamos na mesma luta sobre o salário."
- "Acho que piorou, as pessoas sofreram muito e hoje a palavra greve assusta a todos."

Quanto a nós, julgamos que a greve dos têxteis, configurou numa vitória para a classe. Vitória parcial no plano das reivindicações materiais. Vitória significativa quando se visualiza a perspectiva generalizante do movimento. O simples despertar da classe já seria suficiente para caracterizar esse ponto, mas além deste temos ainda outros dois: a quebra na ideologia dominante que propugnava a passividade de classe com chavões de "ordeira", "trabalhadora", "harmonia entre patrão e empregado", etc., a introjeção e assimilação, pela grande parte dos trabalhadores da vitória do movimento, isso permite importantes desdobramentos positivos e de avanços no plano da consciência espontânea. Cremos, assim, que a greve representou um momento fundamental de união entre os trabalhadores, transformando-os, pela primeira vez em sua história, em sujeitos coletivos responsáveis por seus próprios destinos e não mais sujeitos passivos da benevolência paternalista dos patrões.

4.3- Características da Greve

Este ítem junto com o anterior pretende compreen-

der o fenômeno da greve com base na explicitação das características do movimento. A complexidade que envolve tal temática tem contemplado elementos controversos e nem sempre claros, porém essenciais na captação do significado do movimento. Por isso procuraremos, dentro de nossas limitações, determinar algumas categorias constatadas na processualidade da greve. Iniciaremos com a distinção sobre a natureza da greve, que pode ser resultado da espontaneidade ou não-espontaneidade dos trabalhadores.

A greve espontânea, segundo definição de Ricardo Antunes é aquela em que "inexiste a direção consciente, quando ela não é elemento prévio e detonador das greves, mas a teleologia decorrente da intuição e espontaneidade das massas." (ANTUNES, 1988:197) Porém isso não significa que a greve espontânea não possa estar relacionada de múltiplas formas com a entidade sindical, isto é: pode ser desencadeada exclusivamente pela ação dos trabalhadores e contar com a atuação posterior do sindicato. O que caracteriza-se, na verdade, a espontaneidade é a ausência de uma direção política consciente, dotada de independência teórica e ideológica que possibilite a visualização plena e global da contextualidade social e política, visando superá-las. Ou como diz Antunes: "é aquela que se atém ao nível da consciência do cotidiano, da consciência contingente." (ANTUNES, 1986:196)

Convém, ainda, enfatizar a distinção entre greve espontânea e espontaneísmo. O espontaneísmo é uma concepção política baseada no culto da espontaneidade: "é um método de condução política que faz a apologia do espontâneo como sendo a forma mais avançada da consciência de classe, e que rechaça o papel da direção consciente." (ANTUNES, 1988:210) Enquanto que a greve espontânea, como já dissemos, é aquela que não se pautou no seu desencadeamento e condução na presença de uma direção política consciente.

Conforme Gramsci já ressaltou, "não existe espontaneidade pura, pois nela existem elementos primitivos, embrionários, de direção consciente." (GRAMSCI Apud. Moisés, 1978: 104-107) Nas relações entre as ideologias dominantes e as classes dominadas coexistem sempre assimilações e rejeições ou redefinições. E é nesta última que parece manifestar-se de uma ou de outra forma, algum grau de consciência dos interesses de classe por parte dos trabalhadores. Não há, portanto, a partir dessa linha de raciocínio, inconsciência total dos interesses de classes e, por conseguinte, espontaneidade pura.

Vamos prosseguir em nossa distinção definindo a greve não-espontânea. Ela é aquela que "sofre em seu desencadeamento e condução a presença de uma direção política e consciente, estando inserida no universo de um movimento previamente concebido e politicamente dirigido." (ANTUNES, 1988:198)

Dentro desse contexto como se insere a greve geral convocada pela CUT e CGT e a greve dos têxteis? Isso é o que veremos a seguir.

A greve geral, convocada pelas Centrais Sindicais, enquadra-se como greve não espontânea, pois a ação que a desencadeou foi previamente concebida por uma direção consciente (CUT e CGT) e visava operar uma fusão entre as causas dadas pela imediatidade (arrocho salarial) e os valores mais gerais (ferir a essencialidade da política governamental).

Em contrapartida, a greve dos têxteis foi resultante da própria necessidade e instinto de sobrevivência operária. O movimento nasceu, floresceu e viveu seu curso no leito da espontaneidade, muito embora a presença do Sindicato operário tenha sido marcante ao longo de todo o movimento, atuando como intermediário e representante dos trabalhadores.

A decisão pela greve tomada em assembléia, apenas ratificou uma situação que já existia de fato - pois grande parte dos trabalhadores haviam paralisado suas atividades nos

dois dias anteriores à reunião, muito embora esses movimentos fossem parciais e isolados. Conforme depoimentos dos próprios trabalhadores, a decisão pela greve foi tomada da seguinte maneira:

- "Conversaram entre si e decidiram que com tal chefe e tal salário não trabalhariam mais."
- "Haviam paralisações isoladas em algumas empresas, mas a greve foi decidida em assembléia na qual os trabalhadores de todas as empresas têxteis decidiram paralisar suas atividades."
- "Houve tumulto normal, mas o pessoal já estava cansado de tudo, foi quando encontraram quem apoiasse nessa e tomaram coragem e foram em frente."
- "Foi discutido em assembléia entre 35 a 45 mil trabalhadores."
- "Através de uma assembléia, os empregados não suportavam mais tanta humilhação."
- "Na assembléia geral."

Como se vê, a greve foi espontânea em sua efetividade, com a presença ativa do Sindicato Operário, sem a presença de qualquer partido político, seja na deflagração, condução ou comando do movimento. Ressalte-se também, que a postura dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais (assembléias plebiscitárias, piquetes e a reunião com a Ministra do Trabalho) deixam transparecer que o movimento não foi puramente espontâneo, pois contou, ainda que embrionariamente, com atos conscientes e dirigidos para a obtenção de um resultado que lhes fosse favorável.

Uma outra característica presente no processo real de greve, em sua efetividade é dada pela configuração

econômica ou política. Pode-se dizer que uma greve é econômica quando ela se atém ao plano de imediatidade com reivindicações parciais, limitadas, dadas pelas relações cotidianas entre capital e trabalho e, por isso incapaz de ferir sequer minimamente a materialidade do sistema capitalista. Enquanto que a greve política é aquela que, de alguma forma contrapõe-se ao aparato do Estado, quer por ferir-lhe a base material, quer por buscar reivindicações que chocam diretamente a sua superestrutura jurídico-política.

A separação ou distinção entre greve econômica e greve política não pode ser feita mecanicamente. Marx já mostrou que "é próprio de toda luta econômica transformar-se em luta política (ou até mesmo o inverso)." (MARX, 1988:84)

Castoriadis afirma também que:

"(....) para nós é claro que elas (greve econômica) traduzem uma atividade tão radical como qualquer outra que se apresente como tal; não põem em questão a exterioridade do poder estabelecido mas minam o seu fundamento, ou seja, a definição capitalista da realidade, daquilo que conta e é importante." (CASTORIADIS, 1985:65)

Essa dialeticidade (causalidade econômica e significação política) estão presentes na Greve dos Têxteis, ou seja, premidos pela rudeza e precariedade material, cuja motivação era, como vimos, de raiz econômica, assumiu outra de nítida dimensão política, resultado direto do questionamento feito à política econômica baseada na superexploração do trabalho. Além disso, a greve constituía-se numa vitória política da classe operária: era o surgimento pujante de uma classe operária após anos de opressão e silêncio.

Podemos concluir então, que a greve dos têxteis em sua efetividade teve um caráter espontâneo, realizando-se

sem ideação prévia e consciente, encontrando sua viabilidade pura e simplesmente na realidade concreta e cotidiana do mundo fabril, marcada pela intensidade da exploração do trabalho bem como pela repulsa e rebeldia dos operários a esta situação.

Veremos a seguir como no curso de um processo de greve, em sua efetividade, em que medida pode haver ou não um avanço real no plano da subjetividade do trabalho, da sua consciência.

CAPÍTULO V

O MOVIMENTO GREVISTA E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE

O principal objetivo deste capítulo é fornecer elementos para a discussão de algumas hipóteses teóricas sobre a consciência de classe e a consciência possível. Ele pressupõe a possibilidade de os homens fazerem a história, ainda que sua ação, como lembra Marx, não se faça sob condições de sua livre escolha, mas sim, sob condições herdadas do passado. Nesse contexto, a consciência de classe é um fenômeno essencialmente dinâmico, pois está diretamente ligado às possibilidades de transformação da realidade, pela ação humana, ou, mais propriamente, dos grupos e classes sociais.

A conscientização dos trabalhadores é uma condição básica para uma ação profissional transformadora expressando, assim, a perspectiva política de que é tomando consciência de sua dominação que a classe dominada pode assumir de fato, a luta pela sua libertação, pela transformação de sua realidade.

Nesse sentido o tema consciência possível -- tem estreita relação e interesse com o trabalho que ora desenvolvemos, pois revela as possibilidades de análises de determinadas situações históricas que, embora não virtualmente revolucionárias, contudo propiciam aos trabalhadores condições, para saltos qualitativos futuros em direção à consciência crí-

tica e superação da ideologia dominante.

Procuraremos assim, em um primeiro momento, fazer breves considerações sobre a maneira de encarar a questão da consciência de classe, incorporando dentre outras, as contribuições de Marx, Lenin e Gramsci, e em seguida examinaremos as concepções de Lukács e Goldmann sobre a consciência possível. Por último, utilizaremos esse arcabouço teórico para analisar o movimento grevista dos têxteis blumenauenses, pondo em destaque a relação que se pode estabelecer entre o mesmo e os possíveis avanços qualitativos e quantitativos no plano da consciência de classe.

5.1- Consciência de Classe

A relação entre o ser e a consciência, objeto e sujeito, realidade e pensamento só encontrou sua verdadeira dimensão dialética na formulação de Marx, muito embora ele não tenha chegado a elaborar uma teoria sobre a consciência de classe, fornece, contudo, algumas contribuições importantes.

Para o jovem Marx de 1845, a classe operária não é espontaneamente revolucionária. A classe operária não tem consciência de si própria nem consciência dos seus interesses históricos. Partilha as idéias, os valores, a concepção do mundo propagados pela classe dominante. Essa subserviência ideológica consiste, além do mais, na garantia mais eficaz da ordem estabelecida, o meio de a classe dominante perpetuar a sua dominação pacificamente.

Em "A Ideologia Alemã" encontramos que:

"(...) as idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os mei-

os de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a e-la sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual." (MARX & ENGELS, 1979:72)

Contudo, a dominação ideológica da burguesia não é imutável, pois depende em grande medida da funcionalidade do sistema e quando as contradições deste se manifestam, cria-se então uma oportunidade para a crítica radical do sistema e a possibilidade de a classe operária emancipar-se da tutela ideológica e política da classe dominante e tornar-se, assim, uma classe revolucionária.

Em obras como "A Miséria da Filosofia", "O Capital", "Dezoito Brumário" e o "Manifesto do Partido Comunista", Marx diz que a passagem da consciência alienada para a consciência de seus interesses históricos dá-se através do desenvolvimento da sua prática histórica de luta, isto é, a consciência operária torna-se consciência política, quando for capaz de desenvolver uma análise crítica de sua situação presente e elaborar um projeto social adequado a seus interesses.

Assim, se para Marx o proletariado não é "por essência" uma classe revolucionária, é transformado necessariamente numa classe revolucionária, através de um longo e difícil processo de auto-transformação.

"Não se trata de saber que objetivo este ou aquele proletário, ou até o proletariado inteiro, têm momentaneamente. Trata-se de saber o que é o proletariado e o que ele está historicamente obrigado a fazer de acordo com este ser. O seu fim e a sua ação histórica são-lhe traçados de modo tangível e irrevogável pela sua própria situação e por toda a

organização da sociedade burguesa atual." (MARX, p.55)

Portanto, podemos dizer, que a consciência de classe, tal como aparece formulada por Marx, é um produto social, nasce do processo social, apesar de ser um mero epifenômeno desta realidade, ou seja, o fato de toda atuação humana encontrar-se na sociedade não implica nem a sua efetiva realização e nem a sua veracidade enquanto consciência verdadeira. Esta só é possível quando há a libertação dos limites concretos, objetivos que determinam e limitam a sua capacidade de agir e compreender a sua missão histórica: libertar-se a si e todas as demais classes.

Esse esboço da formação da consciência de classe em Marx geraram muita polêmica, pois ofereciam oportunidades de serem interpretadas mecanicamente e de maneira espontaneísta. Este é o caso de Rosa de Luxemburgo.

Rosa de Luxemburgo estava, como Marx convencida que a prática histórica da luta do proletariado forma a sua consciência socialista.

"(....) o regime capitalista fará nascer de si próprio, a partir de suas contradições internas, o momento em que o seu equilíbrio será rompido e onde se tornará propriamente impossível." (LUXEMBURGO, 1986: 29).

Desta forma a consciência de classe do proletariado está vinculada a uma sublevação instintiva e espontânea a partir de sua posição de classe, a qual gera uma verdadeira consciência que possibilita superar a imediatidade e entender o complexo quadro superador da totalidade das relações capitalistas.

"Este despertar da consciência de classe imediatamente se manifesta do seguinte modo: uma multidão de milhões de proletários descobre de súbito, com um sentimento de acuidade insuportável, o caráter inalterável de suas existências, social e econômica, do qual eram escravos há decênios, sob o jugo do capitalismo. De repente, desencadeia-se uma sublevação geral e espontânea para sacudir o jugo, para quebrar as algemas." (LUXEMBURGO, 1976: 35)

Como podemos perceber existe aí a idéia de que uma prática objetivamente revolucionária dá automaticamente origem a uma consciência revolucionária em todos os que a vivem, e que por isso se tornam capazes de orientar subjetivamente esta prática, de levá-la até o fim. A concepção mecanicista parte da premissa que a ação da classe, enquanto sujeito histórico coletivo, está vinculada aos momentos de crise do capitalismo, cuja ideologia revolucionária seria, a partir de sua situação de classe, espontaneamente dada ao proletariado. Essa postura privilegiadora do espontaneísmo relega à segundo plano o momento político da luta de classes.

Do mesmo modo que Marx, Rosa Luxemburgo não se afastou da concepção da entrada progressiva e automática do proletariado na sua vocação revolucionária, pela mediação necessária e suficiente da sua prática histórica, coube a Lenin a introdução dessa ruptura.

Lenin descarta a possibilidade da consciência de classe revolucionária emergir exclusivamente da prática histórica espontânea da classe operária. Espontaneamente, essa prática oscila, com efeito, entre a revolta - descarga brusca do instinto revolucionário do proletariado - e o trade-unio-nismo - vontade de melhorar ao máximo a situação da classe operária dentro do sistema.

Nesse sentido, ele concebe duas formas de consciência proletária: a sindicalista e a política. A primeira estaria relacionada com a necessidade dos operários unirem-se para defenderem os seus interesses imediatos. Estando, portanto, caracterizada por dois elementos - o econômico e o espontâneo - os quais operam como limite para o desenvolvimento da consciência política dos operários:

"A política sindical da classe operária é precisamente a política burguesa da classe operária." (LENIN, 1979: 66)

Enquanto que a consciência política seria a compreensão das contradições inerentes à sociedade capitalista.

"O operário deve ter uma idéia clara da natureza econômica, da fisionomia política e social do grande proprietário de terras e do padre, do dignatário e do camponês, do estudante e do vagabundo, conhecer seus pontos fortes e seus pontos fracos, saber enxergar nas fórmulas correntes e sofismas de toda espécie com que cada classe e cada camada social encobre seus apetites egoístas e sua 'natureza verdadeira', saber distinguir esses ou aqueles interesses que refletem as instituições e as leis, e como refletem. (...) Essas revelações políticas abrangendo todos os aspectos são as condições necessárias e fundamentais para educar as massas em função de sua atividade revolucionária." (LENIN, 1979:66)

A consciência política implica um conhecimento não ideológico, um conhecimento desmistificador da sociedade na qual a classe operária trava um combate dos seus pontos fracos e fortes, das suas contradições, das suas diferentes conjunturas, das vias e dos processos de sua destruição.

Esses conhecimentos não os pode o operariado adquirir no seu seio: "não pode ser levada ao operário senão do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operário e patrões." (LENIN, 1979:62), ou seja, a passagem da consciência sindicalista para a consciência política só se realiza através da "importação" da teoria efetuada pelo partido. A missão do partido é compreender o processo de produção em sua totalidade e o papel revolucionário, vinculando essa classe à sua luta concreta, cotidiana. O partido tem como atributo elaborar uma teoria científica revolucionária que se antecipa às massas, objetivando alcançar sua consciência plena verdadeira.

Nesse sentido a consciência política da classe operária vem através dos intelectuais revolucionários portadores do conhecimento e da compreensão global da produção. Pois a consciência de classe não se traduz apenas em luta política, científica do conjunto das relações econômico-sociais e políticas. Sem teoria não é possível uma linha prática coerente, o que quer dizer autônoma, subtraída à influência e à direção burguesa. E os intelectuais revolucionários teriam como missão educar o proletariado dentro do socialismo científico.

A consciência lúcida dos antagonismos que regulam a formação social no seu conjunto, implica, portanto, um conhecimento verdadeiro da sociedade, de seus componentes e de suas instituições. E este conhecimento não se dá através da luta econômica, pois esta produz apenas uma experiência parcial, fragmentária, que não esclarece senão uma dimensão restrita da realidade, do mesmo modo que não é nos livros que os trabalhadores adquirem este conhecimento, mas sim pela prática da luta política de classe. Assim Lenin não descarta a possibilidade de haver uma fusão ou combinação da práxis proletária (econômica) com a teoria revolucionária (política).

"A consciência da classe operária não pode ser a consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados a regirem contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas: a reagir justamente do ponto de vista social-democrata, e não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas de atividade e da vida de todas as classes e grupos da população (...). Ora, não é só nos livros que o operário poderá obter essa idéia clara: ele a encontrará apenas nas amostras vivas, nas revelações ainda recentes do que se passa em um determinado momento à nossa volta, do que falam ou cochicham entre si, do que se manifesta nesses ou naqueles fatos, números, vereditos, e assim até o infinito." (LENIN, 1979:56-57)

A concepção leniniana de consciência de classe, por fim, conserva e supera dialeticamente a concepção de Marx, quando enfatiza a importância decisiva para a política revolucionária, de se partir da posição do proletariado no processo de produção, e ver no partido revolucionário a possibilidade de retorno da consciência sobre o ser social.

Por outro lado, Antônio Gramsci, um dos ideólogos marxistas renovador da doutrina economicista, concebe a consciência de classe como um momento no processo de luta das classes pelo poder, ou o grau de autoconsciência e organização alcançado pelos vários grupos sociais tendo em vista a realização dos seus interesses no processo de autoconsciência.

Seguindo a herança leniniana Gramsci apresenta diferenciações nos tipos de consciência operária, as quais resumimos em três:

1. Econômica-corporativa: no interior de uma classe diferentes grupos profissionais começam a tomar consciência de sua posição comum e a organizar-se, mas esta consciência é restrita a tais seguimentos e não abrangem a unidade do grupo social mais amplo - a classe. A primeira manifestação da consciência é a nível corporativo.
2. Estágio de solidariedade: é marcado por um certo grau de solidariedade de interesses, sobretudo, no nível econômico, aspirando a uma maior igualdade em termos de redistribuição de renda dentro do quadro da ordem social existente.
3. Estágio político: ocorre quando uma classe social torna-se consciente do fato de que seus próprios interesses transcendem o terreno corporativo, puramente econômico. É só nesse momento que a consciência de classe surge enquanto tal.

"Esta é a fase mais abertamente política, que assinala a nítida transição da estrutura para a esfera de complexas superestruturas, é a fase em que os ideólogos que haviam começado a se desenvolver se tornam 'partido', se opõem e entram na luta até o ponto em que um deles ou pelo menos uma combinação deles tende a predominar, a se impor, a propagar-se em toda esfera social, alcançando além de uma unidade de propósitos em termos econômicos e políticos, uma unidade intelectual e moral, colocando todas as questões em torno das quais a luta toma vul-

to num nível 'universal' ao invés de corporativo, e criando desta maneira a hegemonia de um grupo social principal sobre vários grupos subordinados. O Estado é concebido, certamente, como um organismo pertencente a um grupo, destinado a criar as condições favoráveis para a expansão maior daquele grupo." (GRAMSCI, 1989:50)

A consciência de classe, desta forma, é um fenômeno que não pode ser considerado, para fins de análise, fora do contexto da luta de classes. Ela requer necessariamente o desenvolvimento de partidos políticos, pois é precisamente por meio do partido que uma dada classe social pode desenvolver a sua "vocação para o poder". A consciência aparece então como a "realização" desta função hegemônica e desta vocação para o poder.

A concepção de Gramsci sobre partido político inclui não somente o aparato partidário, enquanto tal, mas também as manifestações da classe ("vozes") tais como seus filósofos, religiosos, jornalistas, e assim a sua função é organizar uma concepção do mundo adequada aos interesses da classe que representa, tendo em vista a transformação da sociedade, em suas palavras:

"Todo o grupo social tem a sua própria categoria especializada de intelectuais. (...) Todo o grupo social cuja a existência se baseia numa função essencial no mundo da produção cria simultaneamente, organicamente, um ou mais grupos intelectuais que lhe conferem homogeneidade e consciência da função que lhes é própria, não somente no campo econômico, como também no social e no político." (GRAMSCI, 1989:122)

Nos termos de Gramsci, os interesses da classe seriam instintivamente definidos ao nível econômico (isto é, em termos do papel desempenhado pelos diversos grupos sociais no sistema produtivo), pois a função hegemônica da classe dominante mantém sob seu domínio ideológico toda sociedade. Isto implica em uma distinção entre instinto de classe e a consciência de classe, sendo que o primeiro corresponderia, então, aos modos de ação inconscientes de uma classe nas situações em que ela se manifesta espontaneamente como classe, é subjetivo, espontâneo; a consciência objetiva e organizada, corresponde aos interesses que surgem na situação de classe, na estrutura econômica da sociedade, definidos, porém, estrategicamente e a longo prazo. O espaço, por assim dizer, existente entre o chamado instinto de classe e a consciência de classe é preenchido, nas sociedades capitalistas, pela ideologia burguesa, e significa também que a consciência de classe, como já foi dito, só pode ser desenvolvida quando um partido político esteja exercendo suas funções de Estado, para o que a crítica da ideologia dominante é essencial.

Finalizando, poderíamos ressaltar que para Gramsci a classe dominada tende a ver seus interesses a partir da visão que lhes é fornecida pela ideologia dominante, sendo incapaz de definir e organizar por si própria os seus interesses, sem a intervenção de uma organização exterior. Assim, na medida em que o partido político torna-se a parte que "educa" e organiza a classe subordinada, esta será capaz de elaborar uma nova concepção do mundo adequada aos seus interesses.

5.2- Consciência de Classe: Da Possibilidade Objetiva à Consciência Possível

5.2.1- George Lukács e a Possibilidade Objetiva

O filósofo húngaro George Lukács é o primeiro teó-

rico marxista a tratar do problema da consciência de classe de maneira sistemática, como problema teórico de fundamental importância. Escreveu uma obra clássica do marxismo no século XX: "História e Consciência de Classe". Esta obra escrita entre 1919 e 1922, sob a onda revolucionária do início do século na Europa, é tão rica quanto cheia de vieses, como o próprio autor viria a reconhecer mais tarde e criticá-la várias vezes. Apesar disso, recorreremos a este livro, especialmente ao artigo 'A Consciência de Classe', porque a rigor permanece o interesse em analisar o problema da consciência de classe em estreita vinculação com o fenômeno da reificação,²⁵ as categorias da possibilidade objetiva e da totalidade, na qual se empenhou o filósofo.

No pensamento Lukacsiano o caráter fetichista das formas econômicas, a reificação de todas as relações humanas, a extensão crescente de uma divisão do trabalho que atomiza abstratamente e racionalmente o processo de produção sem levar em conta as possibilidades e as capacidades humanas dos produtores imediatos - tudo isso, constitui-se para o proletariado, um obstáculo à compreensão e apreensão dos fenômenos sociais.

"A consciência reificada permanece necessariamente prisioneira, na mesma medida e de feitio também desesperado, nos extremos do empirismo grosseiro e do utopismo abstrato, ou melhor, se torna espectadora inteiramente passiva do movimento das coisas sujeitas às leis e nas

(25) Nas sociedades capitalistas o indivíduo é confrontado com meros objetos (coisas, mercadorias), quando seu corpo inorgânico - natureza trabalhada e capacidade produtiva externada - foi dele alienado. Não tem consciência de ser um ser pertencente a uma espécie, em outras palavras, um ser cuja essência não coincide diretamente com sua individualidade. (MÉSZÁROS; ISTVÁN, MARX, 1981:75)

quais não se pode, em nenhum caso, intervir." (LUKÁCS, 1976:55)

A reificação faz com que a consciência tome a aparência dos dados imediatos pela realidade total. O imediato torna-se natural e não contingente, histórico.

"A origem de todo oportunismo está em partir dos efeitos e não das causas, das partes e não do todo, dos sintomas e não da coisa, está em ver no seu interesse particular e na sua satisfação não um meio de educação tendo em vista a luta final, cuja saída depende da medida em que a consciência psicológica se aproxime da consciência adjudicada, mas algo de precioso em si ou, pelo menos, algo que, por si próprio, se aproximaria do alvo." (LUKÁCS, 1989: 51)

Desta forma a defesa dos interesses imediatos fechados em si mesmos corresponde à "falsa consciência", por estarem desvinculados de uma perspectiva socialista e não atenderem aos seus verdadeiros interesses, muito embora possa haver gradações entre a "consciência empírico-psicológica" e o "conhecimento adequado" da situação de classe. Lukács insiste diversas vezes em que "falsa consciência" é um momento integrante e necessário do processo de formação da consciência de classe operária. Do ponto de vista do processo histórico há uma dialética entre a "falsa" e a "verdadeira" consciência que transcende as dicotomias rígidas do tipo "falsificação ideológica" e "conhecimento científico" que se encontram nas versões estruturalistas do marxismo: "(...) há mesmo na 'falsa' consciência do proletariado, mesmo nos seus erros de fato uma intensão dirigida axialmente para a verdade." (LUKÁCS, 1979:49) Em resumo, porque a classe operária

não luta ou não se propõe como objetivo aqui e agora a socialização dos meios de produção não se deve concluir daí que, todas as demais lutas menores, quando desvinculadas de uma perspectiva socialista, não atendam aos seus verdadeiros interesses.

A teoria Lukacsiana da consciência de classe baseia-se assim, na crítica radical de qualquer forma de objetivismo e fatalismo. Pois o proletariado como produto do capitalismo está necessariamente submetido às formas de existência do seu produtor. Esta forma de existência é a desumanidade e a reificação. O proletariado é, pelo simples fato de existir, a crítica e a negação desta forma de existência. Mas a sua crítica espontânea é parcial, instintiva: apenas se eleva negativamente acima do que ela nega, é feita sob o ponto de vista capitalista; é ela própria reificada.

Por isso Lukács faz a distinção entre "consciência psicológica" imediata dos trabalhadores e a "verdadeira consciência de classe" ou "consciência adjudicada". A primeira é uma "falsa consciência" na medida em que falha subjetivamente às finalidades que propõe à si própria, pois desconhece as contradições da ordem social e suas potencialidades históricas. Enquanto que a "consciência adjudicada" é o conhecimento adequado da totalidade social, de um ponto de vista de classe, é sua verdadeira consciência de classe.

Esta oposição entre o interesse momentâneo e o objeto final faz com que o conceito de consciência de classe deva atingir a categoria da "possibilidade objetiva", o que significa: a consciência de uma classe não é o que empiricamente pensam os seus componentes, mas o que (objetivamente, isto é, em razão de sua situação no processo produtivo) poderiam pensar de acordo com seus interesses de classe. Ao reportar-se à consciência a totalidade da sociedade:

"(....) descobre-se os pensamentos e os sentimentos que os homens teriam tido, em uma situação vital determinada, se tivessem sido capazes de perceber perfeitamente essa situação e os interesses que daí decorrem tanto no que se refere à ação imediata como à estrutura, conforme à esses interesses, de toda a sociedade. Descobre-se, pois, os pensamentos, etc., que são conforme sua situação objetiva. (....) Pois a consciência de classe é a reação racional adequada que deve dessa maneira ser adjudicada a uma determinada situação típica no processo de produção." (LUKÁCS, 1978: 18)

A própria situação de classe do proletariado cria condições para que ele possa assumir "um ponto a partir do qual se faz visível o todo da sociedade." Isto porque: "a teoria objetiva da consciência de classe é a teoria da sua possibilidade objetiva." (LUKÁCS, 1979:58) E essa possibilidade objetiva de conhecimento da totalidade corresponde à consciência de classe como uma categoria adjudicada, pois ela não nasce ao acaso. Ela é objetivamente possível porque se articula no interior de uma totalidade social: "donde saem as determinações dialéticas, supera-se a mera descrição e alcança-se a categoria da possibilidade objetiva." (LUKÁCS, 1979:18)

Lukács adverte que a utilização da categoria "possibilidade objetiva" permite a conexão real com a totalidade, porém, tem-se que procurar conhecer a distância que separa a consciência de classe dos pensamentos empíricos efetivos, os pensamentos psicologicamente descritivos e explicáveis que os homens fazem de sua situação vital. Para isso, faz-se necessário pesquisar:

"1º. Se esta distância é diferente segundo as diferentes classes, se-

gundo as diferentes relações que mantém com a totalidade econômica e social, de que são membros, e em que medida essa diferenciação é bastante grande para comportar diferenças qualitativas;

2º. O que significam praticamente estas diferentes relações entre totalidade econômica objetiva, consciência de classe adjudicada e pensamentos psicológicos reais dos homens sobre sua situação vital, para o desenvolvimento da sociedade; e qual é a sua concepção prática da sua consciência de classe." (LUKÁCS, 1978:19)

E é justamente o interesse do conceito operatório de "possibilidade objetiva" o de permitir a análise da inadequação existente entre a consciência concreta da maioria das classes sociais com a sua consciência adequada. A classe operária, pelo contrário, é a única classe da sociedade burguesa, que pode, simultaneamente, partindo da sua situação de classe, perceber a essência da sociedade, e para a qual a justa compreensão da totalidade social constitui um fator imprescindível, pois:

"Para o proletariado, sua ideologia não é uma 'bandeira' sob a qual ele combate, um pretexto à sombra do qual persegue seus próprios objetivos. Ela é o próprio alvo e a própria arma. Toda tática sem princípios rebaixa o materialismo histórico até fazê-lo uma mera ideologia, força o proletariado ao método de luta burguesa (ou pequeno-burguesa), priva-o de suas melhores forças, destinando à sua consciência de classe o papel de uma consciência burguesa, mero papel de acompanhamento ou de freio (de freio para o proletariado), em lugar de função motriz destinada à consciência proletária." (LUKÁCS, 1979:46).

Assim, se a situação do proletariado no processo de produção o torna virtualmente revolucionário e favorece a tomada de consciência daquilo a que frequentemente se chama de "sua missão histórica", note-se, no entanto, que a sua ação revolucionária não aparece senão como uma "possibilidade histórica". O proletariado é a classe que faz coincidir o seu interesse de classe com a possibilidade de apreensão dessa totalidade:

"Eis por que o proletariado não se pode liberar como classe a não ser suprimindo a sociedade de classes em geral, que a sua consciência, a última consciência de classe na história da humanidade, deve coincidir de um lado com a revelação da essência da sociedade e, de outro tornar-se uma unidade sempre mais íntima da teoria e da práxis."
(LUKÁCS, 1979:46)

Mas como, afinal, pergunta Lukács, a possibilidade objetiva da consciência de classe pode realizar-se efetivamente? No ensaio sobre "A Consciência de Classe", o filósofo vai defender o conselho operário como "superação econômica e política da reificação capitalista." (LUKÁCS, 1979: 59) Mais tarde, talvez, pela trágica aniquilação da República Húngara dos Conselhos pelo fascismo, ele adota a teoria do Partido Comunista como "portador da consciência adjudicada" e como a mais avançada possibilidade de consciência e ação revolucionária.

Resumindo, poderíamos afirmar que a consciência de classe, na concepção lukacsiana, é uma realidade objetiva que se torna subjetiva, afetando a consciência, a princípio o contexto mental dos indivíduos e a seguir a consciência de toda a classe. Esta problemática elimina todas as concepções que fazem da consciência de classe o desenvolvimento puro e

simples da consciência operária. Põe em relevo a oposição dialética entre esta consciência imediata e a consciência política de classe. Obriga a pensar a passagem de uma à outra, não como um modo progressivo linear harmonioso, mas como uma mutação, uma crise ideológica da classe, da luta do proletariado contra si próprio: "que permitem medir exatamente o ponto já atingido e o que resta a conquistar." (LUKÁCS, 1979: 60)

5.2.2- Lucien Goldmann e a Consciência Possível

Goldmann partindo de Marx e Lukács com algumas referências a Weber, desenvolve o conceito "consciência possível", como sendo o principal conceito operatório com que a sociologia dialética pode contar para estudar a sociedade. Porém alerta que para se estudar qualquer fato da consciência tem que estabelecer-se o seu grau de adequação ao objeto, ou seja, reconhecer:

1. Todo e qualquer fato social é por algum de seus aspectos um fato de consciência e,
2. Toda a consciência é antes de mais nada uma representação mais ou menos adequada de um certo setor da realidade." (GOLDMANN, 1972: 103)

Desta forma:

"O conhecimento compreensivo e explicativo destes fatos de consciência e do respectivo grau de adequação e de inadequação, de verdade ou de inexatidão só pode ser estabelecido a partir da respectiva inserção em totalidades sociais relativas mais vastas, porque só esta inserção per-

mitirá compreender a sua significação e necessidade." (GOLDMANN, 1972: 104)

Feitas essas considerações, veremos, agora, como Goldmann formula a questão da consciência possível. Ao discorrer sobre a necessidade de distinguir entre "consciência real" e "consciência possível" ele conceitua a última como

"(....) o máximo de realidade que poderia conhecer uma classe social sem chocar-se contra os interesses econômicos e sociais ligados à sua existência como classe. Em contrapartida a consciência real seria o que ela (a classe) conhece, de fato, dessa realidade durante certo período num determinado país." (GOLDMANN, 1967:147)

Ocorre, porém, que a consciência real da classe pode se atrasar por diferentes fatores objetivos e subjetivos em relação à "consciência possível" que expressa um estágio mais avançado da consciência de classe:

"A consciência real resulta de múltiplos obstáculos e desvios que os diferentes fatores da realidade empírica opõem e infligem à realização dessa consciência possível.(....)É essencial separar-se a consciência num certo momento da história, resultante das limitações e dos desvios que as ações dos outros grupos sociais assim como os fatores naturais e cósmicos infligem a essa consciência de classe." (GOLDMANN, 1973:99).

A consciência de classe real do proletariado é algo contraditório, mesclado tanto por elementos burgueses e/ou pequenos-burgueses, como por elementos especificamente

proletários, e é a partir desses últimos que se pode avançar até a consciência de classe possível. Como essa consciência efetiva incorpora em algum grau a consciência de interesses específicos de classe, o trabalho das organizações socialistas deve partir daí e não de elementos ideais, fixados por uma consciência de classe concebida racional e abstratamente como um modelo genérico aplicável a diferentes situações. Na verdade, o passo para o socialismo dependerá, em grande parte, da ação coletiva da classe proletária consciente. Nesse sentido o socialismo consiste numa aposta, ou numa "certeza absoluta e absolutamente incerta" como diz Goldman. Se "o proletariado é a primeira classe na história que pode chegar a uma consciência verdadeiramente autêntica" (GOLDMANN, 1977: 196 e 39), é lógico que se descarta todo e qualquer fatalismo histórico e se passa para o nível das tendências, das possibilidades, jamais das certezas absolutas.

"É portanto dentro desse quadro da consciência possível dos grupos particulares, do máximo de adequação à realidade de que a sua consciência é capaz, que depois deve ser colocado o problema da sua consciência real, e das razões porque esta fica aquém da primeira." (GOLDMANN, 1972:109)

Por fim, o que nos interessa reter no pensamento de Goldman é que:

1. Não se trataria de desprezar o que pensa e o que faz o proletariado hoje, mas sim, a partir do seu pensamento e da sua ação, tentar estabelecer até onde, dentro do seu pensamento e da sua ação, e dentro de determinadas circunstâncias históricas, pode chegar o aprofundamento da sua consciência de classe;

2. que a consciência efetiva e ação do proletariado contribuem, dentro de condições específicas de tempo e lugar, para determinar a sua consciência possível - que nele é sempre possível, jamais inevitável.

5.3- Consciência de Classe e Ação Grevista

Depois dessas considerações teóricas, voltemos à discussão do movimento grevista, esclarecendo que nossas pretensões não vão além da tentativa de precisar alguns dos problemas enfrentados e sugerir hipóteses que permitam o avanço do estudo das questões ligadas à consciência operária. Para tanto concentraremos nossos esforços, tal como fizemos até aqui, na análise das relações entre consciência de classe e consciência possível e das conseqüências que isso acarreta para a ação grevista.

Interessa-nos esclarecer em primeiro lugar que o espontaneísmo e o sectarismo rondam as várias concepções no interior do marxismo. Poderíamos reduzir, de maneira bem simplificada, essas concepções a dois modos fundamentalmente opostos de pensar concretamente as relações entre a consciência de classe e os movimentos grevistas.

O primeiro está representado na corrente que acredita na capacidade revolucionária espontânea da classe operária, produto quase automático do agravamento da crise econômica, e mais ou menos independente da ação de dirigentes conscientes e/ou partidários, a quem cabe tão só ajudar a precipitar o processo revolucionário.

O segundo, ao negar que as formas espontâneas dos movimentos possa levar a uma verdadeira consciência de classe, defende a necessidade da ação exterior da intelectualidade, ligada ao partido revolucionário, para que ela (a consciência) seja inculcada.

Discordamos das duas colocações, pois parece-nos que ambas estão presas em modelos demasiadamente esquemáticos e sectários que levam à subestimação ou superestimação dos pensamentos empíricos efetivos da classe operária. Uma, espontaneísta, tende a valorizar excessivamente as potencialidades revolucionárias das massas operárias, ignorando a necessidade de organizar e elevar o grau de consciência de classes. A segunda, sectarista, transforma o partido no senhor absoluto da sabedoria da classe operária, no juiz soberano para decidir o que é certo e o que é errado.

Por isso entendemos que a consciência de classe do proletariado aparece sempre com um certo número de traços ideológicos específicos de classe na medida em que toda classe desde que historicamente constituída, apresenta sempre um certo grau de consciência dos seus interesses específicos de classe, muito embora coexistam em maior ou menor grau com elementos da ideologia burguesa ou pequeno-burguesa. E é justamente a manipulação ideológica burguesa que a impede de imunizar-se totalmente contra as formas de pensamento e ação impostas pelas classes dominantes.

Porém, conforme já frisamos, toda e qualquer classe, especialmente a operária, sempre tem em maior ou menor grau consciência dos seus interesses.

Pensamos que agora seria interessante mostrar lançando mão dos depoimentos dos operários, como há elementos para a comprovação da tese de que apesar da dominação exercida pela ideologia dominante, ela tem sempre uma certa consciência dos seus interesses de classes:

(O Sr. sabe o que significa luta de classe?)

- "No meu entender, cada um luta pela sua classe ou seja a classe trabalhadora ou a empresarial, no qual cada um monta um grupo formando um sindicato para defender seus interesses."
- "Sempre que determinado grupo se une em torno de um mesmo

ideal, existe um movimento para reivindicar seus objetivos. Mas para isso é necessário que todos tenham a mesma filosofia a respeito do assunto."

- "É o confronto do capital e do trabalho."
- "União das classes trabalhadoras em busca dos seus objetivos."
- "Pelo que entendo, é a classe trabalhadora lutando pelos seus direitos e a classe patronal pelos deles."

Ou ainda:

(O Sr. acha justo existirem pessoas muito ricas e outras muito pobres?)

- "Não, ninguém fica rico trabalhando, só melhora de vida, pisando em cima daqueles que trabalham para aumentar o salário do rico."
- "Não, por isso é que devemos continuar a lutar para que um dia mesmo que distante possamos reverter essa situação."

Esses traços ideológicos dos operários têxteis, aliados a outros, como categorias usadas para designar seu universo, como "nós, os pobres" ou "nós, a classe trabalhadora" em oposição a "eles, os ricos/eles os patrões", compõem, do nosso ponto de vista, a sua consciência de classe real, que obviamente, está impregnada de elementos da ideologia dominante. Relacionando da mesma forma, poderíamos considerar, que, na pior das hipóteses, o operariado têxtil, tem um mínimo de adequação à realidade, têm um mínimo de consciência de seus interesses específicos de classe, afinal como afirma Goldmann: "toda consciência é antes de mais nada um certo setor da realidade." (GOLDMANN, 1972:102)

Depois dessas colocações é hora de tentarmos retirar algumas considerações acerca do movimento grevista

que valem mais como hipóteses a serem retomadas em futuras pesquisas em torno desse tema.

Retomemos a indagação anteriormente formulada: quais são os nexos existentes entre a efetividade das greves e os seus significados no plano da subjetividade do proletariado? No curso de um processo de greve, em que medida pode efetivar-se ou não um avanço no plano da consciência real do ser social que a deflagra, impulsionando, conseqüentemente, a consciência possível?

Conforme vimos no decorrer deste trabalho, a classe operária têxtil, sempre adotou uma postura passiva diante do capital, isto é, em circunstâncias totalmente diversas, sempre esteve presente o paternalismo característico da sociedade patriarcal das áreas rurais. Os interesses dos operários coincidiam com os interesses dos patrões, aceitando, desta forma, a manipulação implícita da ideologia dominante. Essa orientação ideológica sempre esteve voltada para uma orientação para o consumo e para a ascensão social e que não passava pelos questionamentos de salários injustos ou, qualquer projeto que objetivasse a modificação da estrutura social. No que diz respeito à sua atuação organizacional, os têxteis simplesmente aceitaram a estrutura oficial dos sindicatos "doada pelo Estado (a partir de 1930) e comandado por indivíduos escolhidos pela classe empresarial. No aspecto político, os partidos, que de alguma forma tinham uma ligação com a orientação socialista, nunca conseguiram uma atuação razoável junto aos operários. Estes mantinham uma atitude de alheamento político, aderindo a políticos carismáticos ou apolíticos indicados e financiados pela classe empresarial.

Logicamente, essas análises, que sucintamente resumimos acima, devem ser relativizadas, para não cairmos na cilada mecanicista. Em outras palavras, conforme já frisamos, não podemos conferir à ideologia dominante o poder de

eliminar todas as contradições de classe e de se impor de forma absoluta à consciência operária. Se assim fosse, a classe operária têxtil blumenauense estaria condenada a sofrer irremediavelmente a eternização desse estado, o que impossibilita a sua superação. Desta forma compartilhamos com o pensamento de que a manipulação ou a dominação ideológica, qualquer que seja ela, nunca é absoluta, nem assimilada totalmente, pois temos que pensar a consciência de classe como uma escala valorativa ou gradativa que inicia com um mínimo de consciência dos interesses específicos de classe (interesses imediatos) indo até o máximo de consciência possível (a consciência socialista). Nós não admitimos a hipótese de que a consciência efetiva do proletariado possa ser uma mera inconsciência.

Em síntese, os operários têxteis, historicamente, possuíam uma consciência mínima de seus interesses específicos de classe, sendo mais influenciados por elementos ideológicos burgueses ou pequeno-burgueses. Neste contexto a greve representou uma ruptura (parcial) com este sistema de dominação, possibilitando o avanço da consciência de classe real, o que também atingiu a consciência de classe possível. Isto transparece quando se constata que a greve, ainda que embrionariamente, representou uma luta contra a forma de coerção do trabalho e o despotismo no mundo fabril, iniciou a denúncia e a luta contra a política econômica fundada na superexploração do trabalho na simbiose extenuada e intensificada das formas absoluta e relativa de extração do sobretrabalho, embora não questionasse diretamente o modo de produção e a expropriação dessa mais-valia.

Embora reconheçamos que não houve nenhum grande salto qualitativo/quantitativo no plano de subjetividade operária, a greve possibilitou a incorporação de elementos importantes ou traços ideológicos específicos de classe, expressos, por exemplo, na solidariedade e resistência dos operários

durante todo o movimento, ou na quebra da ideologia que propagava a relação amigável entre capital e trabalho.

Encerrando, podemos dizer que a greve dos têxteis, foi um movimento bastante combativo e a sua própria dinâmica, serviu para dotar os trabalhadores de um nível de consciência antes desconhecido. Compete, pois, às organizações operárias e políticas, (Sindicatos, Partidos Políticos, etc.) colaborar para ativar e desenvolver essa consciência (ainda empírica) a fim de que o operariado alcance o máximo de consciência possível na luta pela transformação da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da análise teórica, da compreensão histórica à luz de um quadro amplo de determinação (sócio-econômica e político-ideológica) procuramos apreender a gênese, constituição e características do movimento grevista dos têxteis blumenauenses e as implicações dessa greve no plano da subjetividade operária - sua consciência de classe. Através dessas análises nos é permitido estabelecer algumas premissas conclusivas.

A primeira é de que o desenvolvimento da indústria têxtil blumenauense faz parte de um processo que envolve não apenas mudanças tecnológicas, mas também a reestruturação da relação entre capital e trabalho ou mesmo de modificação do papel do Estado. Por isso, a passagem de uma fase de acumulação do capital para outra desencadeia uma série de modificações que afetam a classe trabalhadora.

A segunda é que o desenvolvimento industrial da cidade não seguiu os "padrões normais" do desenvolvimento brasileiro: dada a elevada dinâmica das indústrias estas escaparam da retração e das inversões produtivas que levaram à crise o setor têxtil do país.

Em terceiro lugar as indústrias têxteis dado a sua formação "sui generis" conseguiram transformar-se em empreendimentos sólidos que conquistaram tanto o mercado na-

cional quanto o internacional. E desta forma, as indústrias blumenauenses representam atualmente o maior pólo concentrado têxtil do país, sendo que algumas delas estão entre as maiores da América Latina e até do Mundo.

Uma quarta assertiva refere-se às características dos operários têxteis e podem ser assim enumeradas:

- a) a origem e a formação da mão-de-obra blumenauense tem sua gênese na colonização alemã, inclusive com certos resquícios da mentalidade das corporações européias da Era Medieval e que se manifestou na submissão e respeito pela autoridade mais próxima: o patrão;
- b) a ideologia nacionalista alemã também foi transplantada para Blumenau, especialmente no que diz respeito a manutenção da mentalidade germânica, a exaltação da superioridade do trabalho dos alemães;
- c) que os primeiros operários têxteis exerciam concomitantemente a função fabril e o trabalho na lavoura e somente com o desenvolvimento industrial e com as sucessivas divisões das terras ou do esgotamento do solo, que os colonos-operários praticamente desapareceram;
- d) a campanha de nacionalização foi traumatizante para todos os que tinham origem ou descendência alemã, fazendo com que se refugiasssem ainda mais na sua capacidade produtiva;
- e) as características de sexo, idade, eficiência, submissão, constituíram-se em variáveis importantes na organização do processo de trabalho

das indústrias têxteis;

- f) que todo o arcabouço ideológico montado pela classe patronal sempre apresentou os operários têxteis como ordeiros, submissos e incapazes de qualquer gesto de rebeldia frente ao capital;
- g) o relacionamento dos operários com o sindicato alterou-se com a eleição da chapa oposicionista em 88, assim, embora o assistencialismo continue tendo um papel preponderante nos fatores de sindicalização, começa a surgir o interesse por um sindicalismo forte e politizado capaz de representar a classe e apoiá-la em suas lutas contra a superexploração do trabalho;
- h) que no plano político-partidário, os operários não possuem uma opção ideológica definida, mas sim uma alienação política que permite a manipulação por políticos populistas ou os que promovem campanhas milionárias financiadas pelos empresários;
- i) que as pequenas lutas operadas no cotidiano fabril: dominar o tempo, ser mais forte que a organização do trabalho, as pequenas sabotagens do dia-a-dia, a recusar em fazer horas extras as greves parciais e isoladas - sempre ocorreram de modo desigual e fragmentado, sem a presença de um elemento unificador capaz de superar a heterogeneidade objetiva e estrutural e enfrentar eficazmente a superexploração

do trabalho, porém demonstram a existência de um potencial negador do sistema na consciência do operário têxtil;

- j) Esse potencial é acentuado quando observamos que a insatisfação com a própria situação é uma constante em todos os entrevistados. Nessas circunstâncias, a aceitação do status-quo ao mesmo tempo que afirma o sistema de exploração do trabalho e conseqüentemente o sistema, demonstra também a sua insatisfação com a crescente precariedade de condições de vida a que se vê condenado.

Todos esses elementos, tomados como um conjunto de pensamentos empíricos efetivos ou dados de observação que formam a consciência real dos operários têxteis blumenauenses, demonstram que embora a praxis seja ratificadora do sistema, a sua consciência traz implícitos alguns dados que sugerem a negação do mesmo, ainda que minimamente.

Nesta quinta premissa vamos tentar apontar algumas considerações conclusivas com relação ao movimento grevista:

- a) a greve dos têxteis foi resultante da própria necessidade e instinto de sobrevivência da classe operária já que estes apresentavam uma defasagem salarial acumulada em 87.61%;
- b) o movimento nasceu, floresceu e viveu seu curso no leito da espontaneidade, muito embora a presença do Sindicato Operário tenha sido marcante ao longo de todo o movimento;

- c) que a postura dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais (assembléias plebiscitárias, piquetes e a reunião com a Ministra do Trabalho) deixam transparecer que o movimento não foi puramente espontâneo, pois contou, ainda que embrionariamente, com atos conscientes e dirigidos para a obtenção de um resultado que lhes fosse favorável. Embora, conforme já ressaltamos, isso não o descaracteriza como movimento espontâneo;
- d) que a greve apresenta uma dialeticidade: causalidade econômica e significação política - ou seja, premidos pela rudeza e precariedade material, cuja motivação era, como vimos, de raiz econômica, assumiu outra de nítida dimensão política, resultado direto do questionamento feito à política econômica baseada na superexploração do trabalho;
- e) que a greve configurou-se numa vitória para a classe. Vitória parcial no plano das reivindicações materiais e vitória significativa quando se visualiza a perspectiva num momento fundamental de união entre os trabalhadores transformando-os, pela primeira vez em sua história, em sujeitos coletivos responsáveis por seus próprios destinos e não mais sujeitos passivos da benevolência paternalista dos patrões;
- f) que a greve em si, não apresentou um momento virtualmente revolucionário, mas que propiciou condições para saltos qualitativos futuros no plano da consciência de classe operária, que

vão depender, como já ressaltamos, no engajamento numa prática coletiva sobretudo nos seus diferentes níveis de abrangência: fábrica, sindicato, movimentos sociais, partidos políticos, etc.

Com relação à consciência de classe também estabelecemos algumas proposições conclusivas:

- a) que utilizamos o conceito de consciência de classe menos no sentido de uma decorrência filosófica das possibilidades históricas atribuídas à classe operária e mais como base para a apreensão e transformação desse grupo operário em grupo mobilizado;
- b) que acreditamos que é tomando consciência de sua dominação que a classe operária pode assumir, de fato, a luta pela sua libertação, pela transformação de sua realidade;
- c) que a consciência de classe real dos operários têxteis é contraditória, mesclada tanto por elementos burgueses e/ou pequeno-burgueses como por elementos especificamente proletários;
- d) que a greve representou uma situação de crise e como tal desempenhou um papel importante, impulsionadora da "consciência possível do proletariado", já que consolidou e intensificou a consciência negadora do sistema;
- e) essa consciência negadora que é o máximo de consciência possível que os operários puderam

alcançar com a greve, representou uma quebra nos mecanismos pelos quais as classes dominantes mantinham a sua dominação ideológica e política sobre a classe operária;

Por fim, conclui-se que embora o operariado têxtil tenha demorado quase um século para conquistar sua maioria histórica, ele demonstra que há condições de adquirir a autonomia necessária à sua manifestação como força social, numa práxis transformadora de sua realidade de classe explorada e submissa.

APÊNDICES

APENDICE 01

QUESTIONÁRIO

1. Qual a cidade e o Estado que o Sr. nasceu?

2. Se nasceu em outra cidade, por que veio para Blumenau?

3. Qual sua idade?----- Estado Civil-----
Tem filhos?-----Quantos?-----
4. O Sr. estudou? Até que ano? Pretende ainda estudar?

5. Qual sua descendência?

6. Seus pais ja trabalharam na fábrica?

7. O Sr. já trabalhou na roça?

8. Ainda trabalha na roça nas horas livres?

9. Qual a empresa que o Sr. trabalha?

10. Há quanto tempo? ---- Qual o turno?-----
11. Já trabalhou em outras empresas?-----
Quais?-----

12. Por que o Sr. saiu de seu último emprego?

(continuação do apêndice 01)

13. Por quê o Sr. foi trabalhar nesta empresa? (a atual)

14. Qual o cargo que o Sr. exerce na empresa?

15. Já teve alguma promoção desde que começou a trabalhar nesta empresa? Quais?

16. Como o Sr. aprendeu a profissão que exerce na empresa?

17. O Sr. gosta de seu trabalho? Por quê?

18. O Sr. se sente realizado com o trabalho que faz? Por quê?

19. Qual seu salário?

20. O Sr. acha que seu salário é bom ou ruim? Por quê?

21. De um modo geral, o Sr. acha que sua empresa paga

() melhor que as outras empresas () igual às outras empresas

() pior que as outras empresas () não tem noção

22. Na sua opinião quais as principais vantagens e desvantagens que a sua empresa apresenta em relação às outras indústrias?

(continuação do apêndice 01)

23. O Sr. gostaria de mudar de profissão? Para qual?

24. O Sr. é sócio de algum sindicato? Qual?

25. O Sr. frequenta o sindicato, comparece às assembléias e reuniões?

26. Quais são as vantagens que o sindicato oferece aos trabalhadores?

27. Qual a vantagem que o Sr. considera mais importante destas que foram apresentadas?

28. O Sr. acha que os sindicatos estão cumprindo com suas funções? Por quê?

29. O Sr. acha importante ser filiado a algum sindicato? Por quê?

30. Já houve alguma greve em sua empresa? Quais e quando?

31. O Sr. lembra quais os motivos que levaram à greve?

32. Como é que os operários da sua empresa decidiram entrar em greve?

(continuação do apêndice 01)

33. O sr. acha que a greve ajuda ou prejudica os operários?

Por quê?

34. Depois da greve de 89 o sr. acha que a situação dos trabalhadores melhorou ou piorou?

35. Qual a situação que poderia motivar uma greve?

36. O que o sr. pensa sobre as greves?

37. O sr. sabe o que é luta de classes? Explique.

38. O sr. acha justo existirem pessoas muito ricas e outras muito pobres?

39. O que o sr. pensa sobre o socialismo e comunismo?

40. O sr. participa de ação de bairro ou da pastoral operária?

41. O sr. gosta de política?

(continuação do apêndice 01)

42. O sr. é filiado a algum partido político? Qual?

43. Mesmo não sendo filiado, tem algum partido que o sr. seja simpatizante? Qual?

44. O sr. acha que os políticos podem fazer alguma coisa para ajudar os trabalhadores? O quê?

45. O sr. lê jornal?-----Qual?-----

Qual a frequência?-----

46. O sr. assiste aos noticiários de televisão?-----

Qual o sr. prefere?-----

47. O sr. lê revistas-----Quais?-----

48. E livros?-----

49. O sr. vai ao cinema com frequência?-----

50. O sr. segue alguma religião?-----Qual?-----

51. O que o sr. faz em suas horas de folga?-----

52. O que representa para o sr. os dias de folga?-----

53. Nas férias o que o sr. faz?-----

54. O que o sr. pensa das férias?

55. O que o sr. acha da vida de operário?

56. O sr. gostaria que seus filhos fossem operários?

APÊNDICE 2

Tabelas referentes à pesquisa realizada com os trabalhadores têxteis que não constam no corpo do trabalho.

TABELA 1

IDADE	%
Até 20	8
20--25	20
25--30	40
30--35	12
35--40	10
40--45	10
45--50	--
mais de 50	--
TOTAL	100

TABELA 2

SEXO	%
Masculino	56
Feminino	44
TOTAL	100

TABELA 3

DESCENDÊNCIA	%
Alemã	36
Brasileira	24
Italiana	28
Polonesa	4
Portuguesa	4
Outras	4
TOTAL	100

TABELA 4

ESCOLARIDADE	%
Primário incompleto	4
Primário completo	16
Ginásio Incompleto	4
Ginásio completo	12
2º grau incompleto	24
2º grau completo	24
Superior incompleto	12
Superior completo	4
TOTAL	100

TABELA 5

ESTADO CIVIL	%
Casado	52
Solteiro	48
TOTAL	100

TABELA 6

Seus pais já trabalharam na fábrica?	%
Sin	48
Não	52
TOTAL	100

TABELA 7

Já trabalhou na roça?	%
Sin	40
Não	60
TOTAL	100

TABELA 8

Ainda trabalha na roça?	§§
Sim	--
Não	96
Às vezes	4
TOTAL	100

TABELA 9

Tempo de trabalho na empresa	§§
Menos de 1 ano	--
1 ano	--
2 anos	12
3 anos	4
4 anos	4
5 anos	12
6 anos	12
7 anos	12
8 anos	4
9 anos	8
10 anos	8
11 anos	4
12 anos	8
15-20 anos	4
20-30 anos	4
Não responderam	4
TOTAL	100

TABELA 10

Empresa em que trabalha	%
ARTEX	28
HERING	20
OMINO-HERING	12
TEKA	12
SUL FABRIL	4
MAFISA	4
CREHER	12
NÃO RESPONDERAM	8
TOTAL	100

TABELA 11

Já trabalhou em outra empresa?	%
Sim	24
Não	76
TOTAL	100

TABELA 12

Já teve alguma promoção na empresa?	%
Sim	36
Não	64
TOTAL	100

TABELA 13

Funções desempenhadas na empresa	%
Medidor	4
Limpador de ambiente para tecelão	4
Conferente de produção	4
Supervisão	4
Tecelão	12
Fiador	4
Faxineiro	4
Programador de produção	12
Cortadeira mecanizada	4
Costureira	4
Eletricista	8
Mecânico	8
Operadora de Máquina PLATTER	4
Auxiliar de linha	4
Digitadora	4
Auxiliar de escritório	8
Operador de sistema	4
Educador ambiental	4
TOTAL	100

TABELA 14

Como aprendeu a profissão?	%
Com os colegas	40
Senai	12
Setor de treinamento de pessoal	4
Na própria empresa	8
Iniciativa própria	20
Através de cursos	16
TOTAL	100

TABELA 15

Gosta de seu trabalho?	%
Sim	84
Não	4
Mais ou menos	12
TOTAL	100

TABELA 16

Se sente realizado com seu trabalho?	%
Sim	44
Não	36
Às vezes	12
Sem resposta	8
TOTAL	100

TABELA 17a

Gostaria de mudar de profissão?	%
Não	44
Sim	52
Não sabe	4
TOTAL	100

TABELA 17b

Para Qual?	%
Mecânico	2
Professor de Educação Física	4
Assistente Social	4
Fotógrafo e cinegrafista	4
Profissional liberal	4
Motorista de caminhão	4

Diretor da empresa	8
Auxiliar de escritório	4
Não definiram	4
Não mudariam de profissão	48
<hr/>	
TOTAL	100
<hr/>	

TABELA 18

Faixa Salarial	%
15.000,00 - 20.000,00	12
20.000,00 - 25.000,00	8
25.000,00 - 30.000,00	--
30.000,00 - 35.000,00	--
35.000,00 - 40.000,00	8
40.000,00 - 45.000,00	24
45.000,00 - 50.000,00	-
50.000,00 - 55.000,00	12
55.000,00 - 60.000,00	4
60.000,00 - 65.000,00	12
65.000,00 - 70.000,00	4
70.000,00 - 80.000,00	8
80.000,00 - 90.000,00	4
90.000,00 - 100.000,00	-
Mais de 100.000,00	-
Sem resposta	4
<hr/>	
TOTAL	100
<hr/>	

TABELA 19

Considera seu salário:	%
Bom	28
Ruim	60
Regular	4
Defasado	4

Não respondeu	4
TOTAL	100

TABELA 20

A sua empresa paga:	%
Melhor que as outras empresas	4
Pior que as outras empresas	20
Igual às outras empresas	40
Não tem noção	36
TOTAL	100

TABELA 21

Vantagens que a empresa apresenta: *	%
Cooperativa	36
Associação recreativa	8
Assistência médica e dentária	28
Mais liberdade	8
Auxílio-educação	12
Refeitório	16
Ônibus especial	8
Bom ambiente de trabalho	4
Nenhuma	20
Sem respostas	20

* O total inclui respostas múltiplas, daí a porcentagem ser maior que 100%.

TABELA 22

Desvantagens da empresa*	%
As mesmas que as outras empresas	16
Massificação	4
Indução política	4
Pouca segurança	4
Péssimos encarregados	8
Baixos salários	12
Não valorizam o trabalho	8
Política empresarial nazista	4
Sem resposta	56

* O total inclui respostas múltiplas, daí o total ser maior que 100%.

TABELA 23

É associado ao Sindicato da categoria?	%
Sim	88
Não	12
TOTAL	100

TABELA 24

Participa das reuniões e assembléias do sindicato?	%
Sim	68
Não	4
Às vezes	24
Raramente	4
TOTAL	100

TABELA 25

Vantagens que o sindicato oferece*	%
Assistência médica-odontológica e jurídica	92
Conscientização dos direitos dos trabalhadores	36
A luta por salários mais justos	20
Lutar por condições mais dignas de trabalho	4
Curso de formação sindical	12
Conscientização política	12

O total inclui respostas múltiplas, daí a porcentagem ser maior que 100%.

TABELA 26

Qual a vantagem mais importante?*	%
Assistência médica-odontológica e jurídica	28
Conscientização	28
A luta em favor dos operários	4
A luta por melhores salários	16
A luta pela conquista dos direitos	8
Formação sobre os direitos	16
Formação sindical	4
Todas	16

* O total inclui respostas múltiplas, daí a porcentagem ser maior que 100%.

TABELA 27

Os sindicatos estão cumprindo suas funções?	%
Sim	64
Não	4
Mais ou menos	8
Alguns sim, outros não	24

TOTAL

100

TABELA 28

Importância de ser filiado a um sindicato*	%
Para evitar maior exploração	8
Defesa dos trabalhadores e seus direitos	28
Esclarecimento de dúvidas e informações dos direitos	8
Sindicato torna os trabalhadores mais fortes	32
Outras	32
Sem resposta	4

*O total inclui respostas múltiplas, daí a porcentagem ser maior que 100%.

TABELA 29

Já houve alguma greve na sua empresa? Quando?	%
Sim - 1989	100
Não	-
TOTAL	100

TABELA 30

Motivos que levaram à greve*	%
Baixos salários, acúmulo de perdas salariais	96
Os planos econômicos do Governo	4
Sistema de rodízio	4
O apoio do sindicato	8
A exploração dos patrões	8
Outras	8

* O total inclui respostas múltiplas, daí a porcentagem ser maior que 100%.

TABELA 31

Como os operários decidiram entrar em greve?	%
Assembléia sindical	76
Decidido por conversas entre os operários na própria empresa	16
Outras respostas	8
TOTAL	100

TABELA 32

A greve ajuda ou prejudica o operário?	%
Ajuda	16
Prejudica	--
Depende de outros fatores como: consciência dos trabalhadores, união da classe operária, apoio do sindicato	84
TOTAL	100

TABELA 33

A greve de 1989 melhorou ou piorou a situação dos trabalhadores?	%
Melhorou	80
Piorou	8
Não mudou nada	8
Não tem idéia	4
TOTAL	100

TABELA 34

principais motivos que podem levar à uma greve.*	%
Salários	84
Crise econômica, Governo, Inflação	20
Exploração dos trabalhadores	8

Condições de trabalho	12
Outras	8

O total inclui respostas múltiplas, daí a porcentagem ser maior que 100%.

TABELA 35

Opinião sobre a greve	5
Melhor arma dos operários contra os patrões	36
Uma forma de luta	58
Devem ser feitas com reservas	8
Manifestação contra o baixo salário	8
Não deveriam existir	8
Outras respostas	16

O total inclui respostas múltiplas, daí a porcentagem ser maior que 100%.

TABELA 36

Significado de luta de classes	5
É a classe trabalhadora lutando pelos seus direitos e a classe patronal pelos deles	16
União da classe trabalhadora em busca de seus direitos	28
Confronto entre capital e trabalho	8
Não sabe	20
Não respondeu	28
TOTAL	100

TABELA 37

Acha justo existirem pessoas muito ricas e outras muito pobres?	%
Sim	4
Não	84
Não respondeu	12
TOTAL	100

TABELA 38

Qual a opinião sobre o socialismo ou o comunismo?	%
Não tem conhecimento	28
Não resolve nada	8
Uma sociedade mais justa	12
Conhece pouco	40
Não responderam	12
TOTAL	100

TABELA 39

Participa de associação de bairro ou pastoral operária?	%
Sim	16
Não	84
TOTAL	100

TABELA 40

Gosta de política	%
Sim	44
Não	48
Um pouco	8
TOTAL	100

TABELA 41

É filiado a algum partido? Qual?	%
Não	88
Sim (PT)	8
Sim (PC do B)	4
TOTAL	100

TABELA 42

É simpatizante de algum partido político? Qual?	%
Não	40
Sim (PT)	36
Sim (PSDB)	16
Sim (PDT)	4
Sim (PC do B)	4
TOTAL	100

TABELA 43

Os políticos podem fazer alguma coisa para ajudar os trabalhadores?	%
Sim	84
Não	16
TOTAL	100

TABELA 44

Leitura de livros, jornais e revistas	%
Lêem freqüentemente	52
Lêem raramente	24
Não lêem	24
TOTAL	100

TABELA 45

Frequenta o cinema?	%
Não	60
Sim	16
Às vezes	24
TOTAL	100

TABELA 46

Qual a religião?	%
Católica	80
Evangélica	12
Não tem	8
TOTAL	100

TABELA 47

O que faz nas horas de folga?	%
Trabalhos em casa	20
Descanso	28
Dedicação ao lazer	32
Estudos	16
Outras	4
TOTAL	100

TABELA 48

O que faz nas férias?*	%
Descansa 0	56
Passeios	44
Estudos	8
Trabalha para ganhar mais	8
Viagens	48

O total inclui múltiplas respostas, daí a porcentagem ser maior que 100%

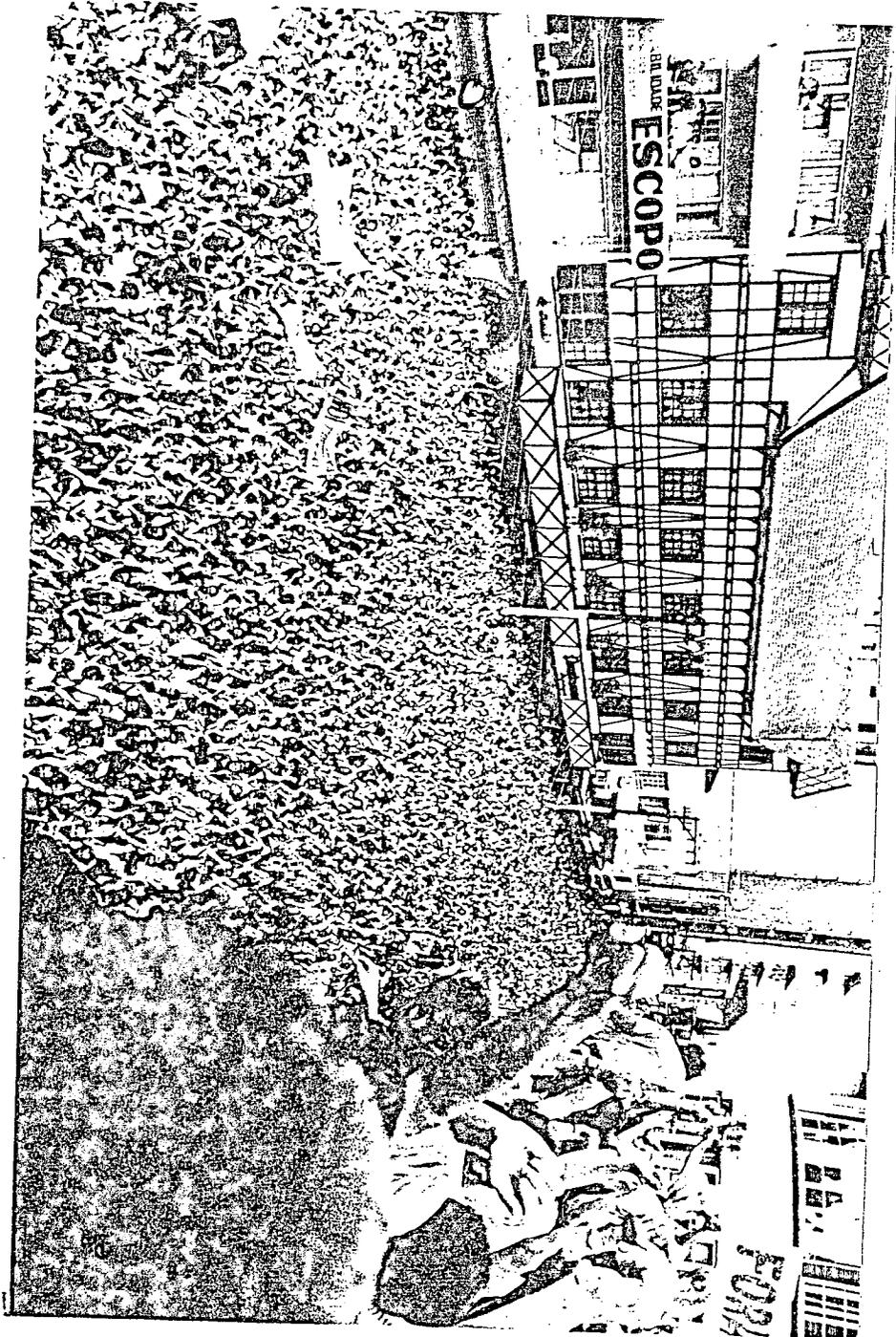
TABELA 49

O que acha da vida de operário?	%
Uma vida com muitos obstáculos, sofrimentos, ilusões, decepções e muito trabalho	32
Difícil	36
Horrível	16
Boa	8
Outras	8

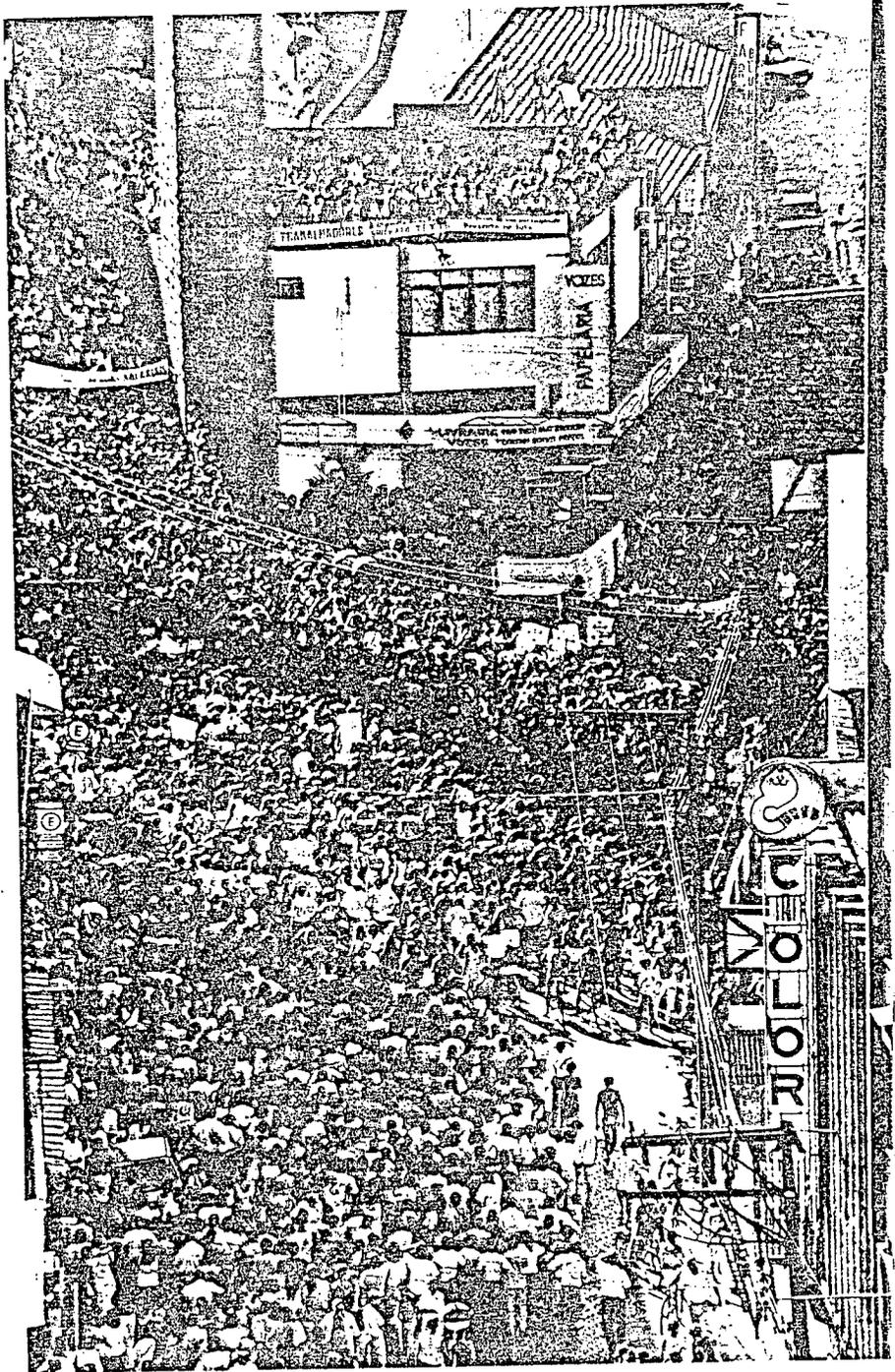
TABELA 50

Gostaria que seus filhos fossem operários?	%
Não	80
Sim	..
Talvez	12
Não sei	8
TOTAL	100

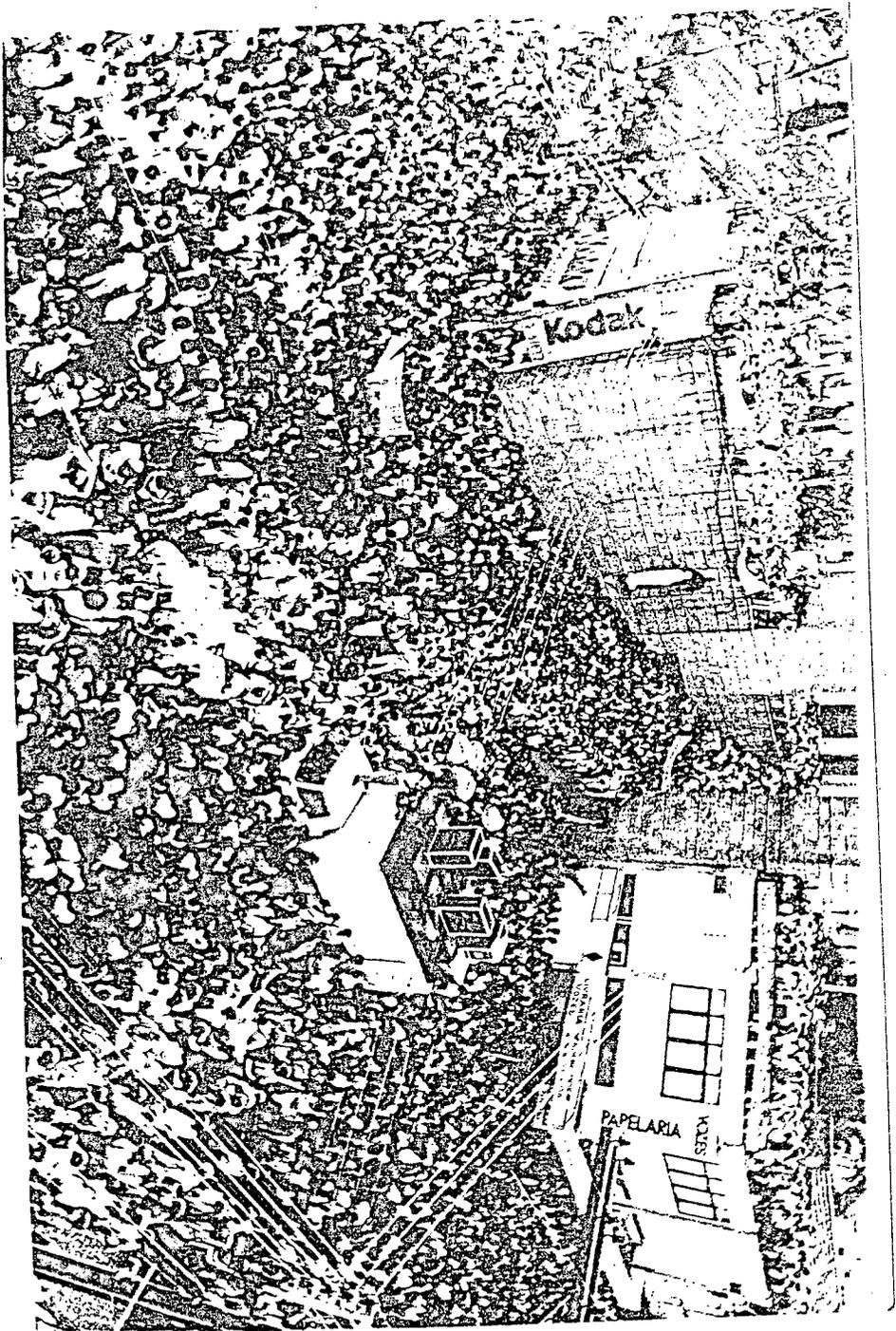
AI:EXOS



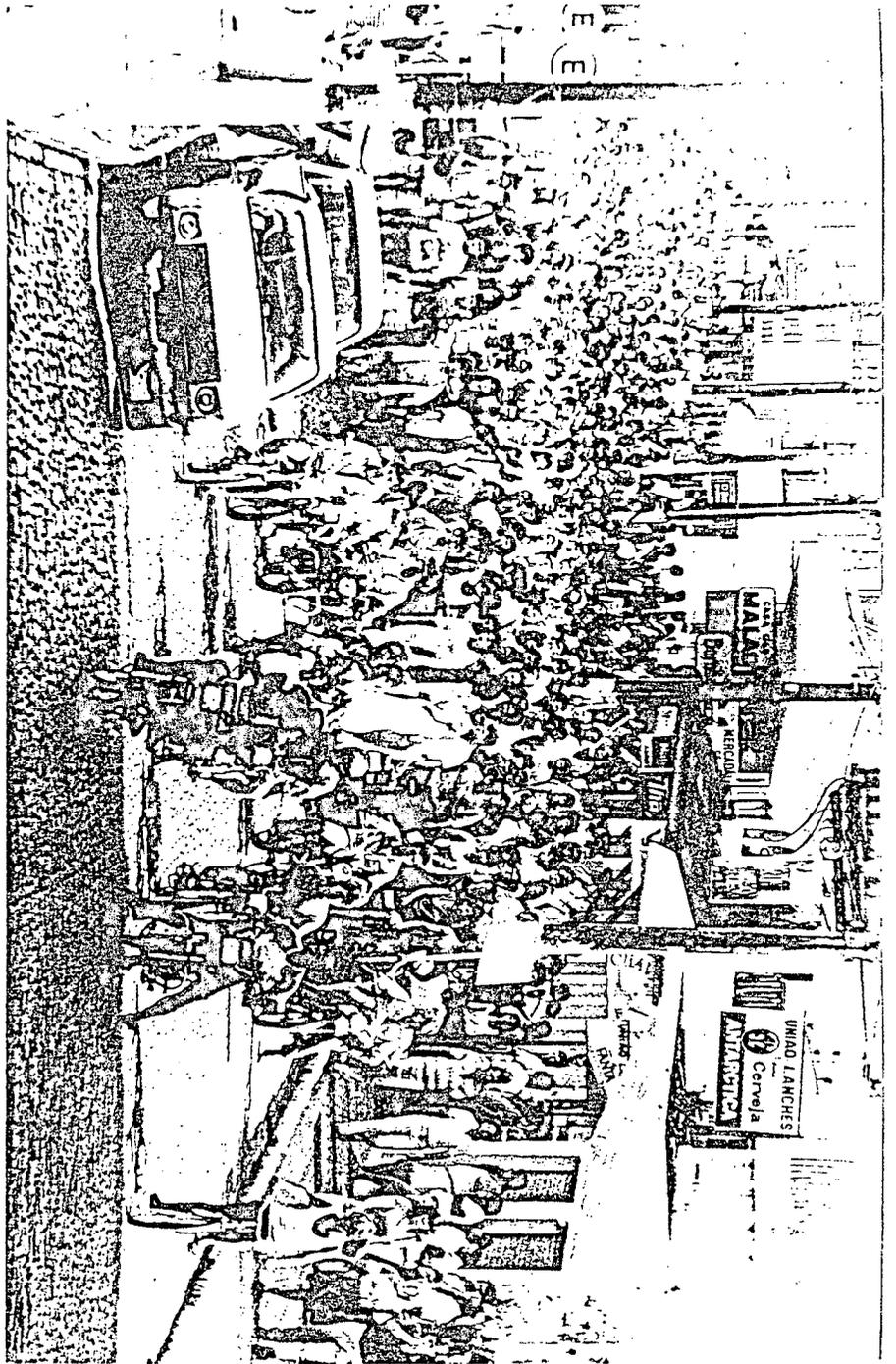
Operários reunidos em assembleia decidem pela greve geral.



Operários têxteis em assembleia reunidos nas escadarias da Igreja Matriz.



Cenas da assembleia operária.



Passeata realizada pelos grevistas no centro da cidade.



Grevistas presos e espancados pela polícia.



Repúdio ao Plano Verão em uma das assembleias.

Operários da Teka param por reajuste

Blumensu - A Teka (Tecelagens Kuenrich), uma das maiores fábricas de artigos de cama, mesa e banho do país, enfrentou ontem uma greve na matriz da empresa, no bairro Itoupava Norte, e também na filial instalada no município de Indaial. Na matriz, que emprega 3 mil funcionários, houve a adesão de mais de 60% do pessoal, conforme informação do Sindicato dos Têxteis. Já na filial de Indaial, nenhuma informação foi obtida. No final da tarde, após duas horas de negociações, os funcionários decidiram voltar ao trabalho.

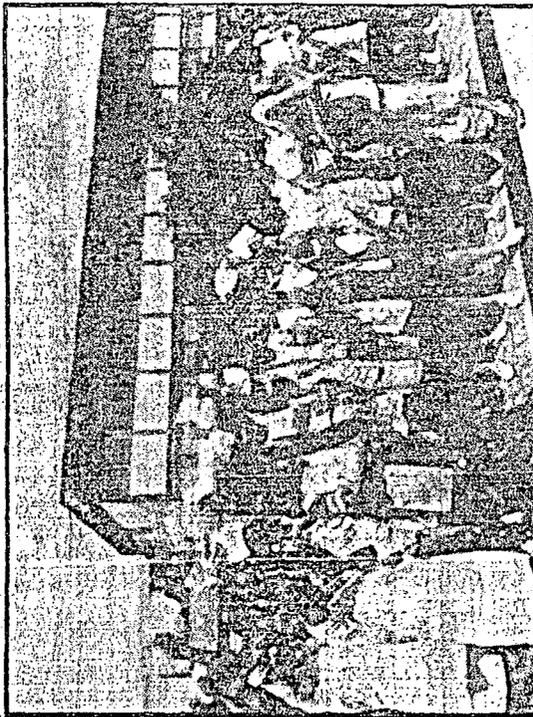
Segundo o presidente do Sindicato dos Têxteis, Osmar Zimmermann, em princípio, a direção da empresa aceitou conceder o reajuste, no entanto o índice está sendo mantido em sigilo, pois ainda está havendo entendimentos entre a empresa e o sindicato patronal. A

possibilidade de uma nova paralisação, com a adesão de outras fábricas não está atada", garantiu.

O movimento foi iniciado com a paralisação do setor de confecções de artefatos têxteis e roupas do primeiro turno, onde trabalham aproximadamente 800 confeccionistas, sendo a grande maioria mulheres. Ao receberem o contracheque elas decidiram parar e, à tarde, a greve foi seguida por outros setores da produção.

Conforme Zimmermann, o salário médio dos funcionários da Teka, varia de NCz\$ 120,00 a NCz\$ 150,00. Neste mês de fevereiro, muitos trabalhadores receberam o contra-cheque zero, pois gastaram seus vencimentos na Cooperativa de Consumo da empresa, o que acabou motivando a greve. "Essas pessoas têm contas de luz, água,

Telefoto Rogério Pires/Blumensau/DC



As operárias têxteis da Teka protestam na porta da fábrica

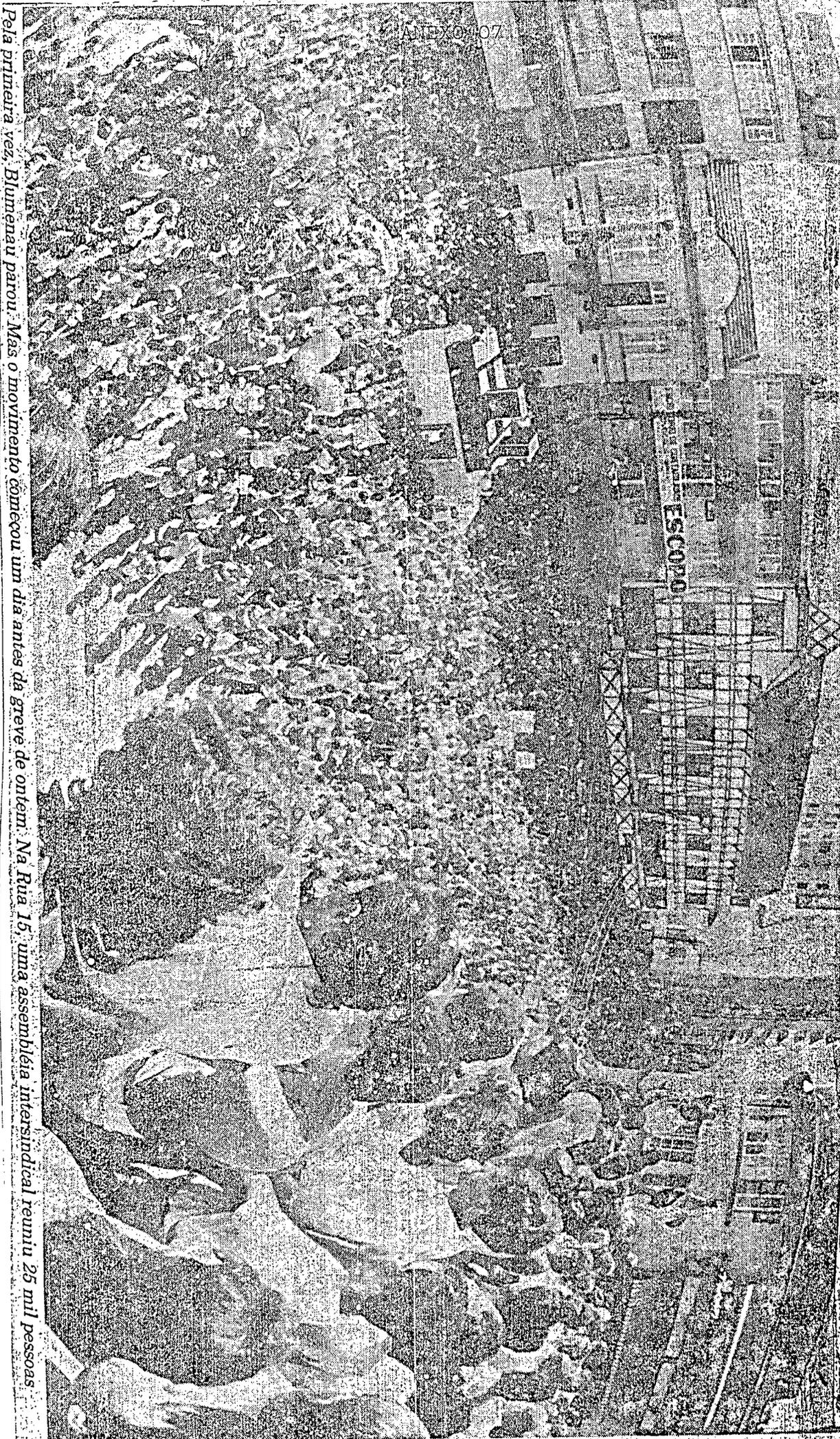
situação. Até as 14 horas, a direção do sindicato ficou em frente aos portões da fábrica distribuindo panfletos convocando para a assembleia Inter-sindical que se realiza amanhã e ao mesmo tempo procurando se manter informado sobre a paralisação.

Égás para pagar, e como vão fazer?" questionou o presidente.

Na negociação que manteve com o vice-presidente da Teka, Frederico Kuenrich, Zimmermann recebeu a garantia do pagamento de um vale para resolver momentaneamente a

Blumenau anuncia vitória da greve

ANEXO 07



Pela primeira vez, Blumenau parou. Mas o movimento começou um dia antes da greve de ontem. Na Rua 15, uma assembleia interindustrial reuniu 25 mil pessoas.

Texteis entram pela primeira vez em greve

Eles reivindicam uma reposição de 87,6%. Desde sexta-feira estão deixando de trabalhar

Blumenau. Os trabalhadores têxteis de Blumenau quebraram nos últimos dias a tradição de nunca terem participado de um movimento grevista. Na última sexta-feira e também no sábado, funcionários de vários setores das empresas SulFábril, Cremer, Myju, Hering e Teka paralisaram suas atividades reivindicando reposição das perdas salariais acumuladas

desde a data base, em setembro de 88, que totalizam 87,6%.

Depois da assembleia realizada ontem de manhã, a qual participaram cerca de 8 mil operários têxteis, os funcionários do segundo turno da Artex não trabalharão. As 20 horas foi realizada outra reunião mas escadarias da Igreja Matriz, no centro da cidade, onde foram organizadas comissões de mobilização que foram para as portas de todas as fábricas do setor para conscientizar e impedir a entrada dos funcionários do terceiro turno, que iniciam às 22 horas.

Segundo avaliação do sindicato dos trabalhadores, a

adesão na greve da categoria deve ser de 100%, mas os números reais serão divulgados somente hoje. A volta ao trabalho vai depender de uma nova proposta dos empresários, quando então será convocada assembleia.

A proposta máxima do Sindicato Patronal das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau foi de 33,1% a serem pagos já a partir de 1º de março. Entretanto, a oferta não foi aceita pela assembleia.

Conforme o presidente do sindicato dos empregados, Osmar Zimmermann, os empresários tentaram desestabilizar o sindicato e desmobilizar a categoria fazendo

propostas isoladas para esvaziar a assembleia. Ele cita o exemplo da Teka, onde houve uma paralisação na sexta-feira, com adesão de aproximadamente mil funcionários. "Eles ofereceram um abono de R\$ 40,00 que seria pago aos trabalhadores nesta terça-feira e mais 40% de reajuste a partir de março".

O índice foi aceito pelos trabalhadores da Teka e eles voltaram a trabalhar na sexta-feira, mas como o sindicato patronal não alcançou a proposta dessa empresa, estes tendem a não voltar a trabalhar em separado.

Conforme o presidente do sindicato dos empregados, Osmar Zimmermann, os empresários tentaram desestabilizar o sindicato e desmobilizar a categoria fazendo

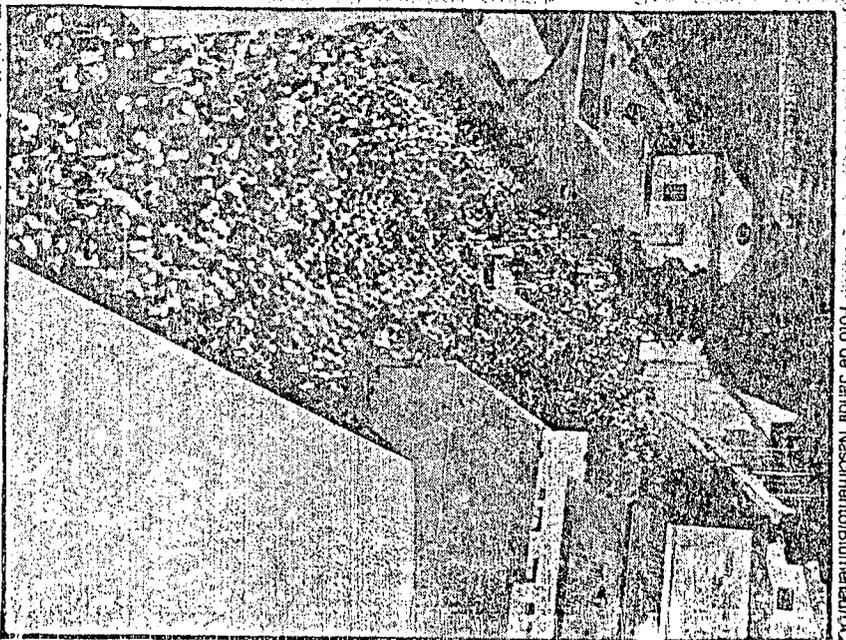
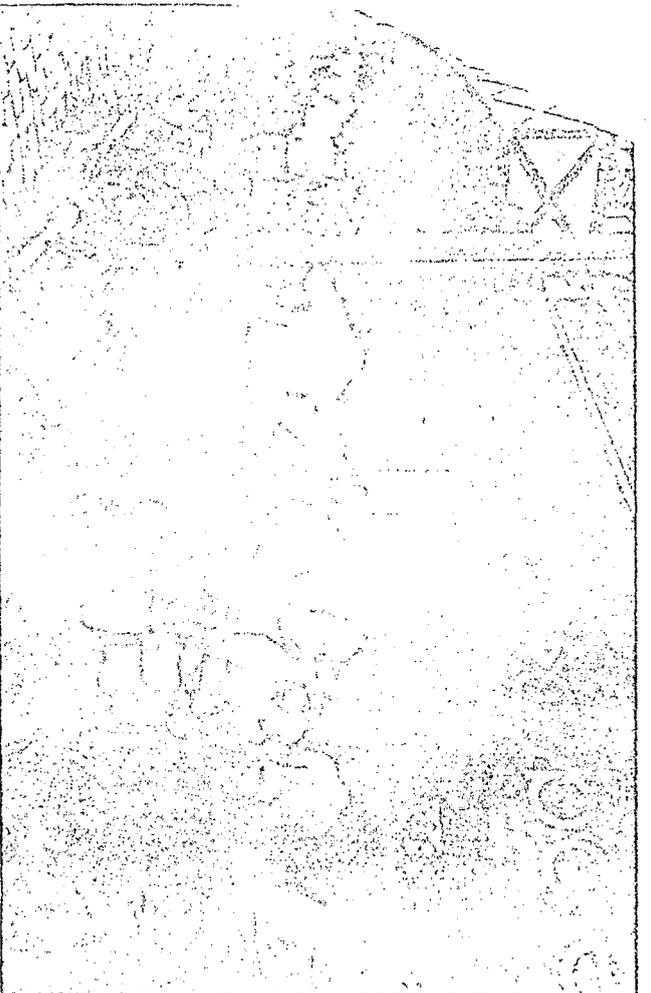


Foto de Jandir Nascimento/Blumenau/DC

Trabalhadores de Blumenau votam pela greve geral



Lojas mantêm portas fechadas por temerem piquetes dos grevistas e depredações



Polícia Militar é acionada para garantir a entrada de funcionários e evitar tumultos

Mobilização foi uma surpresa

Blumenau - O município de Blumenau, um dos pontos turísticos mais concorridos da região do Vale do Itajaí e conhecido como pacato em todos aspectos, está vivendo um momento surpreendente em sua história sindical. A categoria dos têxteis, que representa 40% da população economicamente ativa, sempre teve a tradição de resolver os problemas e reivindicações, sem alardes, com a classe patronal. O que ocorria até então eram raras paralisações isoladas sem maior expressão.

Fundada em 1850, Blumenau enfrentou suas primeiras greves em 1807, com os trabalhadores da Companhia Fluvial e da Estrada de Ferro Santa Catarina, responsáveis pelo transporte na época. Os têxteis só fizeram uma paralisação, vitoriosa, em 1919. Neste ano, 200 funcionários da Empresa Industrial Garcia, mais tarde encampada pela Artex, resolveram pela greve para obter melhores salários. A reivindicação não foi atendida de imediato. Conforme documentos e jornais da época, ela foi "negada solenemente" pelo então gerente da Garcia, Ernesto Mendel.

Na ocasião os operários da empresa tinham uma carga horária de 14 horas média, e recebiam em mensais. A volta ao trabalho só ocorreu sete dias mais tarde, depois da implantação de uma nova tabela salarial, com reajuste de 30 a 50%. Depois disso, só em 1945 os têxteis entraram em greve novamente.

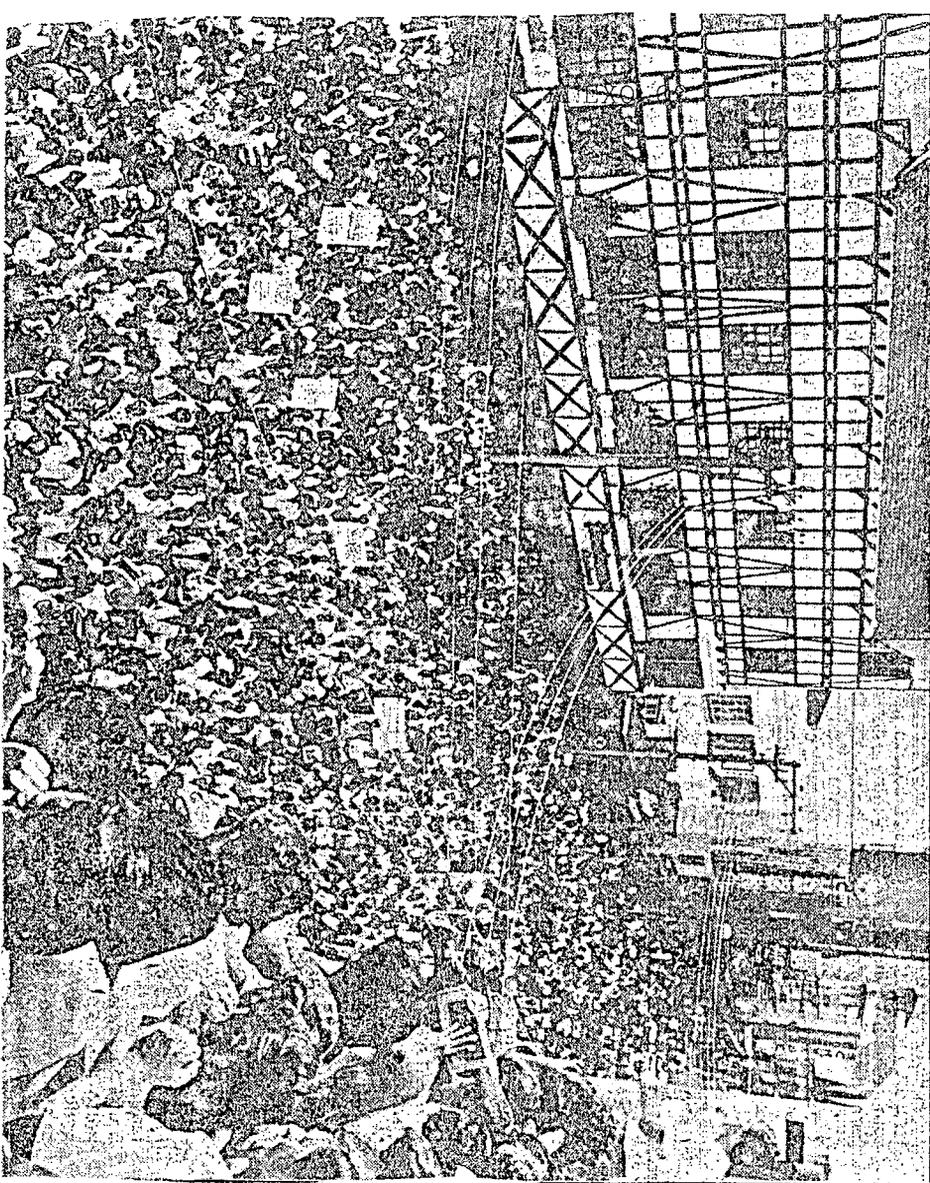
História de poucas paralisações

Blumenau enfrentou as seguintes greves desde sua fundação:

- 1907 - Estivadores da Cia. Fluvial e funcionários da E.F.S.C.
- 1912 - Motoristas de carros de mola, que se negavam a pagar a licença policial para transitar
- 1919 - Operários da Empresa Industrial Garcia
- 1921 - Motoristas de carros de mola, contra a exigência da carteira de habilitação
- 1945 - Funcionários da E.F.S.C. Operários da Empresa Industrial Garcia
- 1946 - Bancário
- 1950 - Operários das fábricas Cremer, Chapéus Neisler, Algolox e Gráfica Catarinense
- 1952 - Árbitros da Liga Blumenauense de Futebol
- 1959 - Lavradores de mandioca da Cia Lorenz
- 1961 - Motoristas do transporte de madeira
- 1963 - Motoristas de ônibus e cobreadores
- 1970 - Bancários
- 1972 - Bancários
- 1975 - Professores municipais e estaduais
- 1978 - Bancários
- 1980 - Professores municipais e estaduais
- 1981/83/84/85/88 - Bancários
- 1981/83/86/87/88 - Professores municipais, estaduais e particulares

Milhares invadem as ruas

Paralisação completa de Blumenau surpreende até mesmo as lideranças sindicais



A greve geral convocada pelas centrais sindicais contra o Plano Verão levou milhares de trabalhadores às ruas de Blumenau, num grau de adesão que surpreendeu até mesmo as lideranças do movimento. "Blumenau nunca viu nada igual", todos concordam. A concentração no centro e as passadas arrastaram uma multidão já

mais mobilizada em outros protestos. As escolas e os bancos permaneceram fechados e os hospitais atenderam só casos de emergência. Algumas lojas abriram parcialmente. Segundo balanço da CUT, mais de 350 mil pessoas paralisaram em todo o Estado. A expectativa para hoje é de que este número chegue a 500 mil. Na

avaliação do governo, do lado, o movimento grevista foi pacífico e ordeiro até ontem, como haviam assegurado os organizadores da greve. Com exceção de Florianópolis, em nenhum município se registraram incidentes de confronto, entre grevistas e forças de segurança, apesar da atuação de piquetes.

BLUMENAU A PRIMEIRA CIDADE A ADERIR AO MOVIMENTO GREVISTA

Blumenau destacou-se no cenário nacional durante a greve geral deflagrada pela CUT, por ter sido a primeira cidade a aderir ao movimento, insistindo com a paralisação mesmo diante das pressões feitas pelo Sindicato Patronal. A nível nacional, a greve ficou muito aquém do esperado pela Central Única dos Trabalhadores. Já em Blumenau, os empregados das empresas têxteis começaram o movimento dois dias antes do anunciado pelos sindicatos. Aos poucos também foram aderindo outras categorias, não demorando muito para que a cidade praticamente parasse.

Apesar dos comentários de que a greve tinha a única intenção de fortalecer a candidatura de Luiz Inácio de Silva, o Lula, para a presidência da República, a verdade é que muitos empregados das indústrias de fiação e tecelagem da região de Blumenau, receberam suas folhas de pagamento de fevereiro com valores líquidos muito abaixo do salário mínimo. Descontando as despesas com alimentação, feitas nas próprias cooperativas das empresas, o saldo do pagamento ficou negativo, tendo a maioria que



Em certos momentos a greve teve violência.

apelar para adiantamentos do salário de março. Revoltados com a perda substancial de seus vencimentos, os trabalhadores, na medida em que terminava o expediente, deixava a empresa para não mais retornar. Bastaram 24 horas para que os três turnos das principais indústrias parassem completamente. Estava deflagrada a greve.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem, Osmar Zimmermann, tentava convencer os grevistas reunidos em assembleia a não aceitarem as propostas dos patrões para que

voltassem ao trabalho, "pois garantia em receber os salários parados e a não demissão. O líder da greve é apenas um argumento falso para voltar ao trabalho", dizia. Diante deste quadro, a decisão unânime era persistir com o movimento até suas reivindicações serem aceitas, com reposição salarial, garantia do emprego e pagamento das horas paradas sem esperanças de um acordo amigável. Os representantes do Sindicato Patronal endureceram as negociações e afirmaram em público que aguardariam para ver qual a classe mais forte para suportar a greve, a dos patrões ou empregados.

A história modificada

Ja na segunda-feira, pela manhã, Blumenau estava parada. Os piquetes nas portas das empresas têxteis, fizeram com que os empresários do transporte coletivo retrassem os ônibus de circulação, tornando depreciações. Os empregados do transporte, por sua vez, decidiram entrar em greve. Com isso, entraram em greve.

Fotos de: Artur Moser, José Werner, Junior Baion, Carlos Silva

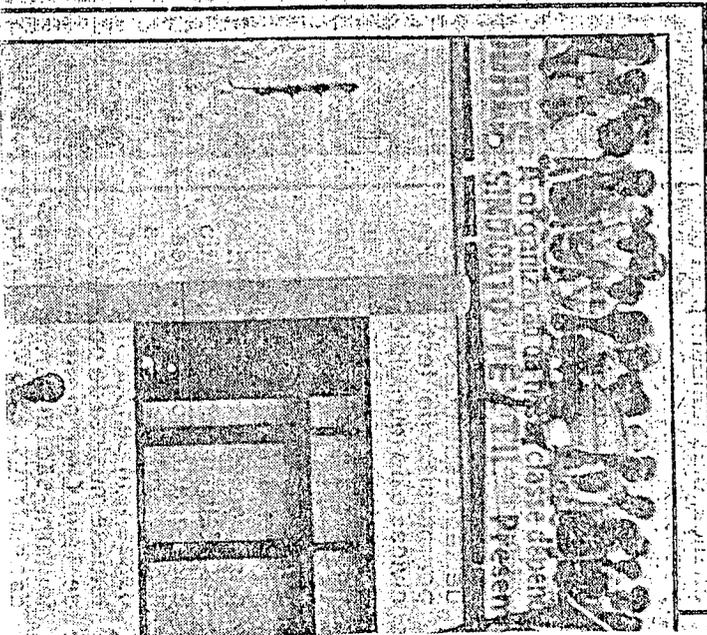
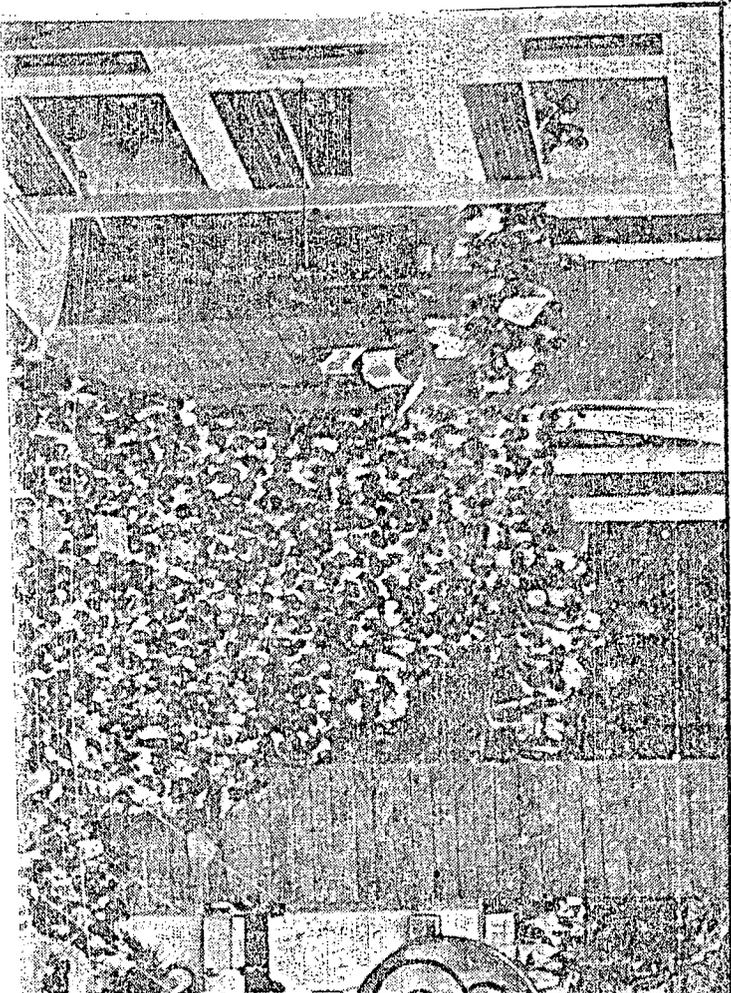
ve também os enfermeiros, comerciantes, metalúrgicos, e trabalhadores nas empresas de cristais e porcelanas. Dessa forma, Blumenau começava a greve geral já na segunda-feira, dia 13.

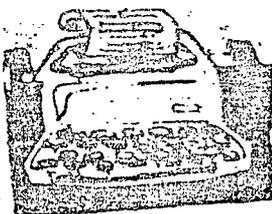
algumas lojas do comércio voltaram ao trabalho. O movimento dos bancários não teve força suficiente e quarta-feira o funcionamento era normal, o mesmo acontecendo com o comércio. Já os professores estaduais e municipais fizeram suas assembleias no final da tarde e quinta, pela manhã, as aulas só não foram normais pela

falta do transporte coletivo. Apesar da volta dos motoristas ao trabalho ainda na terça-feira, os piquetes das empresas têxteis não permitiam que nenhum ônibus se aproximasse das fábricas.

Sexta-feira o transporte coletivo começou a se normalizar, deixando de ter apenas a violência dos piquetes na Arter. Ontem pela manhã, permaneciam em greve apenas os têxteis e metalúrgicos, uma vez que os enfermeiros decidiram, no início da tarde de sexta, suspender seu movimento. Ainda na sexta-feira, os empresários têxteis fizeram um cadastramento, de desempregados, para preencher as vagas dos grevistas demitidos.

Textos de: Marcos Nascimento, André Góvêa, Clóvis Reis





EDITORIAL

Nicolau
dos Santos

Greve em Blumenau - Um horror

Será preciso e necessário que o tempo — ainda que o período seja breve — faça seu trabalho para que se tenha exata idéia de como foi o desenrolar dessa GREVE dos operários do Ramo-Textil de Blumenau. Por ora, limitemo-nos a analisar aquilo que sem dúvida passou a ser conhecido na crônica política de Blumenau, se não do Brasil, que realmente paralisou quase a totalidade das nossas indústrias e do comércio, sendo uma manifestação pacífica, dentro do espírito e princípios de nossa constituição.

A luta por melhores salários é na verdade uma reivindicação que sempre teve e houve o acordo de ambas as partes, de empregadores e empregados de Blumenau. A greve parcialmente teve sucesso, pois a paralisação dos meios de transportes, no setor de Ônibus Urbanos, foi uma das parcelas decisivas para que o movimento tivesse seu êxito quase total. A greve é dirigida contra o Plano Verão, que completou dois meses e através dessas manifestações, tudo dentro da ordem e o povo além de trabalhador e ordeiro, é consciente de seus deveres para com a nossa comunidade.

Todos nós, queremos para o povo, uma qualidade de vida dentro dos padrões reais, que uma família possa educar seus filhos bem e só assim teremos sempre uma raça forte e pujante.

Vamos governo e povo, superar isto que está aí. Há quem julgue que seremos, fatalmente engolidos. Que escolheremos o pior ou iremos para um golpe. Por que não confiar um pouco mais no critério do eleitor em novembro próximo, desde que lhes sejam oferecidas boas opções? Se o Plano Verão der resultados razoáveis, o problema político mudará de figura. Por que não fazer tudo, rigorosamente tudo, com paciência, sacrifícios, flexibilidade e perseverância, para que isso aconteça?

Vamos votar bem e colocar gente "Honestas".

Abaixo os funestos e os corruptos.

Blumenau acordou com outra cara

A greve dos têxteis sacudiu a população, mostrando a outra face de um município até então considerado um modelo no País

Via Weiss

Blumenau

dos de esquerda e facções da CUT, e encerrou em definitivo toda e qualquer negociação enquanto a paralisação persistisse.

Blumenau, considerado um município modelo em todos aspectos, entra nessa nova semana com seu perfil modificado e passa a partilhar de alguns problemas nacionais com a greve dos trabalhadores têxteis, que sacudiu a população e estremeceu as relações, até então aparentemente amistosas, entre os empresários e sindicatos operários.

Já as lideranças sindicais adotaram o papel que lhes cabe, defendendo o movimento que garantidamente "nasceu espontaneamente" nas fábricas. Dentro de sua filosofia e cumprindo estratégias que não cabe julgar no momento, a greve mantida por mais de sete dias evitou os acordos isolados.

As conseqüências reais desse confronto, que já custou NÇ\$ 2 milhões aos empresários, que deixaram de processar mais de 200 toneladas de algodão e certamente resultará em demissões nas fábricas, só poderão ser avaliadas com o tempo. Mas fica a certeza que Blumenau passa a ser um município tão frágil como qualquer outro dentro do contexto brasileiro, que vive momentos de angústia e incertezas.

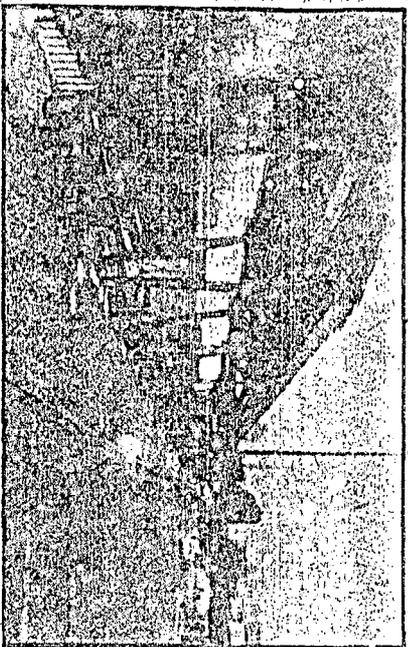


Foto de Rogério Prestes/Blumenau/DC

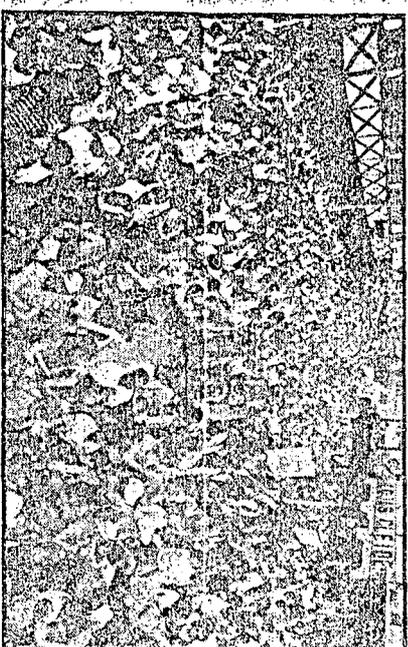


Foto de Jandyr Nascimento/Blumenau/DC

Para sociólogo, foi um ato espontâneo

Diá de trabalho e o centro da cidade vazio
Lordes Muriz Peretta
Blumenau

A surpreendente mobilização e desfilagem da greve dos trabalhadores têxteis em Blumenau, segundo análise do sociólogo e professor da FURB (Fundação Universidade da Região de Blumenau), Sálvio Alexandre Müller, está intrinsecamente ligada ao arrocho salarial que a categoria sofreu com o Plano Verão. Ele ressaltou que o trabalhador blumenauense estava acostumado a um nível de vida muito melhor se comparado a outras partes do País, e de repente sentiu a perda deste padrão. "A principal lição que se tira desta greve é que não se mexe nos salários de pessoas razoavelmente estabelecidas. Pode-se mexer nos ganhos de quem está acobimado a perder sempre, mas onde exista uma classe operária que ganha razoavelmente bem, não se pode interferir impunemente nos seus salários".

A avaliação do sociólogo derruba por terra a acusação que o empresário blumenauense fez velicular nos meios de comunicação, afirmando que a greve do setor foi estrategicamente preparada e manipulada por grupos extremistas e facções da CUT (Central Única dos Trabalhadores). No entender de Sálvio Müller, "a intervenção apripante que o movimento apresenta se deve a sua espontaneidade". Para ele, o

As assembleias reúnem mais de 20 mil empregados

movimento surgiu de suas bases, não de uma organização prévia de lideranças sindicais. "Ora, isso dá muito mais legitimidade ao movimento reivindicatório, porque trata-se, efetivamente, não de uma greve política, mas por motivos estritamente econômicos".

O professor derruba a afirmação de que a população trabalhadora é considerada submissa e dócil, acrescentando que isso é preconceito. "Não sei até que ponto o blumenauense é dócil como as pessoas gostariam que ele fosse. Além disso, a população não é a mesma de hoje". Sálvio argumenta que esse estereótipo está ligado à história da colonização da cidade, pois os imigrantes alemães vieram imbuídos de um sentimento de busca de oportunidades, com uma mentalidade de fora.

Ele explica que com as derrotas da Alemanha nas duas guerras, esse espírito de herança cultural foi abalado, pois ser alemão passou a ser um problema para os imigrantes, que acabaram por se fugiar-se ainda mais na sua capacidade produtiva, e daí vem a fama de que o blumenauense é um trabalhador submisso. O perfil de Blumenau começa a mudar na década de 60, porque a cidade se expande e atrai mão-de-obra de fora.

de que o sociólogo chama de "nacionalismo romântico". "Era o ideal de construir a nova pátria a partir do seu esforço, da sua capacidade de produção e antes de tudo, sua capacidade cultural trazida da Alemanha", diz.

Termina greve dos tecelões

BLUMENAU — Os trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau votaram ontem pelo fim da greve, deflagrada há 11 dias. A decisão foi tomada durante assembleia geral com participação de cerca de 15 mil pessoas, realizada no Galeão, quando a diretoria do sindicato dos trabalhadores anunciou a contra-proposta patronal, costurada pelas lideranças das duas entidades, no Teatro Carlos Gomes, pouco antes de ter início a assembleia dos têxteis às 17 horas. Pela proposta, a categoria receberá 1,84% em março, a título de reposição (índice autorizado pelo governo federal), mais 33,1% em maio, referente à antecipação e com base de cálculo sobre o salário do mês de abril, além dos 5,18%, que deverão ser pagos em junho e calculados sobre o salário de maio. Além destas conquistas, os trabalhadores ainda garantiram outras vantagens, como o parcelamento dos débitos junto às cooperativas. Os dias parados serão compensados até setembro, ficando a critério de cada empresa.

Através de um verdadeiro acordo de cavalheiros, trabalhadores e empresários comprometeram-se a sentar à mesa, no mês de maio, para discutir os resíduos da defasagem salarial, informou o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, Irineu dos Santos Bernz. Durante os 11 dias de paralisação, a adesão da categoria — formada por cerca de 40 mil trabalhadores, entre Blumenau, Gaspar e Indaial — foi de 90%, conforme número do sindicato dos têxteis. Para o presidente do sindicato patronal, Ulrich Kuhn, "a grande lição tirada deste processo é que devemos levar o diálogo ao limite máximo". O empresário, também diretor de comércio exterior da Hering, reconheceu que os índices causados

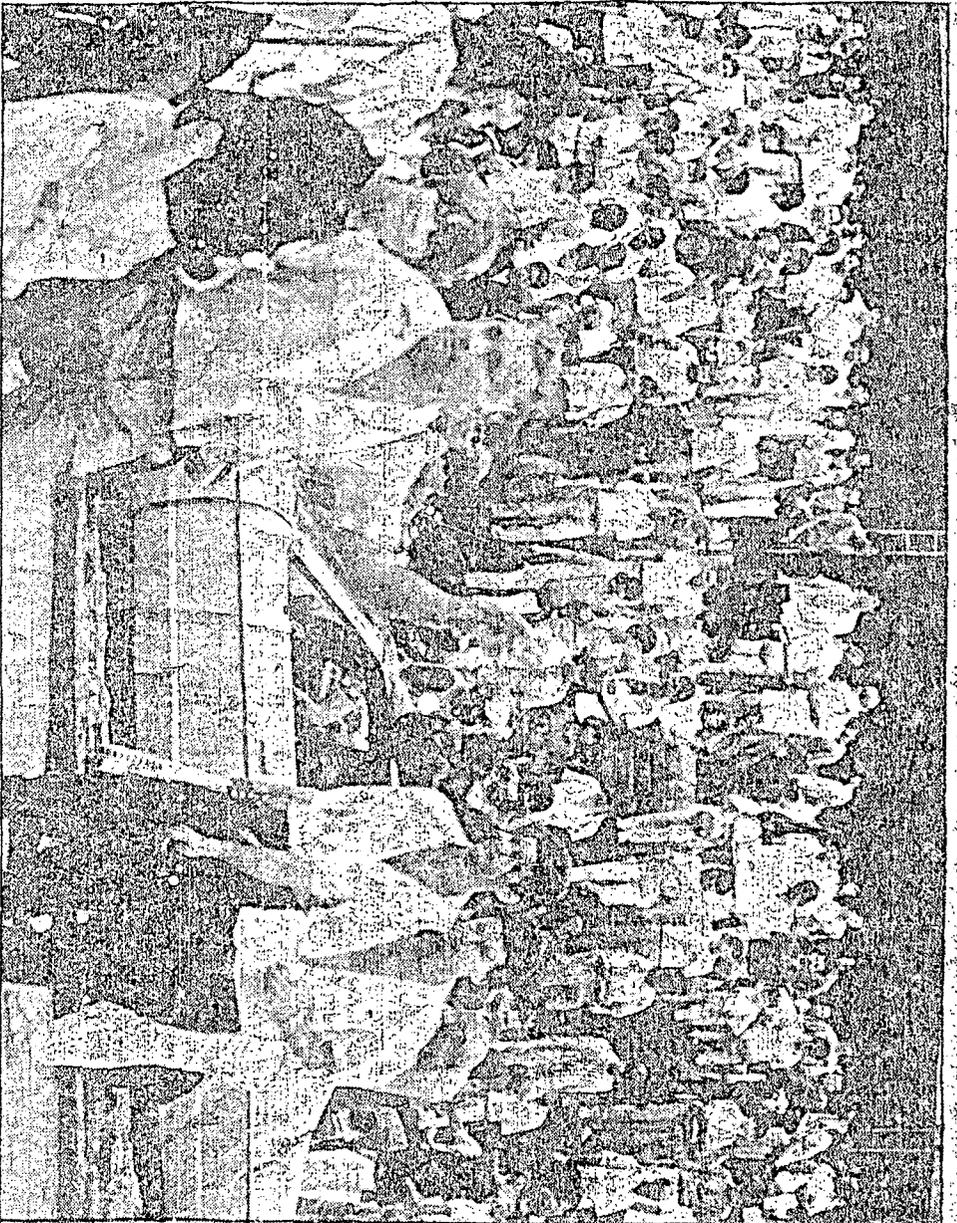


Foto de Carlos Silva

Os trabalhadores deixam o "Galeão" prontos para voltar ao trabalho, após uma greve de 11 dias

"um impacto altamente penoso para as empresas, mas tendo que ser absorvidos". Kuhn avaliou que "isso tudo reflete bem a firmeza da macro-economia brasileira".

Para os empregados, sócios ou

não das cooperativas, que retornaram ao trabalho será concedido um vale de NC2\$ 40,00, a ser descontado no 13º salário. Ainda está previsto o parcelamento dos débitos contratuais junto às cooperativas. Com isso, os débitos referentes ao mês de fevereiro

irão ser descontados em duas vezes, no dia 10 de maio e 10 de junho. Na avaliação do sindicato dos trabalhadores, "a categoria foi a grande vencedora", como festejou Bernz, ontem, ao encerrar a assembleia que deu origem à volta ao trabalho.

Trabalhador vibra com vitória do movimento

Blumenau - "Este foi o início do despertar da consciência de classe no trabalhador de Blumenau". Desta forma, a secretária do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Iracema Gayo, definiu a greve da categoria, encerrada ontem. Para ela, o movimento, além de resultar numa grande vitória - do ponto de vista das negociações -, fez com que os têxteis se unissem de uma forma inédita no município: "Nunca se viu uma mobilização tão grande. A tendência, agora, é que os trabalhadores se organizem cada vez mais", garante.

Sobre a possibilidade de haver demissões em decorrência da greve, Iracema salienta que "antes da paralisação, as empresas já haviam anunciado demissões". E cita um exemplo: "Em setembro último, a Circolo demitiu 320 trabalhadores e não havia greve". Sobre quem seriam os futuros demitidos, a sindicalista garante que haverá dificuldades no critério de escolha por parte dos empresários, pois

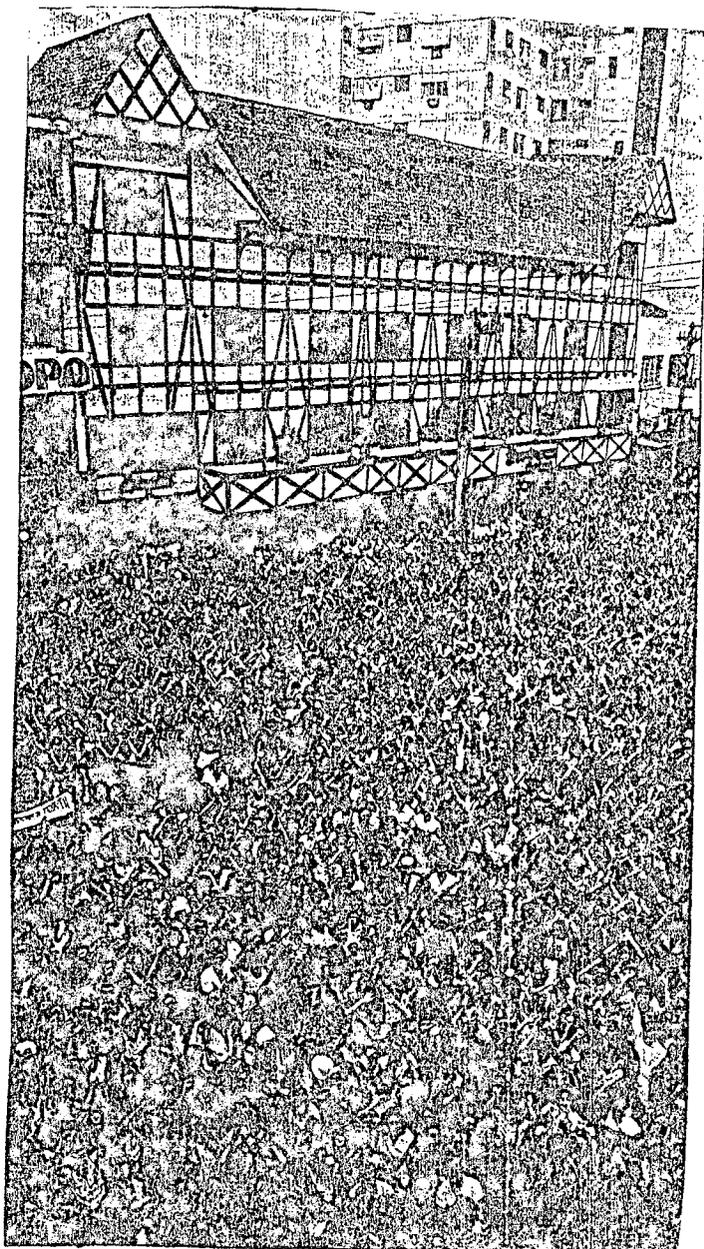
"hoje, todos os trabalhadores de Blumenau são líderes".

Segundo Iracema Gayo, a principal bandeira dos trabalhadores em greve foi conquistada: "Agora a categoria está unida". Lembrando de algumas passagens do período de paralisação dos têxteis de Blumenau, a sindicalista menciona a utilização da mídia - eletrônica e impressa -, por parte do empresário. "Com as apelações veiculadas, era certo que uma parcela dos grevistas voltaria ao trabalho". Con-

forme sua análise, a classe patronal teve como objetivo vencer, no cansaço, os que não tivessem retornado ao trabalho com receio das mensagens veiculadas.

Outra vitória dos têxteis, segundo Iracema Gayo, é a garantia dos patrões em voltar às negociações em maio, "sendo que a nossa data-basse é em setembro, apenas".

Sem ilusões, a sindicalista observa que a união dos trabalhadores, em Blumenau, "é uma longa estrada a ser trilhada, e o sindicato estará presente".



Blumenau, em Santa Catarina: a primeira greve em 100 anos

Revista veja. 23.04.89.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo : Cortez, 1982.
2. ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista - as greves de 1978/1980. São Paulo : Ensaio, 1988.
3. ARENDT, Hannah. Da revolução. São Paulo : Ática, 1988.
4. BASBAUM, Leôncio. História e consciência social. 2. ed. São Paulo : Global, 1982.
5. BLUHIENAU. Comissão dos Festejos do Centenário de Blumenau. Centenário de Blumenau, 1950.
6. BRAVERMANN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
7. BRUM, Argemiro J. Cruzado: Glória, coma - recuperação? Ijuí : Inijuí, 1987.
8. BRUNO, Lúcia. O que é autonomia operária. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986.
9. CÂNDIDO Fº, José. O movimento operário: o sindicato, o partido. Petrópolis : Vozes, 1982.
10. CASTORIADIS, Cornélius. A instituição imaginária da sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

11. CASTORIADIS, Cornélius. A experiência do movimento operário. São Paulo : Brasiliense, 1985.
12. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília : Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
13. COSTA, Armando Cassiniro. Consolidação das leis do trabalho. São Paulo : Ltr, 1988.
14. COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre : L & PH, 1981.
15. CUNHA, José Idauto. Evolução econômica-industrial de Santa Catarina. Florianópolis : Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
16. DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 3. ed. São Paulo : Oboré, 1988.
17. DIAS, Maria Fátima Sabino. A formação do sindicato têxtil de Blumenau: 1945 à 1960. Florianópolis : UFSC, 1985.
18. ERICKSON, Kenneth Paul. Sindicalismo no processo político no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1979.
19. FERNANDES, Florestan. Nova república? 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1986.
20. _____ . Que tipo de república? 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986.
21. FENELON, Déa Ribeiro. Sociedade e trabalho na história. São Paulo : Marco Zero, 1985.
22. FREDERICO, Celso. A vanguarda operária. São Paulo : Símbolo, 1979.
23. _____ . Consciência operária no Brasil. São Paulo : Ática, 1978.
24. FRIEDMANN, Georges. O trabalho em migalhas. São Paulo : Perspectiva, 1972.
25. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo : Nacional, 1970.
26. GENOÍNO, José. A nova constituição e os rumos da esquerda. Revista de Teoria Política. nº 10, out. 1988, p. 9-53.
27. GIANNOTTI, José Arthur. Trabalho e reflexão: ensaios para uma dialética da sociabilidade. São Paulo : Brasiliense, 1983.

28. GOLDMANN, Lucien. Dialética e ciências humanas. v.1, Lisboa : Presença, 1972.
29. GOLDMANN, Lucien. Dialética e ciências humanas, v.2, Lisboa : Presença, 1973.
30. _____ . Dialética e cultura. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
31. GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo : M. Fontes, 1980.
32. _____ . Adeus ao proletariado para além do socialismo. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1982.
33. GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1989.
34. HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo : Paz e Terra, 1972.
35. _____ . Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia. São Paulo : Brasiliense, 1982.
36. HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e indústria no vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau : FURB, 1981.
37. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos econômicos (1950-1960)
38. _____ . Censos industriais (1960-1990)
39. JORNAL "A Nação". 1935-1950.
40. JORNAL de Santa Catarina. outubro de 1986-dezembro de 1986.
outubro de 1988-dezembro de 1988.
janeiro de 1989-março de 1989.
41. JORNAL "Diário Catarinense". Florianópolis, out.86/dez.86.
out./88-dez./88, jan./89-mar./89.
42. JORNAL "O Estado". out.86/dez.86, out.88/dez.88, jan.89/
mar.89.
43. LAINO, André. Controle fabril: poder e autoridade do capital. Petrópolis : Vozes, 1983.

44. LENIN, V.I. Sobre os sindicatos, São Paulo : Polis, 1977.
45. _____ . Que fazer? São Paulo : Lucitec, 1979.
46. LINHARDT, Robert. Greve na fábrica (L'Etabli) Trad. de Miguel Arraes, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.
47. LOPES, José S.L. Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1987.
48. LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicato. Portugal : Centelha, 1976.
49. _____ . Reforma social ou revolução? São Paulo : Global, 1986.
50. LUKÁCS, Gyorgy. A consciência de classe. 6. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.
51. _____ . As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. São Paulo : Ciências Humanas, 1978.
52. _____ . Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais. São Paulo : Ciências Humanas, 1979.
53. MANIGONIAN, Armen. Estudos geográficos de Blumenau. Separata da Revista Brasileira de Geografia. n. 3, v. 28, jul./set. 1965.
54. MARCUSE, Hebert. Eros e a civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
55. _____ . A ideologia da sociedade industrial -- o homem unidimensional. 6. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.
56. MARX, Karl. A sagrada família. Lisboa : Presença, 1976.
57. _____ . O capital, v.1. São Paulo : Ciências Humanas, 1978.
58. _____ . O capital. 6. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1980.
59. _____ . Salário, preço e lucro. 6. ed. São Paulo : Global, 1988.
60. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã I. 2. ed. São Paulo : Ciências Humanas, 1990.

61. MÉSZAROS, István. Marx: a teoria da alienação. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
62. NOISÉS, José Álvaro. Greve de massa e crise política - estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54. São Paulo : Pólis, 1978.
63. _____ . Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
64. MOREIRA, Rui. O movimento operário e a questão cidade/campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço. Petrópolis : Vozes, 1985.
65. MORAIS, Reginaldo Regis. Cardápio trabalhista da nova república: um balanço. São Paulo : L& PM, 1986.
66. MOSER, Anita. A nova submissão: mulheres na zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre : Edipaz, 1985.
67. OFFE, Claus. Trabalho e sociedade - problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989.
68. OLIVEIRA, Francisco de. Eleições, mais que simplesmente... Jr. Novos Estudos. CEBRAP, nº 23, março de 1989. São Paulo.
69. PAZ, Octávio. O labirinto da solidão e post-scriptum. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.
70. PEREIRA, Vera H. C. O coração da fábrica - estudo de casos entre operários têxteis. Rio de Janeiro : Campus, 1979.
71. PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis : UFSC, 1981.
72. PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
73. POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. 2. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
74. REVISTA ISTO É/SENHOR. 1987-1989.
75. REVISTA VEJA. 1985-1989.

76. RODRIGUES, Leôncio M. Industrialização e atitudes operárias. São Paulo : Brasiliense, 1970.
77. RODRIGUES, José Albertino. O sindicato no Brasil: seu papel no desenvolvimento econômico. São Paulo : Difel, 1968.
78. SANTA CATARINA. A indústria têxtil catarinense. Florianópolis, 1970.
79. _____ . Secretaria do desenvolvimento Econômico. Diagnóstico têxtil da indústria têxtil de Santa Catarina. Florianópolis : Edeme, 1975.
80. SIHÕES, Carlos. Direito do trabalho e modo de produção capitalista. São Paulo : Símbolo, 1979.
81. SINGER, Paul. Economia política do trabalho. São Paulo : Lucitec, 1975.
82. _____ . Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo. São Paulo : Vocacional, 1977.
83. SILVA, José F. História de Blumenau. Florianópolis : Edeme, 1972.
84. SIOCHET, Valmor. Greve dos trabalhadores têxteis: uma novidade frente a tradição burguesa. (mimeo), 1989.
85. SYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis : Fundação Catarinense de Cultura. 1981.
86. VINHAS, H. Estudos sobre o proletariado brasileiro. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1970.